

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

**MARTA SULEMA MARTINS GONZÁLES BIOLCHI**

**ANÁLISE DO ABASTECIMENTO DE  
HORTIFRUTÍCOLAS EM UMA CONURBAÇÃO  
INTERNACIONAL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS**

**CAMPO GRANDE/MS BRASÍLIA/DF GOIÂNIA/GO  
MAIO/2006**

**MARTA SULEMA MARTINS GONZÁLES BIOLCHI**

**ANÁLISE DO ABASTECIMENTO DE  
HORTIFRUTÍCOLAS EM UMA CONURBAÇÃO  
INTERNACIONAL**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MULTIINSTITUCIONAL EM AGRONEGÓCIOS  
(CONSÓRCIO ENTRE A UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL,  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE GOIÁS), COMO PARTE DOS  
REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO  
GRAU DE MESTRE NA ÀREA DE  
CONCENTRAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL.**

**ORIENTADOR: TITO CARLOS MACHADO DE OLIVEIRA**

**CAMPO GRANDE/MS BRASÍLIA/DF GOIÂNIA/GO  
MAIO/2006**

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

**BIOLCHI, M. S. M. G. Análise de abastecimento de hortifrutícolas em uma conurbação internacional.** Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006, 146 p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

### FICHA CATALOGRÁFICA

Biolchi, Marta Sulema Martins Gonzáles.

Análise de abastecimento de hortifrutícolas em uma conurbação internacional. Marta Sulema Martins Gonzáles Biolchi; orientação de Tito Carlos Machado de Oliveira. – 2006.

105 p.: il.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2006.

1. Movimento geo-econômico de fronteira. 2. Conurbação internacional. 3. Hortifrutícolas.

CDD ou CDC

**MARTA SULEMA MARTINS GONZÁLES BIOLCHI**

**ANÁLISE DO ABASTECIMENTO DE HORTIFRUTÍCOLAS EM UMA  
CONURBAÇÃO INTERNACIONAL**

APROVADO POR:

---

TITO CARLOS MACHADO DE OLIVEIRA, Doutor (UFMS)

---

MANOEL FRANCISCO VASCONCELOS MOTTA, Doutor (UFMT)

---

OSMAR RAMÃO GALEANO DE SOUZA, Doutor (UFMS)

CAMPO GRANDE/MS/BRASÍLIA/DF/GOIÁS/GO, 30 de junho de 2006

### **Dedico este trabalho**

Aos meus pais, Sixto González e Júlia Martins González, que plantaram a primeira semente para a minha educação.

Ao meu marido Gilmar e aos meus filhos Jéssica e Lucas, e minha irmã, Patrícia, por entenderem as razões da minha ausência.

Ao meu Orientador e grande estudioso sobre Fronteira, Tito Carlos Machado de Oliveira, que me incentivou a fazer o Mestrado e a estudar e a entender a minha terra e minha raiz, “a Fronteira”.

Assim, divido com eles mais esta conquista.

## **AGRADECIMENTOS**

### **AGRADEÇO**

Em especial, a Deus, pela bênção da vida.

Ao meu esposo Gilmar, aos meus filhos Lucas e Jéssica; à minha irmã Patrícia, por me ajudaram a realizar a pesquisa em Ponta Porã e Pedro Juan.

Ao meu orientador, Prof. Tito Carlos Machado de Oliveira, grande conhecedor de assuntos de fronteira, por me fazer adentrar nos meandros da história da minha terra e, também, um parceiro no meu trabalho do Plano Diretor Bi-Nacional das cidades gêmeas, atuando como exemplo maior de competência e conhecimento, um modelo a ser seguido.

Ao Prefeito de Ponta Porã, gestão 2001/2004, Vagner Cirilo Piantoni, grande apoiador dos que querem estudar.

À Prefeitura de Ponta Porã (Plano Diretor) e de Pedro Juan Caballero, pela disponibilização dos documentos que me auxiliaram na pesquisa.

Às minhas ex-secretárias de gabinete, Rosângela e Sandra, excelentes profissionais, pela ajuda na minha ausência.

Aos colaboradores que se dispuseram a responder os questionários das entrevistas: Sr. Isaías (Sacolão), Volnei (Brasfruty), Marina Miyoshi (Comercial São Francisco), ao Sr. Hélio Watanabi (CEAGESP), ao Sr. João Batista Perusso Veiga, analista de Comercialização do CEASA Paraná; e às pessoas do país vizinho, Sra. Jorgina e Sra. Ramona, ao Eng. Agrônomo Donaldo Rojas e a Sra. Norma Mendoza (funcionários do DEA) e da Missão Técnica de Taiwan; ao Centro de Abastecimento de Assunção, na pessoa do Sr. Pedro Arzamendia.

Aos meus companheiros de viagem Rosemar, Sandro, Cecília, David e Félix de Deus.

Aos demais professores do Mestrado, por todas as aulas, que se constituíram contributos essenciais na existência deste estudo, mas, principalmente, por serem educadores com coragem de inovar.

À secretária do Mestrado, Rosali, que soube tolerar meus excessos.

A todas as pessoas que, no período de construção deste trabalho me ajudaram, como os amigos da CIA informática: Jonymar Martinelle, Evandro Ranzi, Fábio e Danilo, os que conviveram comigo ou, simplesmente, trocaram algumas palavras ou um olhar, como as amigas e colegas do curso de Letras da FAP, porque fizeram parte de reflexões importantes.

Àquelas pessoas de meus afetos, por serem material puro de intensa vivência e que me provaram ser possível compreender e trabalhar melhor minhas emoções.

Enfim, a todas as pessoas que acreditaram e, também, àquelas que não acreditaram no sucesso de minhas investigações.

Sempre é bom lembrar que as pessoas somente sobrevivem porque se completam, as divisões sociais do trabalho consolidam e respaldam os motivos de viver de cada um; e as cidades somente existem por que se complementam com outras cidades no palco da divisão territorial do trabalho. Todavia, na fronteira, existe algo mais: não há no ambiente fronteiriço, em especial nas *cidades gêmeas*, apenas a difusão de comunidades condicionadas a demandar relações de convivência onde se entrelaçam sangue, línguas e capitais. Há, sim, um monitoramento dos ruídos que ameaçam ou violam a integridade territorial, e uma vigilância constante sobre a soberania e sobre o fio da existência cultural. É um local onde os direitos servem mais a si, enquanto os deveres servem mais aos vizinhos. São as existências das ricas trocas e dos trocos nas relações ambíguas e suas acomodações, que definem um comportamento invulgar, leve e ríspido.

Tito Carlos Machado de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I – A FRONTEIRA E A CONDIÇÃO DE FRONTEIRA</b> .....	20
1.1 AS FRONTEIRAS E SUAS PECULIARIDADES.....	20
1.1.1 Cidades Gêmeas.....	24
1.2 AS FRONTEIRAS DO BRASIL.....	28
1.2.1 As Fronteiras do Brasil e o Paraguai.....	36
1.3 As Fronteiras do Mato Grosso do Sul.....	39
<b>CAPÍTULO II – AS CIDADE DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO</b> .....	41
2.1 PEDRO JUAN CABALLERO.....	41
2.1.1 História.....	41
2.1.2 População.....	45
2.1.3 Economia.....	47
2.1.3.1 Agronegócio em Pedro Juan Caballero.....	47
2.1.3.2 Indústrias e Comércio.....	48
2.1.3.3 Turismo.....	49
2.2 PONTA PORÃ.....	50
2.2.1 História.....	50
2.2.2 População.....	54
2.2.3 Economia.....	55
2.2.3.1 Agronegócio em Ponta Porã.....	56
2.2.3.2 Indústria e Comércio.....	57
2.3 PECULIARIDADE DE CONURBAÇÃO.....	57
<b>CAPÍTULO III – CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E O AGRONEGÓCIO DE HORTIFRUTÍCOLAS</b> .....	68
3.1 O SISTEMA LOGÍSTICO.....	68
3.1.1 O Transporte.....	71
3.1.2 Classificação dos modais de transporte.....	72
3.1.3 Comparação entre as características operacionais dos diversos modais.....	75
3.1.4 A Multimodalidade e a Intermodalidade.....	77
3.1.5 Visão Geral dos Transportes no Brasil.....	77
3.1.6 Canais de Distribuição no Agronegócio.....	79
3.1.7 A formação de preços.....	82
3.2 AGRONEGÓCIO DE HORTIFRUTÍCOLAS.....	85
<b>CAPÍTULO IV – O ABASTECIMENTO EM CONURBAÇÃO INTERNACIONAL DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO – O CASO DAS HORTIFRUTÍCOLAS</b> .....	88
4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	88
4.1.1 Características da comercialização dos produtos hortifrutícolas.....	91

4.1.2 Agentes de comercialização .....	95
4.1.2.1 Distribuidores .....	98
4.1.2.2 Mercados e Supermercados .....	101
4.1.2.3 Feiras Livres e os pequenos produtores de verduras .....	102
4.1.2.4 Os consumidores .....	111
4.2 TRANSPORTE .....	112
4.2.1 O armazenamento .....	113
4.3 O SISTEMA DE VENDAS DAS HORTIFRUTÍCOLAS NA CONURBAÇÃO DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO .....	114
<b>CONCLUSÃO</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	124
<b>ANEXO I – QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA</b> .....	127
<b>ANEXO II – QUADRO DEMONSTRATIVO DA PESQUISA REALIZADA VIA TELEFONE E E-MAIL AO FUNCIONÁRIO DO FEIRÃO EM PRESIDENTE PRUDENTE PARA SABER O DESTINO DOS HORTIFRUTÍCOLAS ATÉ A CEASA DE PRESIDENTE PRUDENTE</b> .....	130
<b>ANEXO III – MAPA DEMONSTRATIVO</b> .....	132
<b>ANEXO IV – MAPEAMENTO DOS REVENDEDORES DE HORTIFRUTÍCOLAS EM PONTA PORÃ/MS</b> .....	134
<b>ANEXO V – MAPEAMENTO DOS REVENDEDORES DE HORTIFRUTÍCOLAS NO PARAGUAI (PEDRO JUAN CABALLERO)</b> .....	139

## LISTA DE TABELAS

<b>CAPITULO I</b>	
Tabela 1.1 – Marcos das Fronteiras com o Brasil.....	35
<b>CAPITULO II</b>	
Tabela 2.1 – Instalações industriais do Império Ervateiro.....	43
Tabela 2.2 - Nacionalidade segundo o tipo de documento.....	45
Tabela 2.3 - Nacionalidade do proprietário segundo o tipo de documento.....	46
Tabela 2.4 - Produtos Agrícolas.....	56
<b>CAPITULO III</b>	
Tabela 3.1 – Características Operacionais.....	76
<b>CAPITULO IV</b>	
Tabela 4.1 – Procedência das hortifrutícolas.....	94
Tabela 4.2 - Mercados e Supermercados.....	95
Tabela 4.3 - Distribuidores e Feiras Livres.....	96
Tabela 4.4 - Classificação das Lojas segundo a ABRAS.....	96
Tabela 4.5 - Distribuição dos comitês, famílias e companhias distribuidoras.....	107

## LISTA DE FIGURA

### CAPITULO I

Figura 1.1 – Tipologia das Relações Fronteiriças.....	27
Figura 1.2 - Origens dos Limites – O Tratado de Tordesilhas.....	29
Figura 1.3 - Marco Original do Tratado de Madri (1750).....	32
Figura 1.4 - Marco na Ilha do Coronel Braga – Fronteira Brasil/Paraguai.....	33
Figura 1.5 - Mapa Cidades Gêmeas.....	34
Figura 1.6 - Mapa Faixa de Fronteira do Mato Grosso do Sul.....	39

### CAPITULO II

Figura 2.1 - Mapa do Paraguai.....	41
Figura 2.2 - Municípios de Mato Grosso do Sul: Diagnóstico e Análise Geopolítica, Econômica e Social (SEBRAE, UFMS e FAPEC, 2003)....	50
Figura 2.3 - Municípios de Mato Grosso do Sul: Diagnóstico e Análise Geopolítica, Econômica e Social (SEBRAE, UFMS e FAPEC, 2003)....	51
Figura 2.4 - Municípios de Mato Grosso do Sul: Diagnóstico e Análise Geopolítica, Econômica e Social (SEBRAE, UFMS e FAPEC, 2003)....	52
Figura 2.5 - Interação das faixas de Fronteira.....	59

### CAPÍTULO III

Figura 3.1 - Comprimento dos canais de Distribuição.....	80
--	----

### CAPÍTULO IV

Figura 4.1 - Linha de Fronteira com Pedro Juan Caballero.....	98
Figura 4.2 - Horticultura em Ponta Porã.....	103
Figura 4.3 - Empoçamento nas Hortas em Ponta Porã.....	104
Figura 4.4 - Feira Livre em Pedro Juan Caballero (vista interna).....	105
Figura 4.5 - Feira Livre em Pedro Juan Caballero (vista externa).....	106
Figura 4.6 - Vista da Missão Técnica Taiwan.....	108
Figura 4.7 - Produção de mudas nas Estufas da Missão Técnica Taiwan.....	109
Figura 4.8 - Mudas produzidas na Missão Técnica Taiwan.....	110
Figura 4.9 - Mudas e produção de aspargos.....	110
Figura 4.10 -Inadequação na exposição de produtos.....	114

## LISTA DE GRÁFICOS

### CAPITULO II

Gráfico 2.1 – Demonstrativo das atividades industriais.....	49
---	----

### CAPÍTULO IV

Gráfico 4.1 – Procedência das Hortifrutícolas por Estado da União.....	92
Gráfico 4.2 – Grau de dependência dos produtos com relação a outros Estados.....	93
Gráfico 4.3 – Forma de entrega dos Produtos.....	100

## **LISTA DE SIGLAS**

PCDL – PRIMEIRA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES

SCDL – SEGUNDA COMISSÃO BRASILEIRA DEMARCADORA DE LIMITES

RISE – REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES  
EXTERIORES

## RESUMO

**Introdução:** Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são duas cidades conurbadas na fronteira entre o Estado do Mato Grosso do Sul e o Departamento de Amambaí, com uma população de 138.236 habitantes, local escolhido para análise deste estudo. **Objetivo:** o objetivo central do estudo é analisar o abastecimento de hortifrutícolas e seu processo na conurbação das cidades de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e Pedro Juan Caballero, capital do Departamento de Amambai no Paraguai, abrindo-se um leque de discussões sobre a rede de articulação desse abastecimento, ou seja, mapeando a rede de circulação das hortifrutícolas na região de fronteira. **Metodologia:** visando atingir o objetivo proposto, esta pesquisa foi desenvolvida por meio de investigação com desenho quali-quantitativo de natureza exploratória, descritiva e analítica, mediante consultas bibliográficas e documentais, pois esse enfoque de agronegócio tem implicações profundas na organização econômica do Brasil, porque nele se revela a real dimensão estratégica da agricultura brasileira. **Resultados:** o estudo demonstrou que, ao analisarmos o movimento geo-econômico de uma fronteira conurbada, há certa dificuldade em explicar como isso ocorre, principalmente quando se trata da produção e abastecimento das hortifrutícolas, já que as assimetrias econômicas, sociais, culturais são oscilatórias e constantes. Não obstante tratar-se de uma atividade recente na região, foi possível verificar nas distintas dimensões de análise, que a produção e distribuição de hortifrutícolas apresenta resultados diferentes do que os obtidos pelos produtores da agricultura convencional, principalmente quando ocorrem as oscilações cambiais, tanto os distribuidores como os consumidores de ambos os lados adquirem os produtos de acordo com o que melhor lhe convier.

**Palavras-chave:** Movimento geo-econômico de fronteira; Conurbação internacional; Hortifrutícolas.

## ABSTRACT

**Introduction:** Ponta Porã and Pedro Juan Caballero are two cities in conurbation in the border between the State of Mato Grosso do Sul and the Department of Amambaí, with a population of 138.236 inhabitants, chosen place for analysis of this study. **Objective:** the central objective of the study is to analyze the hortifrutícolas provisioning and his process in the conurbation of Ponta Porã's cities, in Mato Grosso do Sul, and Pedro Juan Caballero, capital of the Department of Amambai in Paraguay, opening up a fan of discussions on the net of articulation of that provisioning, in other words, mapping the net of circulation of the hortifrutícolas in the border area. **Methodology:** seeking to reach the proposed objective, this research was developed through investigation with quali-quantitative drawing of nature exploratory, descriptive and analytical, by bibliographical and documental consultations, because that agrobusiness focus has deep implications in the economical organization of Brazil, because in him it is revealed to real strategic dimension of the Brazilian agriculture. **Results:** the study demonstrated that, when we analyze the geo-economical movement of a border in conurbation, there is certain difficulty in explaining as that happens, mainly when it is the production and provisioning of the hortifruits, since the asymmetries economical, social, cultural are oscillatory and constant. In spite of treating of a recent activity in the area, it was possible to verify in the different analysis dimensions, that the production and hortifrutícolas distribution presents different results than obtained them by the producing of the conventional agriculture, mainly when they happen the exchange oscillations, as much the distributors as the consumers on both sides they acquire the products in agreement with the one that better it suits him.

**Key words:** Move geo-economical of border; International conurbation; Hortifrutícolas.

## INTRODUÇÃO

Este estudo surgiu dos nossos questionamentos, enquanto mestranda do Programa de Mestrado em Agronegócios e espectadora do processo de desenvolvimento do mercado de hortifrutigranjeiros da zona de fronteira, mais precisamente em Ponta Porã/MS.

Cabe-nos ressaltar que o mercado de hortifrutigranjeiros, pouco a pouco, vem crescendo na região, contribuindo para prover de alimentos frescos e baratos as populações fronteiriças. Para isso, contribuiu, também, o processo de distribuição e comercialização da hortifruticultura, o que vem despertando o interesse dos pequenos agricultores localizados principalmente nos assentamentos, devido à reforma agrária que acontece em nosso País.

É nesse contexto que se insere o mercado de hortifrutícolas na região de fronteira Brasil-Paraguai, mais especificamente Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, como uma das experiências regionais mais recentes no processo de integração econômica latino-americana, que idealiza a livre-mobilidade de bens, serviços e fatores de produção. Assim, esse mercado é qualificado como um processo político-econômico de relevância, porquanto promove novas fontes de produção e abastecimento, as quais, inevitavelmente, provocarão a necessidade de gestões mais eficientes, não só da estrutura produtiva, mas também do consumo.

Tudo indica, então, que, para entender melhor a produção e distribuição das hortifrutícolas, os estudos não só devem considerar sua competitividade, mas também o sistema como um todo, envolvendo a produção, a distribuição, o processamento e o consumo dos produtos, uma vez que as cadeias produtivas acabam perpassando as fronteiras nacionais,

trazendo implicações para todos os atores antes mesmo de o mercado ser ampliado em nível regional.

Considerando a relevância desse novo contexto, em que a hortifruticultura, até então considerada pequena agricultura ou agricultura familiar, perde esse *status*, e ganha lugar e espaço no setor, passando a se constituir uma inequívoca manifestação de confiança no mercado, mostrando seu potencial desenvolvimentista no agronegócio, julgamos fundamental proceder este estudo porque, por meio dele, serão também desvelados aspectos importantes referentes à história da região de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

O que ressaltamos, então, é a relevância da investigação, fundamentada em pressupostos teórico-metodológicos propostos por autores especialistas no assunto de conurbação da fronteira e acerca da produção das hortifrutícolas no *locus* focalizado, a partir da seguinte questão central: Que aspectos marcaram a configuração do mercado das hortifrutícolas na região de fronteira das cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero?

Temos, então, como objetivo central da pesquisa, analisar o abastecimento de hortifrutícolas e seu processo na conurbação das cidades de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e Pedro Juan Caballero, capital do Departamento de Amambai, no Paraguai. A partir daí, pretende-se abrir um leque de discussões sobre a rede de articulação desse abastecimento, ou seja, mapear a rede de circulação das hortifrutícolas na região de fronteira.

Dessa forma, e visando atingir os objetivos propostos, pretende-se desenvolver esta pesquisa mediante uma investigação com desenho quali-quantitativo de natureza exploratória, descritiva e analítica, mediante consultas bibliográficas e documentais.

A abordagem qualitativa foi escolhida pelo interesse em compreender o universo do agronegócio das hortifrutícolas, pois, segundo Minayo (1994, p. 22), a pesquisa qualitativa busca "... compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo". Para tanto, lida com um nível da realidade que pode,

também, ser passível de quantificação, ou seja, o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos apenas à operacionalização das variáveis.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, os procedimentos metodológicos desenvolveram-se em duas etapas. A primeira compreendeu uma pesquisa bibliográfica para levantamento e seleção de obras referentes à história política-econômica-social da região, ao mercado hortifrutícola, desde sua produção, distribuição, transporte e comercialização.

A segunda etapa consistiu, inicialmente, em proceder ao levantamento e a seleção de documentos, tais como mapas, portarias, livros de protocolo, outros, necessários para a coleta de dados sobre a região. Assim, levantamos informações diretamente com os entrevistados, acerca da visão do mercado hortifrutigranjeiro na região de fronteira. Em seguida, fizemos entrevistas semi-estruturadas, sobre temas referentes aos objetivos da pesquisa, com distribuidores, a partir de nove questões (Anexo I). Essa etapa nos transformou em verdadeiros peregrinos nos locais visitados, devido à dificuldade de acesso aos documentos históricos e, também, porque os entrevistados estavam bastante reticentes em conceder informações e permitirem nosso acesso em suas empresas e, somente, após várias explicações sobre os nossos objetivos, dispuseram-se a colaborar e a responder nossas perguntas. Também, houve dificuldades devido ao fato de as distribuidoras estarem localizadas em outros estados da federação.

Não foi tarefa fácil desenvolver um trabalho onde não encontramos bibliografias a respeito das Fronteiras, nem literaturas sobre esse tema, algumas encontradas foi de suma importância para desenvolver este trabalho, como a de Raffestin, Lia Machado e toda sua equipe que fizeram um grande trabalho sobre fronteiras para o Ministério de Integração Nacional, juntamente com Oliveira, um mestre neste tipo de literatura. Da mesma forma foi

complicado levantar os dados históricos de cada uma das cidades gêmeas, por não encontrarmos documentos específicos, mas, sim, cada coisa em um lugar diferente e distante.

Foi dessa maneira, lendo um e outro, que procuramos esclarecer passo a passo a nossa ignorância em relação às fronteiras. Sendo este um assunto tão difícil de entender, muito mais complexo se torna quando se tenta explicar as complementaridades ocorridas de forma funcional, o comportamento econômico, social e as legislações, sobrepostas aos limites da formalidade.

Outro fator que nos causou grandes transtornos foi o trabalho de campo, a cidade não guarda nenhum tipo de informação a respeito da cidade, seja em Ponta Porã ou na vizinha Pedro Juan Caballero. Desconhece-se a existência de um banco de dados e a melhor forma encontrada foi realizar essa tarefa mapeando as hortifrutícolas desde sua origem até o destino. Isso exigiu um esforço paciente e cansativo, localizar, rua por rua, distribuidoras, feiras, pequenos agricultores e empresas que comercializam hortifrutícolas, registrando um a um, para melhor avaliar e traçar a rede de circulação das verduras, frutas e legumes, das duas cidades fronteiriças. E, desta forma, conseguimos chegar ao objetivo proposto.

Assim, organizamos esta dissertação, internamente, em quatro capítulos.

No Capítulo I, apresentamos a fronteira e a condição de fronteira, traçando um breve percurso histórico sobre a região, bem como da legislação referente às principais transformações ocorridas no setor agrícola. Trata-se de uma tentativa de aproximação de aspectos históricos que foram compondo a rede de articulação do sistema de abastecimento das hortifrutícolas em zona de fronteira.

No Capítulo II, resgatam-se alguns aspectos das cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, discutindo-se os pressupostos teórico-metodológicos concernentes ao campo da História regional, considerando-se a diversidade e as especificidades das cidades gêmeas, a situação dos municípios estudados, sua trajetória, população, economia, focalizados em sua

dimensão histórica.

No Capítulo III, nosso objetivo foi avaliar os canais de distribuição e o agronegócio de hortifrutícolas. Para isso, tratamos de três questões: 1) Do sistema logístico. 2) Dos transportes dos produtos e modais utilizados. 3) Dos canais de distribuição do agronegócio das hortifrutícolas.

No Capítulo IV, situa-se o método utilizado na pesquisa, análise e avaliação dos dados e, a partir da dimensão histórica, as etapas de produção, distribuição, comercialização que o seguimento da hortifruticultura apresenta e o abastecimento em conurbação internacional de hortifrutícolas. Finalmente, as conclusões obtidas no decorrer das análises são apresentadas na última seção.

## **CAPÍTULO I**

### **A FRONTEIRA E A CONDIÇÃO DE FRONTEIRA**

#### **1.1 AS FRONTEIRAS E SUAS PECULIARIDADES**

À medida que os grandes estudiosos aprofundam suas pesquisas nas mais diversas literaturas que tratam sobre fronteira, percebem que as mudanças profundas que ocorrem no correr do tempo. Machado (2004) refere que

Os estados são formas territoriais de organização política. Caracterizar as noções de fronteira e limite no contexto da teoria do estado moderno é muito difícil quando sabemos que passaram por muitas evoluções e que são usados numa variedade de sentido (MACHADO 2004: 1).

É necessário, portanto, conhecermos a Fronteira como um todo para podermos compreender a rede de articulação do sistema de abastecimento das hortifrutícolas em cidades gêmeas internacionais.

Estudos realizados pelo Grupo RETIS (UFRJ), coordenado por Lia Machado (2004), concluíram limites internacionais, como: a) no sistema interestatal os limites internacionais definem o perímetro máximo do controle efetivo exercido por governos centrais; b) os limites constituem um fator de separação entre unidades territoriais; c) os limites do estado moderno têm caráter legal, fundamentado no conceito de soberania; d) a legitimidade desses limites é dada pelas leis internacionais, mas, principalmente, pelos integrantes do estado, em nome de certos valores, lealdade e identidades; e) o limite territorial mesmo sendo um conceito muito antigo que o sistema capitalista passou a representar, com a expansão deste, não só no papel de regulador, mas de produtor de redes de intercambio de todo tipo. Essa mudança teve como

consequências sobre o estado nacional, o governo, somando-se sociedade civil e território, constituir-se, hoje, uma arena de debates e discussões acirradas que ultrapassam em escala e intensidade qualquer tensão ou conflito nas regiões limítrofes dos países.

Existem, porém, países que foram todos delimitados por fronteiras políticas, e citamos como exemplo a África. Para Henriques (2003), o território, além de ter sido todo delimitado dessa forma, pode ser retalhável em fragmentos, as “terras” dos europeus – fazendas, plantações, quintais, hortas, jardins, terrenos e construções, ou seja, unidades e propriedades privadas que podem ser trocadas, vendidas. Essas terras podem ser também representadas graficamente, introduzindo nas práticas africanas um elemento que dela estivera ausente: a representação cartográfica, o mapa, instrumento indispensável à organização, à gestão e à exploração do território colonizado (HENRIQUES, 2003: 5).

A partir da conferência de Berlim, em 15 de novembro de 1884, houve grande conflito, uma vez que nenhum africano presente esteve presente na decisão das regras de ocupação, o que evidencia o prevailecimento da hegemonia dos países desenvolvidos. Todavia, não foram abordadas questões culturais nem religiosas, sabendo-se que conectar o Estado com a sociedade é problema mais difícil e que a parceria é essencial. Assim, a capacidade sem a conexão não funciona.

Contudo, citando Evans (2004), percebe-se que:

A autonomia é fundamental para a definição do Estado desenvolvimentista, mas não é suficiente. A capacidade de efetuar a transformação depende também das relações Estado-sociedade. Os Estados autônomos completamente insulados da sociedade podem ser predadores muito eficientes (EVANS, 2004:313).

Para esse autor os estados desenvolvimentistas devem imergir numa densa rede de alianças vinculadas à sociedade civil visando a transformação.

A identidade é, portanto, estruturalmente etnocêntrica, pois, conforme argumenta Henriques (2003),

[...] o indivíduo é o que é ou o que pretende ser devido à sua integração num grupo, instalado num território próprio, que se define não só pela estrutura específica, mas pela diferença que o separa do outro. O território define-se por isso pela relação que sustenta com a história (2003: 5).

Contudo, Haesbaert (2004, p.25) afirma que os territórios estão sendo destruídos junto com as identidades culturais e o controle sobre o espaço, como se a formação de uma consciência-mundo não pudesse reconstruir nossos territórios, principalmente o da identidade. E esse mesmo autor define a desterritorialização, como “fim dos territórios” associado, sobretudo, à predominância de redes, completamente dissociadas de e/ou opostas a territórios, como se a crescente globalização e mobilidade fossem sempre sinônimas de desterritorialização. O território, como ele sintetiza, entre as várias noções, é agrupado em três vertentes básicas:

(...) a política, referida às relações espaço-poder em geral, a cultural, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido e a econômica enfatiza o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2004:40).

Haesbaert (2004) acredita que, sob uma ótica materialista, o território é visto de forma predominante, e isto se deve, muito provavelmente, ao fato de que território, desde a origem, tem uma conotação fortemente vinculada ao espaço físico, a terra.

Cabe-nos esclarecer que, etimologicamente, a palavra território (*territorium* em latim), é derivada diretamente do vocábulo latino *terra* e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi*, como o pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma determinada jurisdição político-administrativa.

Ressalta-se, parafraseando Haesbaert (2004), que o enfrentamento, nos dias de hoje, entre a lógica funcional estatal moderna e a lógica identitária pós-moderna, são contraditórias, reveladoras de dois sistemas de valores e de duas éticas distintas frente ao território. Para o autor,

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico (HAESBAERT, 2004: 45)

Haesbaert comenta, também, que há outro discurso corrente onde se pode dizer que, ao se associar desterritorialização a redes, a formação de uma sociedade torna-se sinônimo de desterritorialização, ou significa novas territorializações. Acreditamos que isso, talvez, represente uma grande novidade da experiência espaço-temporal, dos estudiosos, dita pós-moderna, visto que

(...) onde controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes, onde nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade - uma parcela expressiva da humanidade identifica-se no e com espaço em movimento, podemos dizer. Assim, territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento (HAESBAERT, 2004:279-281).

Citando Pébayle (1994), vê-se, porém, que toda região de fronteira tem sua forma de organização espacial original e certa lógica orgânica, dominada por decisões e acontecimentos externos, independente de sua economia e de como são povoadas.

Todavia, parafraseando Steiman (2004), deve-se enfatizar que podem existir questões pendentes consideradas importantes para as regiões transfronteiriças, pois elas precisarão se impor, mesmo que atinjam um nível de complementaridade e cooperação afetiva. É necessário, portanto, que deixem de ser simples intermediárias, isto é, cidades que não são mais que nódulos intermediários nas rotas de passagem que ligam os centros maiores entre si. Dessa maneira, uma questão crucial para as cidades e regiões de fronteira é elas se tornarem parte das redes transnacionais que as atravessam, sem se constituírem mero ponto de passagem.

Entende-se, então, que não surtirão efeito sobre as fronteiras somente as assimetrias econômicas, mas, também, sua cultura, seu bilingüismo, seus costumes, entre outros, por serem fatores limitantes do processo de integração.

Oliveira (2005) fala que, no ambiente fronteiro, não há, em especial nas cidades gêmeas, apenas a difusão de comunidades condicionadas a demandar relações de convivência onde se entrelaçam sangue, línguas e capitais, ou seja, trocas. Há, por sua vez, um monitoramento dos ruídos que ameaçam ou violam a integridade territorial, e uma vigilância constante sobre a soberania e sobre o fio da existência cultural. Oliveira considera, ainda, que este é um local onde os direitos servem mais a si, enquanto os deveres servem mais aos vizinhos (a palavra troco aqui é polissêmica, entendida como dinheiro, soldo, salário, propina, ato de retorno de uma rusga entre partes, ato de revanche, réplica). São as existências das ricas trocas e dos trocos nas relações ambíguas, e suas acomodações, que definem um comportamento invulgar, leve e ríspido.

### **1.1.1 Cidades Gêmeas**

Sabe-se que o meio geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira, na escala local/regional é aquele formado pelas cidades gêmeas. Seja a fronteira seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infra-estrutura, os adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, bem como manifestações condensadas dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

A zona de fronteira é composta pelas faixas territoriais de cada lado do limite internacional, embora internacionais, são caracterizadas por interações e criam um meio geográfico específico de fronteira, que só se percebe na escala local/regional das interações transfronteiriças.

Incluindo fatores de produção, como terra, trabalho, capital, e serviços públicos e privados, a concentração de efeitos territoriais nas cidades gêmeas e a extensão destes numa distância indeterminada rumo ao interior de cada território nacional, têm implicações práticas para a atuação do Estado em suas respectivas faixas de fronteira. Conceber políticas públicas direcionadas às fronteiras internacionais é muito problemático uma vez que envolve interesses, elementos espaciais e legislação de países diferentes. A dificuldade advém principalmente do fato de que esses efeitos se expressam com formas e amplitudes diferenciadas no território, de forma contínua ou descontínua, conjugada ou isolada.

Mesmo sendo muito heterogênea a zona de fronteira, em termos de desenvolvimento e características culturais dos países que fazem parte, não é possível deduzir que exista uma relação mecânica entre estados desenvolvidos e faixas de fronteira desenvolvidas. As simetrias e assimetrias entre cidades gêmeas nem sempre decorrem de diferenças no nível de desenvolvimento dos países e, sim, de sua própria dinâmica e da função que exercem para os respectivos países.

É importante ressaltar os três aspectos na geografia das cidades gêmeas na fronteira brasileira. O primeiro é que a posição estratégica em relação às linhas de comunicação terrestre e a existência de infra-estrutura de articulação embora possam explicar a emergência de muitas cidades-gêmeas nem sempre garante o crescimento e a simetria urbana das cidades, muitas vezes reduzindo-se a meros povoados locais ou a cidades de tamanho urbano muito diferente.

O segundo aspecto, em grande parte resultante do anterior, é que a disposição geográfica das cidades e seu tamanho urbano devem muito à ação intencional de agentes institucionais como: unidades militares, eclesiásticas e jurídico-administrativas. Como exemplo, o caso dos Portugueses (século XVIII) que construíram uma fortificação às margens do Rio Solimões que depois foi abandonada, dado que foi escolhido como lugar estratégico. No século XX, foi

reconsiderada como lugar estratégico pelo Governo Brasileiro abrigando, hoje, importante infra-estrutura militar que ocupa boa parte da área do município.

O Terceiro aspecto é a disjunção entre o tipo de interação predominante na linha de fronteira e o tipo de interação que caracteriza a cidade-gêmea nela localizada. Toma-se, como exemplo, a Amazônia, onde as zonas-tampão formadas por parques naturais e terras indígenas são interrompidas por “corredores” de comunicação de tipo *capilar ou sináptico*<sup>1</sup> (RETIS, 2005).

Ao diferenciar as cidades fronteiriças de outras que estão distantes, Pébayle (1994), explica:

Uma organização espacial específica resulta dessa forma particular de vida de relações. A esse respeito, quase que se poderia falar em hierarquias urbanas simétricas com relação às fronteiras. Elas aparecem inicialmente sob a forma de duplas urbanas (Sant’Ana do Livramento-Rivera; Foz do Iguaçu-Ciudad del Este; Encarnación-Posadas; Salto-Concordia, etc.) cujas funções comerciais são a resultante direta do fenômeno de compensação, mais ou menos visível, entre economias regionais e nacionais diferentes (PÉBAYLE,1994:15).

Esse autor (1994), ao tomar como exemplo uma cidade fronteiriça, um pouco distante da linha de fronteira, mas sempre simétrica em relação a elas, Bagé-Melo, diz que os Centros sub-regionais são animados por funções terciárias oficiais ou clandestinas, dependendo diretamente da vizinhança fronteiriça podem ter setores agroindustriais. No entanto, elas não conseguem elevar-se ao nível de verdadeiros centros regionais que existem por toda parte das regiões não-fronteiriças do interior.

Oliveira, porém, argumenta sobre as perspectivas da população fronteiriça, que:

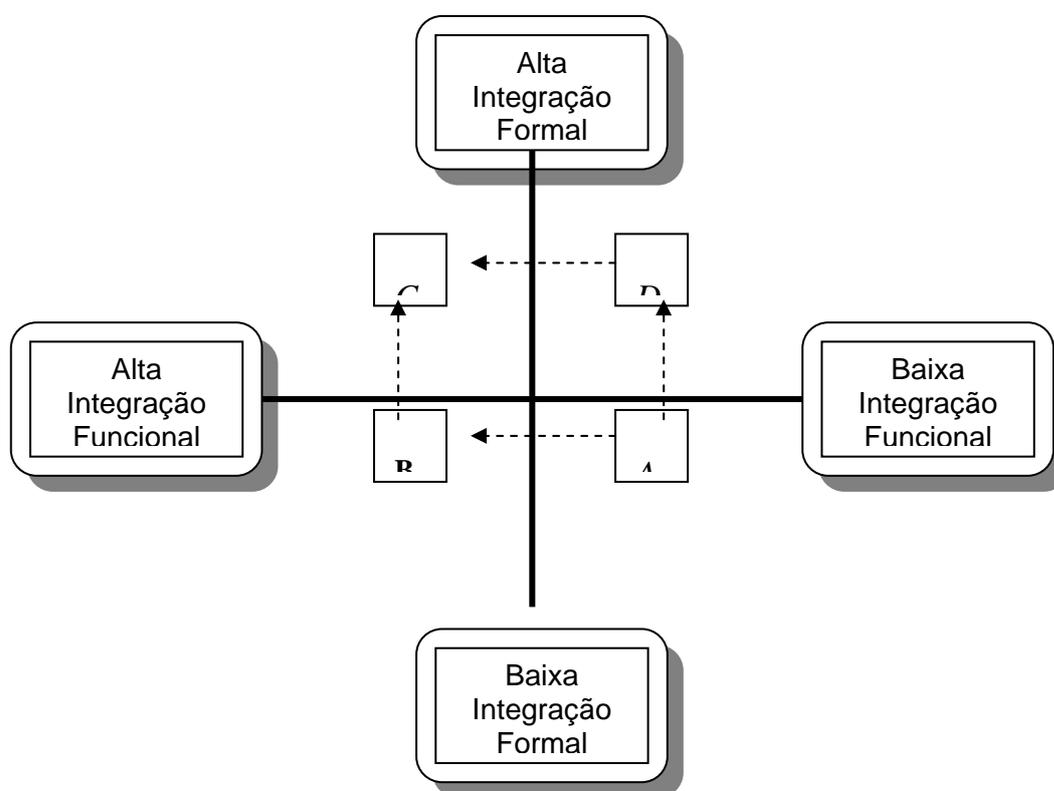
A população e a economia fronteiriça clamam pela ampliação da integração funcional; enquanto, o Estado tentará, por todos os meios, instituir regras que limitem a funcionalidade e amplie a integração formal. Na realidade, a relação entre estas duas lógicas é conflitiva, todavia, muito mais na aparência do que na essência – uma sempre recorre à outra para consecução dos seus desígnios. E, por assim ser, a dinâmica territorial e a paz na fronteira serão demarcadas pela atuação proveniente de ações convergentes entre o formal e o funcional (OLIVEIRA, 2005, p.5).

---

<sup>1</sup> O modelo da sinapse, termo importado da biologia, se refere à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças.

Para Oliveira (2005, p.6), as regiões, cidades, empresas e entidades da fronteira, se podem caracterizar baseando-se sobre duas lógicas: a da integração funcional e a lógica da integração formal, mediante essas duas condições, pode-se identificar uma Tipologia de Relações Fronteiriças.

A figura abaixo, nos permite verificar diferenças bem claras das tipologias<sup>2</sup> entre as localidades, caracterizadas pela presença de integração formal e funcional.



-----► Tendência de deslocamento

Figura 1.1 – Tipologia das Relações Fronteiriças

Fonte: Oliveira, 2005

Percebe-se, de acordo com o geógrafo, que a tipologia construída coloca, de um lado a intensidade e a fragilidade de relações formais de trocas, e, de outro, a intensidade e

<sup>2</sup> A maior parte dos dados encontrados a respeito das Tipologias Fronteiriças foi extraída do trabalho realizado pelo geógrafo e estudioso sobre fronteiras, professor OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Território Sem Limites: Estudo Sobre Fronteiras**. Campo Grande/MS: ed. UFMS, 2005. 648p.

fragilidade de relações funcionais de trocas, trazendo como resultado a presença de diferentes Tipologias de Relações Fronteiriças.

Um dos fatores que apresenta efeitos mais concentrados nas comunidades fronteiriças de ambos os lados de uma zona de fronteira é o trabalho. As oportunidades que oferece um Estado mais desenvolvido, sobretudo para a realização de tarefas pesadas descartadas pelos profissionais qualificados desse mesmo Estado, acarretam ao longo do tempo grande fluxo de trabalhadores do lado pobre para o lado mais rico do limite internacional.

Entretanto, mais difícil de mensurar, devido à relativa imobilidade comparada à alta mobilidade dos trabalhadores, são os fluxos de capital. Sujeita a variações conjunturais constantes, induzidas pelas diferentes políticas econômicas e cambiais de cada país, a zona de fronteira pode se tornar muito instável.

Outro elemento incentivador de fluxo transfronteira é a terra, que é, normalmente, mais barata no lado do limite do país menos desenvolvido, o que atrai o interesse do lado oposto. Se em alguns casos acaba aumentando o êxodo rural, em outros, pode levar ao uso de recursos que estavam abandonados.

## 1.2 AS FRONTEIRAS DO BRASIL

O Brasil é um dos cinco maiores países do mundo em vastidão territorial que possui as mais extensas fronteiras terrestres, atingindo perto de 17.000 quilômetros, quase metade da circunferência terrestre (IBGE, 1999).

Como diz Machado (2004: 25),

Em meados do século XVIII, os tratados de limites entre principais potências européias começam a fazer referência a estudos de topografia e levantamento de

engenheiros para a demarcação de limites, mesmo assim sem grande preocupação com a estabilidade da fronteira.

Percebe-se, então, que, antes mesmo do descobrimento do Brasil, havia interesse na definição das fronteiras. Assim, a partir do Tratado de Tordesilhas (Figura 1.2), assinado em sete de junho de 1494, a partilha das terras de Portugal e Espanha seria feita por uma raia meridiana distante 370 léguas a Oeste das Ilhas de Cabo Verde (SCDL, 2005).



Figura 1.2 - Origens dos Limites - O Tratado de Tordesilhas

Fonte: Grupo RETIS (2004)

Na época, surgiram muitos problemas, principalmente por ser impossível determinar longitudes, o que era imprescindível para implantar no terreno a raia meridiana acima citada, a própria imprecisão geográfica do Tratado e o total desconhecimento do continente recém descoberto, que pouco a pouco foi sendo explorado. Por tais motivos, não foi possível proceder à definição dos limites na América do Sul por mais de 250 anos, a contar do descobrimento, ultrapassando, assim, largamente a linha de Tordesilhas (SCDL2005).

Cabe-nos informar que o primeiro documento a tratar dos limites do Brasil-colônia foi o tratado de Utrecht, assinado na França em 1713, servindo, quase dois séculos depois (1900), para o Barão do Rio Branco defender a posição brasileira na questão do Amapá (SCDL, 2005).

Para dividir as terras em duas coroas, ocorreu a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, conduzida pelo mestre brasileiro Alexandre de Gusmão, secretário do Rei D. João V e membro do Conselho Ultramarino português. Os limites foram estabelecidos a partir deles, com base na ocupação real de territórios por uma e outra Coroa, introduzindo-se um novo princípio, o direito derivado da “posse pelo uso” ou “uti possidetis”, que colaborou para aceitação, pela Espanha, da ampliação dos territórios luso-brasileiros no Continente (SCDL, 2005).

Sob a orientação do Marquês de Pombal, em 1751, foram assinadas as Instruções para demarcação do Tratado de Madrid, constituídas por duas comissões de Limites, em que uma era destinada a explorar e demarcar as fronteiras meridionais do país (entre Castilhos Grandes, hoje território Uruguaio, no Oceano Atlântico e a boca do Rio Jauru, no Rio Paraguai) e outra a demarcar as fronteiras setentrionais, a partir do rio Jauru (SCDL, 2005).

Os órgãos responsáveis pelo trabalho de demarcação são as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, juntamente com os delegados das Comissões estrangeiras correspondentes, foram, também, incumbidos de inspecionar e manter os marcos

anteriormente erigidos. As Comissões reduziram-se a apenas duas, em 1939, com as denominações de Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – primeira divisão, a do Norte, abrangendo as fronteiras com as Guianas, Venezuela, Colômbia e Peru, e a Comissão Brasileira Demarcadoras de Limites – segunda Divisão, a do Sul, que por sua vez abrange as fronteiras com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Os nomes foram novamente alterados em 1973 pelo Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores – RISE, passando a “Primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites – PCDL”, a do Norte; e a “Segunda Comissão Brasileira Demarcadoras de Limites – SCDL”, a do Sul.

É conveniente fazer a distinção entre os termos a seguir (SCDL, 2005).

- Território é o elemento essencial do Estado; é a base física do estado e componente obrigatório de sua existência. Sobre ele o governo tem jurisdição e direitos de soberania.
- Limite liga-se a uma concepção precisa, linear e perfeitamente definida no terreno.
- Fronteira é a mais abrangente e se refere a uma região.
- Negociação consiste na troca de pontos de vista entre os representantes diplomáticos dos países interessados, e objetiva chegar a um consenso em torno da linha de limites.
- Delimitação é a linha negociada e aceita como limite da fronteira, traçada sobre o mapa.
- Tratado é a formalização em documentos descritivos desta linha.
- Demarcação é a materialização no terreno dos pontos notáveis referido no tratado (IBGE/PCDL, 1999). Ou melhor, é a operação pela qual são colocados os marcos principais, a saber, os de mudança de direção, no caso de os limites serem definidos por linhas retas, ou os de mudança de regime, quando se passa de fronteira fluvial para linha seca, por exemplo.
- Caracterização é a fase na qual são intercalados marcos secundários, tanto quando possível intervisíveis, entre os marcos principais, nas fronteiras secas.

Na Figura 1.3, podemos observar o Marco Original do Tratado de Madrid de 1750, de 1854 e de 1981.

Todas as nossas fronteiras estão demarcadas, trabalho este que teve início em meados do século XIX, chegando ao final da primeira metade deste praticamente concluído, exceto as fronteiras com a Venezuela e Bolívia (SCDL, 2005).

Na Venezuela, apenas na década de 1970 foi ultimada a fase demarcatória da fronteira Brasil-Venezuela, faltando ainda proceder a caracterização de extensos trechos de divisor de água ao longo das serras de Parima e Paracaíma que se desenvolvem em região de floresta equatorial, de difícil acesso.



Figura 1.3 - Marco Original do Tratado de Madri (1750)

Erigido em 1754, na Boca do Rio Jauru.

*Atualmente, encontra-se na Praça Principal da cidade de Cáceres (MT)*

Fonte: SCDL (2005)



Figura 1.4 - Marco na Ilha de Coronel Braga - Fronteira Brasil/Paraguai

Fonte: SCDL (2005)

Na Bolívia, no período de 1970 a 1980, foram realizados trabalhos de demarcação e de caracterização ao longo de cerca de 250 quilômetros da fronteira Brasil-Bolívia, em obediência ao acordo de Roboré que, firmado em 1958, aguardou por dez anos a aprovação do Congresso Brasileiro, completando, desta forma, a demarcação da parte terrestre dessa fronteira, em falta apenas a adjudicação das ilhas e rios Guaporé e Mamoré (SCDL, 2005).

No mapa a seguir, pode-se ver as linhas de limites de fronteira que foram trabalhados pela Comissão Demarcadora de Limites. Trabalho difícil e demorado, segue do Amapá, Roraima, Tabatinga, Cruzeiro do Sul no Acre, Rondônia, Corumbá, Ponta Porã até o Chuí.



Figura 1.5 - Mapa Cidades gêmeas

Fonte: GRUPO RETIS (2004)

Tabela 1.1 - Marcos das Fronteiras com o Brasil

	Rios e Canais (km)	Lagoas (km)	Geodésicas (km)	Div. de águas	Total	Total de Marcos
<b>França</b>	427			303	730	07
<b>Suriname</b>				593	593	60
<b>Guiana</b>	698			908	1606	134
<b>Venezuela</b>			90	2109	2199	2456
<b>Colômbia</b>	809		612	223	1644	128
<b>Peru</b>	2003		283	709	2995	86
<b>Bolívia</b>	2609	63	751		3423	426
<b>Paraguai</b>	929			437	1366	901
<b>Argentina</b>	1236			25	1261	260
<b>Uruguai</b>	610	139	57	263	1069	1174
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9321</b>	<b>202</b>	<b>1.793</b>	<b>5.570</b>	<b>16.886</b>	<b>5.632</b>

Fonte: IBGE (1999)

De acordo com o IBGE (1999), o estabelecimento das fronteiras políticas internacionais constitui-se usualmente de três etapas: a) a delimitação, que consiste na fixação dos limites mediante tratados internacionais; b) a demarcação, que é a implantação física dos limites, por meio da construção de marcos em pontos determinados; c) a densificação ou caracterização, etapa na qual se realiza o aperfeiçoamento sistemático da materialização da linha divisória, mediante intercalação de novos marcos, com o objetivo de torná-los cada vez mais intervisíveis (Tabela 1.1).

Para Oliveira (2005), a linha que divide um Estado de outro, a faixa que separa (ou une, mas não mistura) uma cultura de outra, conspira contra a organização compacta e isofórmica de território. Então, a dimensão na vida da fronteira é “bipolar e multiforme”. É um “local onde o limite se estabelece como quase necessidade de ser transposto” (2005, p. 2).

Steiman (2004) postula ser consensual na literatura especializada que a presença de um limite internacional provoca uma série de efeitos sobre a sua área imediata, cuja extensão é difícil determinar. Cientes desses efeitos, alguns Estados criaram territórios fronteiriços sobre

os quais incidem regras diversas de uso de solo, circulação de pessoas e mercadorias e composição do capital de indústrias e empresas ligadas ao setor primário.

### **1.2.1 As Fronteiras do Brasil com o Paraguai**

O Brasil integra o conjunto dos países da América do Sul e possui fronteira com quase todos os países que a formam geograficamente, sendo terrestres, marítimas, aéreas e espaciais, com exceção do Chile e Equador.

As fronteiras marítimas são reguladas pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), realizada em 10 de dezembro de 1982 na Jamaica, que determinou os direitos e deveres dos Estados quanto ao uso do mar e o aproveitamento das águas marinhas. Segundo Mattos (1990, p.70), o conceito de mar territorial, uma faixa de 12 milhas marítimas, contíguas ao litoral, onde os países exercem a plenitude de sua soberania e o conceito de mar patrimonial, a faixa de 200 milhas marítimas contíguas ao litoral, que os países marítimos poderão explorá-la como sua zona econômica exclusiva. As Fronteiras Aéreas e Espaciais, segundo Mattos (1990, p.82) e de acordo com o artigo 11 da lei 7.565 de 19 de dezembro de 1976, que estabelece o código da aeronáutica em substituição ao Código Brasileiro do Ar de 1966, a convenção de Chicago, de 1944, é a fonte principal das regras estabelecidas para o controle do espaço aéreo e que foram adotadas pela Organização Internacional da Aviação Civil. O Direito Espacial Internacional é regulamentado por cinco tratados.

O Brasil ratificou apenas três deles. O primeiro é o Tratado sobre os Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes (em vigor desde 1967 e ratificado pelo Brasil em 1969). O segundo é a Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais (em vigor desde 1972 e ratificado pelo Brasil em 1973). O terceiro é o

Acordo sobre Salvamento de Astronautas e Restituição de Astronautas e Objetos lançados no Espaço Cósmico (em vigor desde 1968 e ratificado pelo Brasil em 1973).

As Fronteiras Terrestres têm como uma das características as faixas de fronteiras, conforme Torrecilha (2004, p.52-53), a Constituição Federal do Brasil de 1998 estabeleceu, no artigo 20 que a faixa é de até 150 km a partir da linha de fronteira e é considerada fundamental para defesa do território nacional e sua ocupação e utilização serão regulamentadas por lei. É interessante ressaltar que existe diferença entre a faixa de fronteira (que é uma faixa interna mais extensa e é paralela a linha divisória do território nacional) e a linha de fronteira (que é o limite físico natural ou artificial entre dois países estabelecido por meio de tratados internacionais).

Situada na região oeste do Estado do Paraná, fazem fronteira as cidades de Foz do Iguaçu e Ciudad del Este, interligadas pela ponte da Amizade por meio do Rio Paraguai. Um ponto importante, que cabe aqui mencionar, é a beleza das paisagens naturais dessas áreas que ressalta um grande potencial turístico da região e contribui para a atração de turistas de todo o mundo.

No Estado do Mato Grosso do Sul, a linha divisória tem uma extensão de 1.517km, sendo 386km de fronteira com a Bolívia, e 1.131km com o Paraguai. São 12 municípios situados na linha de fronteira, entre eles, alguns na condição de conurbação. A faixa de fronteira abrange, aproximadamente, 48% da área do Estado, com 39 municípios, 895.680 habitantes e uma densidade demográfica de 5,23hab/km quadrados, ou seja, uma região pouco habitada. (OLIVEIRA, 2005, p.9).

Destacam-se as cidades fronteiras-seca: Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai), Bela Vista e Bella Vista, Coronel Sapucaia e Capitán Bado, Paranhos e Ypê Jhu, Guairá e Saltos del Guairá (IBGE, 1999). Essas cidades apresentam peculiaridades

decorrentes das suas posições geográficas e que se expõem na funcionalidade e na estruturação interna das mesmas.

As constantes imigrações de brasileiros ao Paraguai que, *a priori*, eram observadas nos departamentos fronteiriços no Alto Paraná, Canindeyú e Amambay, expandiram-se por outras áreas fronteiriças. Além de causar um grande êxodo rural, faz com o que Paraguai fique estagnado em seu processo de modernização e expansão agrícola, uma vez que os pequenos camponeses saem do campo para a cidade totalmente despreparada para enfrentar um novo tipo de vida e trabalho. Segundo Riquelme,

La continuación de esta política de *laissez faire* en la esfera migratoria, por parte Del estado paraguayo, estaría agravando los resentimientos y los conflictos cada vez más frecuentes entre grupos de emigrantes brasileños y las organizaciones campesinas Del Paraguay que nuclean a pequeños productores rurales que son presionados para vender sus tierras a los cultivadores brasileños de soja (RIQUELME, 2004:3).

Os problemas da migração brasileira agravam-se na década de setenta, quando o Paraguai abre suas novas fronteiras para receber uma apreciável quantidade de agricultores brasileiros, desarticulados no processo de modernização, da estrutura agrária nos estados do Sul do Brasil. Em três décadas, a maioria dos migrantes, principalmente os de origem europeia, prosperaram visivelmente, enquanto que os pequenos camponeses paraguaios, sem capacidade para competir e sem nenhum apoio oficial, vendem suas propriedades e dado que não existem novas fronteiras agrícolas no país, nem indústrias que absorvam sua força de trabalho, aumentam as filas do setor informal da Cidade do Leste, Coronel Oviedo e os conurbados do Departamento Central (RIQUELME, 2003, p.15).

Ao mencionar sobre a legalidade e o contrabando, Ribeiro comenta que:

(...) derivam de duas ordens privilegiadas, ambas operantes em múltiplas escalas. Em primeiro lugar intervém uma lógica estrutura na qual o grau de complementaridade entre unidades geográficas com aptidões e produções diferentes, anima os diversos fluxos de pessoas, bens, serviços e informações, tanto visíveis (legais) como invisíveis (contrabando). De outro lado incide uma ordem conjuntural, representada por flutuações monetárias (câmbio), que engendram movimentos turísticos excepcionalmente grandes, e pela variação dos preços de produtos, principalmente agrícolas, que engendram uma oscilação na direção do movimento de cargas (RIBEIRO:2004: 20)

Considerando-se, então, o cenário, há grande preocupação no que se refere aos lugares que compartilham a função de centralidade em relação a uma região complementar comum.

### 1.3 AS FRONTEIRAS DO MATO GROSSO DO SUL

O Estado do Mato Grosso do Sul possui 77 municípios, destes 39 se encontram na faixa de fronteira, 12 na linha e seis são conurbações ou semi-conurbações.

MAPA 21: ÁREA PILOTO DO MATO GROSSO DO SUL

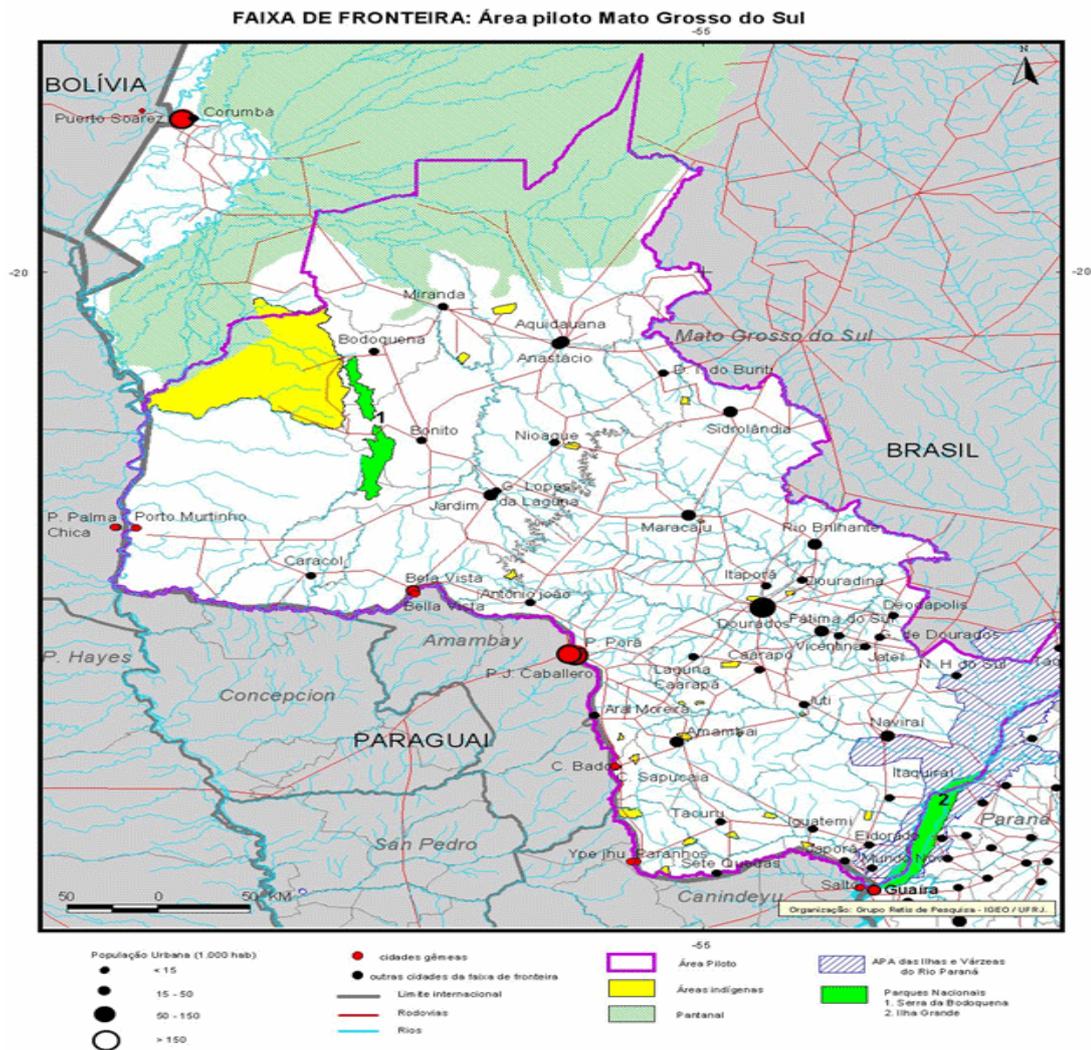


Figura 1.6 - Mapa Faixa de Fronteira do Mato Grosso do Sul

Fonte: GRUPO RETIS, 2004.

Como podemos perceber no mapa acima, nessas fronteiras há grandes interações, com importantes oscilações, conforme modelo que fundamenta a tipologia de interações (proposto pelo geógrafo francês Arnaud Cuisinier-Raynal - 2001)<sup>3</sup>. A aplicada para a fronteira do Cone Sul-Mato-grossense é a Sinapse conjuntural, estimulada, não só pela frente agrícola, mas, também, pelo domínio da produção e comércio ilícito da *Cannabis sativa* por brasiguaios (Concepción e Departamento de Amambay).

Cidades gêmeas, como no caso do Cone Sul, são tratadas como se fosse uma Zona Franca, estimulando-se trocas internacionais, como formação de sindicatos de cambistas, de infra-estrutura hoteleira e redes de lojas especializadas e, principalmente, quando se fala de sistemas de abastecimentos de mercadorias, destacando-se as hortifrutícolas que são abastecidas dos dois lados. Ribeiro (2004:18) afirma que há “segmento privilegiado ao longo da fronteira, no que tange à intensidade das interações espaciais”. Entre eles, destaca-se a configuração espacial peculiar (porém não exclusiva) a certas zonas de fronteira internacional, a saber, a ocorrência de cidades gêmeas.

---

<sup>3</sup> Proposta de Reestruturação do programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, realizado pelo Grupo Retis-UFRJ para o Ministério da Integração Nacional 2005. Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira



O Departamento de Amambaí está dividido em três distritos: Bella Vista, Capitán Bado e Pedro Juan Caballero. Limita-se ao Norte e a Leste com o Brasil, separados pelo rio Apa e pela Cordilheira do Amambaí, ao Sul com Canindeyú e a Oeste com Concepción e San Pedro.

A existência de intermináveis extensões territoriais na região localizada aos redores da cidade de Ponta Porã e no Departamento de Amambay, no Paraguai, nas mãos de poucas pessoas, teve origem no processo das vendas de terras públicas no fim da guerra de 1870.

Goiris (1999:131) explica que o problema da terra, persistente até hoje, teve como ponto de partida o apadrinhamento oficial a determinadas pessoas ou empresas. A região de Amambay também foi dominada pelo latifúndio, particularmente pela empresa “Industrial Paraguai”, desde o final da guerra, ocupando mais de 2.500.000 hectares de terra para a exploração de erva-mate. Segundo esse autor a exploração da erva-mate no Paraguai é um processo tão antigo como a existência dos indígenas nestas terras da América, pois

A partir del año 1502 empiezan a surgir las primeras noticias entre los conquistadores europeos sobre la existencia de la yerba mate. Llamada *caá* por guaraníes, la yerba mate, há sido descripta, em 1610 por Ruy Diaz de Guzmán, como *un cierto polvo que los indios llevaban en bolsas* de cuero. Em 1645, los jesuítas, obtuvieron el permiso para comercializar la hierba, con una serie de privilegios que redundo en una competición desastrosa con los paraguayos, quienes nunca obtuvieron mayores beneficios por los impuestos que pagaban. Con la expulsión de los jesuitas en 1767, se va a iniciar un nuevo ciclo de la hierba mate, con mayor impulso de empresas particulares del Brasil. (GOIRIS, 1999:134).

As empresas, ainda citando Goiris (1999), que monopolizavam a extração e comercialização da erva-mate, como a “Cia. Mate Laranjeira” e a “La Industrial Paraguaya”, conseguiram grande progresso econômico, graças ao esforço descomunal dos trabalhadores dos ervais, em sua maioria peões paraguaios que vinham da Villa Encarnación, local em que se concentravam os trabalhadores da empresa La Industrial Paraguai. O autor ainda acredita que

En realidad, en los *trabajados* u *obrajes* existió un sistema de exploración de la fuerza de trabajo, muy próximo del concepto de Karl Max que atribuía la situación de miserabilidad de las clases menos favorecidas al hecho de que una determinada clase social, la de los dueños de los establecimientos monopolizaba los “medios de producción” y consecuentemente se adueñaba de todo el lucro obtenido. A los trabajadores de los yerbales les restaba vender su fuerza de trabajo; siendo su único lucro la *supervivencia*. (GOIRIS, 1999:139).

Evidencia-se, assim, ser indiscutível que os trabalhos de exploração da erva-mate exerceram um papel decisivo para a formação social da região de Amambaí e do estado do Mato Grosso. Grande parte das pessoas que freqüentavam ou viviam no lugar chamado Paragem Punta Porã, tinham relação direta ou indireta com os trabalhadores do Sr. Laranjeira, eram obreiros, carreteiros, mineiros, etc. É inegável, também, que a erva exportada para Argentina, por via fluvial, utilizando o porto de Concepción, marcou um período de prosperidade na fronteira.

A tabela 2.1, mostra a dimensão das empresas ervateiras muito diferentes da atualidade.

Tabela 2.1 - Instalações industriais do império ervateiro

<b>Trabalhadores</b> (paraguaios e descendentes)	28.0000
<b>Gado (cabeças)</b>	55.000
<b>Cavalos</b>	2.500
<b>Burros</b>	1.700
<b>Barcaças</b>	180
<b>Lanchas a vapor</b>	37
<b>Linhas de ferro</b>	250km
<b>Carretas de boi</b>	900
<b>Barco a vapor</b>	8
<b>Locomotoras</b>	3
<b>Rebocador</b>	20

Fonte: a partir de Goiris (1999)

Em 1893, com a extensão das atividades ervateiras, surgiram comerciantes com o intuito de atender os comboios e carreteiros que transitavam ao redor da lagoa Capiivary, localizada em Pedro Juan Caballero. Um dos primeiros comerciantes era o paraguaio. Pablino Ramírez, que construiu um pequeno rancho, onde inaugurou seu comércio dando origem ao nome de Paraje Punta Porã, que serviu para atender os que ali paravam para descansar e continuar suas extensas caminhadas. Era o caminho mais utilizado pelos transportadores de erva-mate, os carreteiros, que formavam a chamada “carreta corá”.

Frente à existência de muitas contradições em relação à data de fundação da cidade de Punta Porã – Paraguai e Ponta Porã – Brasil, é razoável estar de acordo com a postura do Ministro do Interior Edgar L. Insfrán, de que sua fundação deveria ser atribuída na data de

1º de Dezembro de 1899, em razão, justamente de que mais importante do que a data da promulgação das leis que outorgam o nome, emancipação e divisão política a uma cidade (Decreto de 1901), é a existência prévia de um núcleo populacional humano, cuja causa é o bem estar social, o governo decide criar por Decreto uma Comissária Policial (GOIRIS,1999:167).

En realidad, en los *trabajados* u *obrajes* existió un sistema de exploración de la fuerza de trabajo, muy próximo del concepto de Karl Max que atribuía la situación de miserabilidad de las clases menos favorecidas al hecho de que una determinada clase social, la de los dueños de los establecimientos monopolizaba los “medios de producción” y consecuentemente se adueñaba de todo el lucro obtenido. A los trabajadores de los hiérbales les restaba vender su fuerza de trabajo; siendo su único lucro la *supervivencia*. (GOIRIS, 1999:139).

Posteriormente, o Decreto de 30 de Agosto de 1901, cria o Departamento de Pedro Juan Caballero, nome escolhido pelos Deputados e Senadores da República, reunidos no Congresso Nacional, para homenagear a vários heróis da Independência Nacional, trocando, assim, o nome de Punta Porã pelo nome do herói Pedro Juan Caballero. Ponta Porã, nome dado pelos primeiros habitantes paraguaios antes da guerra de 70, passa então a designar exclusivamente a cidade do lado brasileiro.

Conclui-se que ao ficar abandonado o primitivo nome Punta Porã-Paraguai, a cidade vizinha brasileira passou a adotar esse mesmo nome, chamando-se atualmente Ponta Porã. É importante comentar que se registra na história que por muitos anos depois de 1901, os habitantes da fronteira continuavam chamando a cidade paraguaia de Punta Porã e não de Pedro Juan Caballero. Citando Goiris:

El nombre Pedro Juan Caballero surgió, entonces, después Del Decreto Del 30 de Agosto de 1901, que crea el *Departamento de Pedro Juan Caballero*. Este nombre, a pesar de existir oficialmente desde aquella fecha, se fortaleció, desde el punto de vista popular, a partir de 1920. Más adelante, por el Decreto Del 10 de Julio de 1945, la ciudad de Pedro Juan Caballero es designada capital Del *Departamento de Amambay* (GOIRIS,1999:172).

Portanto, só após ter erigido o monumento ao herói da independência, o capitão Pedro Juan Caballero é que o povo fronteiriço começou realmente a chamar a cidade pelo nome.

### 2.1.2 População

Pedro Juan Caballero possui uma população total de 77.270 habitantes, sendo, aproximadamente, 69% urbana e 31% rural.

A dupla nacionalidade é normal nas cidades fronteiriças, principalmente em fronteiras secas. Observa-se um comportamento diferente no departamento de Amambaí em relação às outras regiões de fronteira do país, em particular podemos citar a população de Cidade do Leste que tem nacionalidades bem definidas. Em Pedro Juan, a maioria da população nativa tem dupla nacionalidade, muitos Paraguaiois têm documento de identidade brasileira e vice-versa. A identificação como nacionais de um ou de outro país se dá, principalmente, àqueles que nasceram em outras cidades ou lugarejos de fronteira, razão esta que, provavelmente, explica o alto índice de documentação das populações destas cidades.

Segundo pesquisa realizada pelo Centro de Estudos BASE Investigações Sociais para o Ministério de Justiça e Trabalho do Paraguai, tendo como consultor responsável Tomás Palau (2001), não se pode explicar de outra maneira a contradição em que caem alguns dos entrevistados paraguaiois, quando ao perguntar qual documento tinha, manifestou possuir o “Carne de Imigração”. Pode-se observar também que uma boa quantidade de pessoas que declararam ser brasileiras disse que tinha identidade paraguaia, o que se deve provavelmente à residência no Paraguai. Pessoas de outras nacionalidades, como chinês, libanês, japonês, também possuem identidade paraguaia, pelo mesmo motivo. Conforme tabela abaixo, pode-se observar a nacionalidade segundo o tipo de documento.

Tabela 2.2 - Nacionalidade segundo o tipo de documento

Nacionalidade	CI Paraguaia	CI Brasileira	Imigração	CI PY e BR	TOTAL
Paraguaia	312	-	4	-	316
Brasileira	20	11	36	1	68
Outros	3	-	1	-	4
NS/NC	1				
Total	336	11	41	1	389

Fonte: BASE – Centro de Estudos de Investigações Sociais do Paraguai (2001).

A dupla nacionalidade, mesmo apresentando apenas um caso entre os 389 entrevistados, é uma situação muito particular para as autoridades de imigrações, já que não se pode aplicar as normas vigentes por se tratar de pessoas com documentações de acordo com as regras, utilizando o documento de um lado ou outro de acordo com as circunstâncias.

No quadro seguinte, foi trabalhada a mesma informação para a obtenção dos dados acima, considerando os proprietários de estabelecimentos. Pode-se notar que os donos de estabelecimentos, paraguaios, orientais e árabes tem identidade paraguaia, mas a principio dado estrangeiro residem no país. Portanto, do total de proprietários brasileiros, 22% declara ter identidade paraguaia ou ter os dois documento<sup>4</sup>, o restante conta com a imigração.

Tabela 2.3 - Nacionalidade do proprietário segundo o tipo de documento

Tipo de documento	Paraguaio/a	Brasileiro/a	outros	Total
Identidade PY	25	2	2	29
Identidade BR	-	3	-	3
Imigração	-	11	-	11
Identidade PY e BR	-	2	-	11
Total	25	18	2	45

Fonte: BASE – Centro de Estudos de Investigações Sociais do Paraguai (2001)

Ao cruzar as informações obtidas sobre o tipo de documento que os proprietários possuem, com o tamanho do estabelecimento, notamos que os estrangeiros que possuem o carnê de imigração são os proprietários de estabelecimentos maiores, e os que são de estabelecimentos menores são os de documentação paraguaia ou de dupla documentação.

<sup>4</sup> Um entrevistado declarou que por trás deste fato, da dupla nacionalidade, e o de fazer “vista grossa” a algo que está classificado como delito, é de interesse dos caudilhos políticos de um e de outro lado da fronteira, que recrutam clientela em época de eleições.

### 2.1.3 Economia

A cidade de Pedro Juan Caballero tem, como base econômica, o agronegócio, a indústria, o comércio e o turismo. Exporta madeira serrada, sementes de soja, trigo, cana de açúcar, menta e a exploração da erva mate, café (ocupa o primeiro lugar nacional na produção do café) carne refrigerada, produtos plásticos e animais e importa mercadorias em geral como: eletrônicos, comestíveis, bebidas, insumos, pilhas, pneus, veículos, sementes de pasto e suplementos minerais (MRE, 1999)

#### 2.1.3.1 Agronegócio em Pedro Juan Caballero

Em Pedro Juan Caballero, e segundo seu aproveitamento e a variabilidade de sua superfície, pode-se classificar o uso da terra entre: cultivos temporais 3,6%; plantas forrageiras cultivadas 32,9%; cultivos permanentes 0,4%; descanso 2,2%; pastos naturais 34,2%; plantações florestais e matas naturais (integrantes da exploração agropecuária) 24,2%; outras terras 1,5%.

A importância espacial das pradarias naturais é de 34,2%, comparada com a superfície agrícola de 39,1%, no total das explorações com terra.

A superfície cultivada de 387.263ha., significa 29,9% da superfície departamental. A pecuária ocupa 54,4% devido ao alto componente das pradarias cultivadas. No que se refere a máquinas e implementos, o setor possui uma densidade média de 622 ha/trator; 661ha/arado (a.t.a); 4.075 ha/colheita e 985 ha./arado. A pecuária extensiva e a atividade florestal extrativa passam, assim, a ser característica produtiva principal das zonas rurais de Amambai. Conta com 5% da produção nacional do trigo e possui 428.704 de cabeças de gado, o que corresponde a 5,6% do total nacional e 18% dos existentes no Chaco.

O total das explorações agropecuárias gera trabalhos permanentes, empregando 60% do total de pessoas economicamente ativas do setor. Nos trabalhos ocasionais e temporais, 26%

do total não encontram ocupação plena, 7% do total permanecem desocupadas e 8% do total não possui dados de atividades.

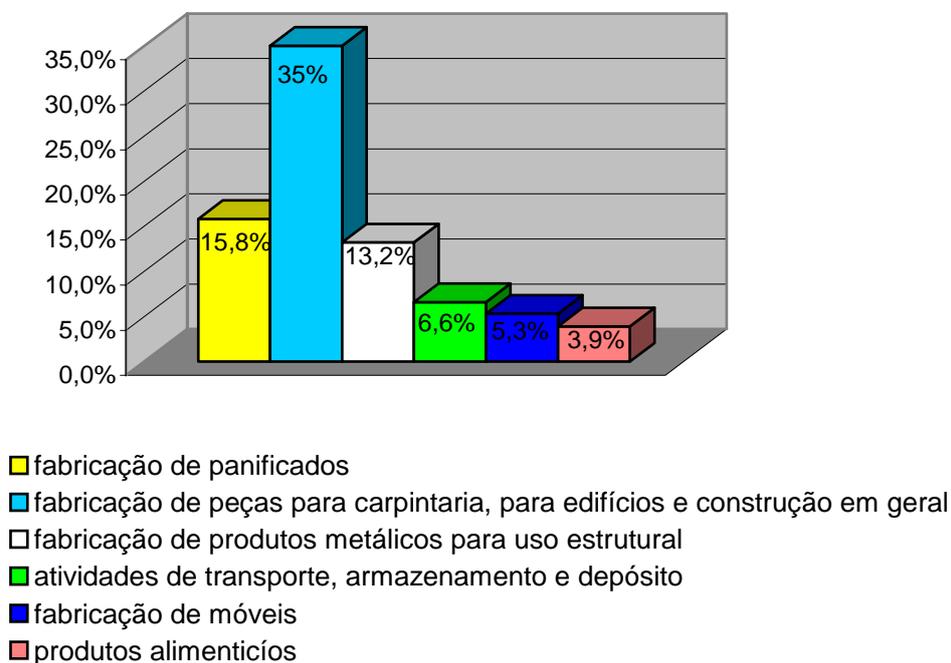
Sobre a posse da terra para atividades agropecuárias, obtêm-se os seguintes dados: 96% da terra estão em regime de propriedade, 1% em aluguel, 1,7% em ocupação e 0,6% de outras formas. O índice de desigualdade na posse de terras entre as explorações agropecuárias de 92,76%, ou seja, uma altíssima concentração de terra.

### *2.1.3.2 Indústria e Comércio*

Os tipos de mercadorias de importação vendidas nos comércios locais são os eletrônicos, alimentos, bebidas, pneus, sementes e suplementos minerais. No departamento do setor industrial existem 56 empresas registradas (1,2% em relação ao País), gerando empregos diretos de 585 pessoas. Cerca de 48% geram entre 1 e 5 empregos, 36% empregam entre 6 e 20 pessoas e 16% das empresas empregam entre 21 a 100 pessoas.

Por outro lado, o Censo Industrial Nacional do Paraguai de 1997, revela que existem 70 empresas industriais, que empregam, aproximadamente, 1.402 pessoas. Cabe mencionar que esses empregos correspondem às seguintes atividades industriais: fabricação de panificados 15,8%, fabricação de peças para carpintaria para edifícios e construções em geral 35%, fabricação de produtos metálicos para uso estrutural 13,2%, atividades de transporte, armazenamento e depósito 6,6%, fabricação de móveis 5,3%, outros produtos alimentícios 3,9%, etc, como mostrado no Gráfico 2.1.

Gráfico 2.1 – Demonstrativo das atividades industriais



O Departamento de Amambá possui 264.527 ha de mata contínua e 169.710 ha de bosques residuais, representando um total de 24,6% da superfície departamental, a exploração de madeira obteve um grande avanço nas últimas quatro décadas empobrecendo cada vez mais as áreas florestais. Todo material de construção gerado no Departamento de Amambá é absorvido no mesmo departamento, uma vez que é produzido próximo dos consumidores.

### 2.1.3.3 Turismo

É grande o comércio que provém do turismo, a maioria das pessoas de Mato Grosso do Sul, que se deslocam até Pedro Juan Caballero, tem como objetivo fazer compras de importados, como, eletrônicos, bebidas, pneus e alimentos.

Há, também, visitação de estudantes a Cerro Corá, local onde ocorreu a batalha final da Guerra da Tríplice Aliança, e a morte de Solano López, e ao local das escritas rúnicas, a 40 quilômetros de Pedro Juan Caballero.

## 2.2 PONTA PORÃ

### 2.2.1 História

A cidade de Ponta Porã localiza-se na região sudoeste do Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai (Pedro Juan Caballero). Conforme Oliveira (2005), formam uma conurbação vibrante, recheada de ações formais e complementaridades funcionais plurais e estabelecem um nível de convivência com intensa complementaridade. O município pertence à Micro-Região Homogênea de Dourados e foi criado pela Lei nº. 617, de 18 de julho de 1912, sendo comemorado seu aniversário nesse dia (Figura 2.2).



Figura 2.2 - Municípios de Mato Grosso do Sul: Diagnósticos e Análises Geopolítica, Econômica e Social. (SEBRAE, UFMS E FAPEC, 2003).

Ponta Porã, com 655,6509 metros acima do nível do mar, é o segundo município em altitude do Estado, com uma área de 5.328,6 km<sup>2</sup> (representa 1,49% do Estado), densidade demográfica de 11,43%/km<sup>2</sup> e 328 km distante da capital do Estado. Sua temperatura média anual varia de mínima 16°C a 5°C e a máxima 27°C a 30°C, seu relevo, na totalidade da região, apresenta uma topografia plana e levemente ondulada, sendo o ponto culminante a Serra de



### Situação do município em relação à hidrografia do Estado

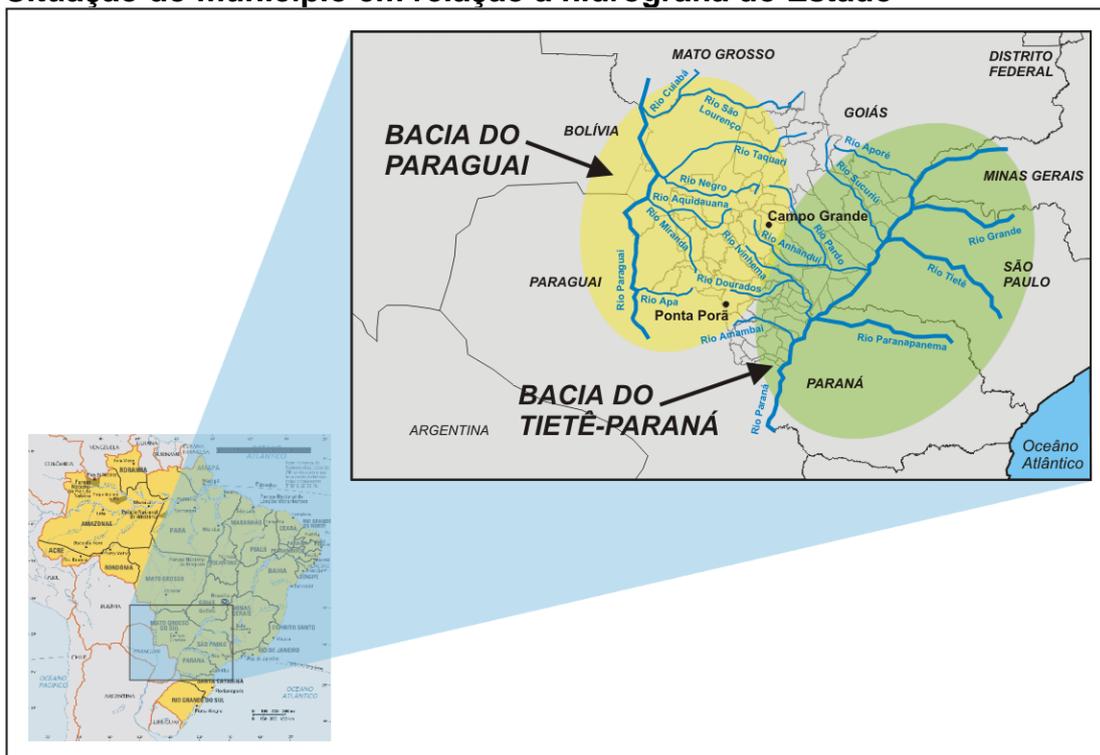


Figura 2.4 - Municípios de Mato Grosso do Sul: Diagnósticos e Análises Geopolítica, Econômica e Social. (SEBRAE, UFMS E FAPEC, 2003).

Reportando-nos à história regional, Ponta Porã, que em língua guarani significa Ponta Bonita, também é conhecida como “Princesinha dos Ervais”, por ser considerada uma das maiores produtoras de erva-mate no tempo da colonização. Sua história começa em 1892, quando a guarnição da colônia militar de Dourados foi levada para as nascentes dos córregos: Jovai São Tomaz, Carambola, São Vicente, Ponta Porã, Tegujho e do rio São João. Local preferido dos carreteiros que faziam o transporte de erva-mate, dando o início a uma povoação denominada, Ponta Porã. A Guarnição transferida teve a finalidade de proteger os carreteiros dos “Quatreros”, paraguaios. O primeiro ponta-poranense registrado foi Boaventura Nazaré, nascido em 1895 (IBGE, 2000).

Assim começa a territorialização da região fronteira Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, logo após iniciarem os trabalhos de demarcação dos novos limites entre o Brasil e o Paraguai. Tomás Laranjeira tinha uma estreita relação com a Comissão Demarcadora de Limites, pois era primeiro Secretário e provedor oficial dos gêneros alimentícios que a

Comissão necessitava. Isso possibilitou o contato de Laranjeira com a sociedade comercial Francisco Mendes e Cia., com sede em Buenos Aires, para que se iniciasse a exploração da erva mate. Comenta a esse respeito Villanueva (2001):

...Tomás Laranjeira, nacido en la ciudad de Bagé, en el Estado de Rio Grande do Sul, próximo a la frontera con la República Argentina. Este, en su condición de secretario, primero, y proveedor después, de la Comisión Demarcadora de Límites entre nuestro país y el Imperio Del Brasil (Tratado Loizaga-Cotegipe firmado em 1872), fue favorecido por el gobierno de este en 1878 con la concesión de un decreto que le otorgaba privilegios para explorar la hierba-mate, riqueza nativa de Mato Grosso, hoy Mato Grosso do Sul. [...] señala, entre otras cosas, que durante sus frecuentes viajes como proveedor de la referida Comisión de Límites, Tomás Laranjeira pudo observar a través de la región de Iguatemi y Amambay la enorme extensión de los yerbales allí existentes. Por eso resolvió explotarlos, liderando un grupo de emprendedores para la fundación de la Compañía Mate Laranjeira (2001: 89).

Diante disso, acontece a maior devastação territorial com o objetivo de explorar erva-mate, diz Villanueva (2001). Em 1902, após quebra, os Bancos Rio e Mato Grosso, que dava apoio financeiro para a empresa, Tomás Laranjeira e Francisco Mendes, adquiriram o patrimônio do Mate Laranjeira, que passou a Laranjeira Mendes e Companhia, monopolizando o sistema de produção e industrialização da erva-mate, tendo: Mendes, argentino, como comprador e transformador único do produto, e Laranjeira, brasileiro, como provedor e dono dos ervais. Fortaleceram de tal maneira a companhia que esta passou a ter um poderio econômico e político muito grande no Estado de Mato Grosso, uma vez que seu faturamento era seis vezes superior ao pressuposto mato-grossense (VILLANUEVA, 2001:50).

Haesbaert (2004) se refere a esse tipo de apropriação de território, a econômica que enfatiza o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais na relação capital-trabalho.

Ponta Porã vai adquirindo, então, importância econômica e social a partir da instalação das Fazendas de Tomás Laranjeira, lembrando que, na década de 1920, a Cia. Mate Laranjeira chega a ter nada menos que 2.000.000 hectares de terras em Porto Murtinho, Campanário e

Ponta Porã, tendo como atividade principal a extração, produção e exportação de erva mate (GOIRIS, 1999:179).

Outro tipo de invasão para se territorializar nas regiões para exploração de terras, foi a chegada dos migrantes gaúchos, em 1893. Como relata Goiris (1999), vieram por obedecerem questões políticas, na época da Revolução dos Federalistas, em fevereiro no mesmo ano. Inicia-se, então, um êxodo dos gaúchos rebeldes ou revolucionários. Estes gaúchos federalistas ou maragatos souberam por intermédio de notícias das fazendas ervateiras no sul de Mato Grosso e chegaram até Ponta Porã. Esta migração rio-grandense reforçará o componente étnico “branco” na zona de fronteira. Contudo, em 1920, chegou a ter 19.112 habitantes, e a exportação de erva-mate para Argentina, nessa época, chegava a 4.307.000 quilos.

Com o objetivo de organizar uma população fronteiriça que crescia, em 1912, criava-se o Município de Ponta Porã, já separado do Distrito de Bela Vista, ao qual pertencia. Teve como primeiro Prefeito da cidade o Sr. Ponciano de Matos Pereira, entre 1913 e 1914. Em 1915, o município ascende para a categoria de comarca, criando-se a Comarca de Ponta Porã. Em 1919, é criado o 11º. Regimento de Cavalaria, tendo como primeiro capitão Hipólito Paes Campos, com o objetivo de preservar a soberania e a identidade brasileira e salvaguardar os interesses nacionais do Brasil (GOIRIS, 1999:181).

### **2.2.2 População**

De acordo com o censo demográfico 2000 - IBGE, Ponta Porã tem 56.565 hab, em Cabeceira do Apa 1.346 hab, e em Sanga Puitã 3.055 hab, perfazendo um total de 60.966 habitantes, numa taxa de crescimento anual de 1,04%, apresentando densidade demográfica de 11,4 hab/km<sup>2</sup>.

Conforme dados extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD/IPEA/FJP<sup>5</sup>, o IDHM-L (índice de longevidade no município) é de 0,774; IDHM-E (índice de educação) é de 0,872; IDHM-R (índice de renda), de 0,694 e o IDH-M (índice de desenvolvimento humano), de 0,780.

### **Características da População**

A população residente no município de Ponta Porã compõe-se de diversas raças, como: Branca, Negra, Amarela, além dos indivíduos miscigenados entre migrantes e nativos, o que lhe proporciona uma cultura bastante peculiar (SEBRAE; UFMS; FAPEC, 2003).

Fazem parte, também, da população do município pessoas oriundas das regiões circunvizinhas, dentre elas o país com o qual faz fronteira – o Paraguai. Desse país, o município tem assimilado diversos costumes, que já se tornaram parte da cultura regional.

### **Agricultura Familiar e Reforma Agrária**

Ponta Porã possui uma população rural estimada em 6.536 habitantes. Segundo o INCRA (2003), entre essa população foram assentadas 1.795 famílias, sendo: Projeto Corona (58 famílias); Projeto Boa Vista (70 famílias); Projeto Nova Era (97 famílias); Projeto Dorcelina Folador (270 famílias) e Projeto Itamarati (1.300 famílias), o que vem colaborando com o agronegócio da região.

#### **2.2.3 Economia**

Percebe-se que a base econômica do município está centrada no agronegócio, indústria, comércio e o turismo no Paraguai. Isto vem propiciando grande crescimento no comércio do lado brasileiro, principalmente no segmento de transportes, restaurantes e hotéis.

---

<sup>5</sup>Informações contidas no endereço eletrônico <http://www.caminhos.ufms.br/matrizdados/ms/pontapora.html>

Contudo, a pecuária também tem gerado receita para a região, sobretudo pela diversidade de rebanhos que possui e pela industrialização de seus derivados, como carne, leite, queijo, calçados, etc.

### 2.2.3.1 Agronegócio em Ponta Porã

O município é o segundo produtor de trigo do Estado. Possui uma área territorial de 5.359 km<sup>2</sup>, apresenta uma malha viária com rodovias totalmente asfaltadas, sendo corredor de exportação e importação, devido sua condição de porta de entrada e saída do País.

Embora algumas terras estejam voltadas para a pecuária, com um rebanho de bovinos, muaras, eqüino, ovino, caprino e, também, frangos, trata-se de uma região eminentemente agrícola, com uma clara visão da cultura hortifrutícola, incentivada pelos pequenos e médios produtores e, também, pela agricultura familiar.

Tabela 2.4 - Produtos Agrícolas

<b>Variável = Quantidade produzida da lavoura temporária</b>					
<b>Lavoura temporária</b>	<b>Ano</b>				
	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Total	-	-	-	-	-
Algodão herbáceo (em caroço) (Tonelada)	5.200	12.233	10.575	3.925	1.529
Amendoim (em casca) (Tonelada)	-	280	300	363	538
Arroz (em casca) (Tonelada)	6.513	8.190	8.750	8.426	9.600
Aveia (em grão) (Tonelada)	-	200	-	600	-
Centeio (em grão) (Tonelada)	-	300	255	-	-
Feijão (em grão) (Tonelada)	1.700	684	1.140	5.346	3.937
Mandioca (Tonelada)	1.500	4.500	3.200	2.880	3.000
Melancia (Mil frutos)	-	6	50	154	168
Milho (em grão) (Tonelada)	72.000	109.200	62.800	161.700	89.136
Soja (em grão) (Tonelada)	178.200	256.620	228.000	253.000	272.700
Sorgo granífero (em grão) (Tonelada)	1.050	3.460	1.900	11.500	3.000
Tomate (Tonelada)	40	400	120	200	570
Trigo (em grão) (Tonelada)	8.100	12.000	4.500	25.704	10.800

Fonte: IBGE – Produtos Agrícolas<sup>6</sup>

<sup>6</sup> - Os municípios sem informação para, pelo menos um produto da lavoura temporária, não aparecem nas listas; a partir do ano de 2001, as quantidades produzidas dos produtos melancia e melão passam a ser expressas em toneladas

Como se pode observar na tabela 2.4, em 2002, a soja teve um aumento considerável em relação a 2000, já o milho reduziu, em relação a 2001. Além desses produtos, planta-se a lavoura temporária com os produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, mandioca, melancia, milho, tomate. A lavoura permanente cultiva banana, laranja, erva-mate, uva, também demonstrando que o produtor acredita no futuro do agronegócio na região.

### *2.2.3.2 Indústria e Comércio*

A cidade de Ponta Porã se destaca pelo expressivo número de estabelecimentos comerciais, sendo 111 atacadistas e 553 varejistas. Número considerado alto para o tamanho da região.

De 1997 a 2001, as indústrias se ramificaram pelas atividades com minerais não metálicos, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicação, transportes, madeira, mobiliário, papel e papelão, borracha, couro, peles e similares, têxteis, produtos alimentícios, bebidas, calçados, químicas, entre outros (BDE/MS).

## 2.3 PECULIARIDADES DE CONURBAÇÃO

Não obstante, a fronteira é um lugar diferente, com uma particularidade muito especial. Era uma paragem, onde terminavam os limites de um país e se iniciavam os limites dos outros. Segundo Goiris(1999), o homem paraguaio sabia muito bem que se aproximava de alguma forma a um choque cultural, sabia que do outro lado estava o Brasil, com seus costumes e seu idioma, o português. Era obrigatório, então, compreender a realidade brasileira, pois Ponta Porã-Brasil, palpitava a poucos passos do lar paraguaio.

As duas cidades fronteiriças são divididas por apenas uma rua, compartilham dos mesmos problemas, além de serem concorrentes. Após serem realizados vários estudos,

podemos considerar que é efeito causado pelo limite internacional, como já foi mostrado anteriormente. As duas cidades estão em constantes acordos, pois não há outra forma de resolverem os problemas surgidos, como ambas são atingidas, sofrendo os impactos violentos. Quando há medidas governamentais tomadas de um lado da fronteira no que se refere aos serviços, por exemplo, sempre a outra parte será indiscutivelmente atingida.

Oliveira (2005) comenta que está na irresoluta territorialidade presente, o redesenho dos arranjos sociais e que isto não faz desaparecer as tensões e os preconceitos, como foi citado anteriormente; mas há um redimensionamento da convivência, onde a intolerância sede lugar a formas tolerantes de sociabilidade indulgentes. A permissividade faz parte do cotidiano.

É tarefa difícil quando temos que estudar e decifrar o que é uma fronteira, como ela funciona em cada lugar, e poucos são os autores que tratam sobre fronteira que conseguem diferenciá-los e dar atenção a essas regiões.

A noção de zona de fronteira não é nova na literatura geográfica e das ciências afins, com suas constantes referências à região de fronteira. No entanto, em vez de focalizar as interações locais, a maioria dos autores busca com essa noção diferenciar a faixa de fronteira de cada país em relação ao restante do território nacional (MACHADO, STEIMAN, 2004:12).

Os autores enfatizam o quão difícil é analisar os efeitos locais das interações existentes nas cidades gêmeas, mais do que justificar em termos operacionais é em termos teóricos. Ainda citando Machado e Steiman (2004:14), sabe-se que na respeitável literatura sobre limites e fronteiras políticas internacionais “é possível encontrar inúmeras classificações para diferenciar os tipos de fronteira-limite e suas peculiaridades”. As mais conhecidas delas são as naturais e artificiais. Dessa forma, a figura abaixo retrata as interações existentes entre as cidades dos países fronteiriços.

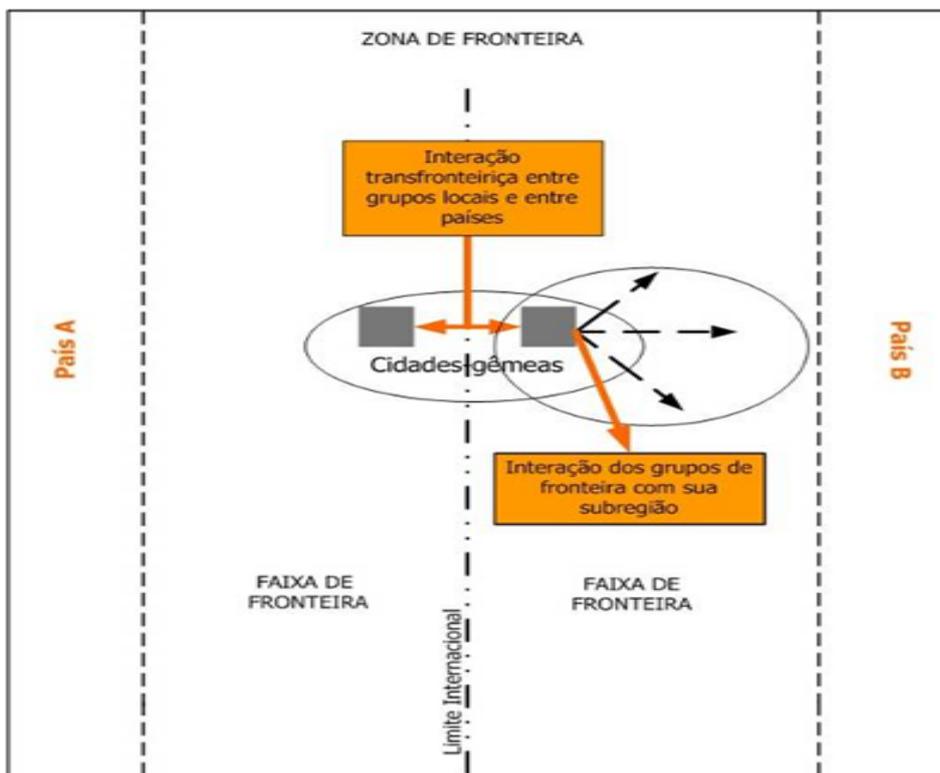


Figura 2.5 - Interação das faixas de Fronteira

Fonte: GRUPO RETIS (2004)

Observando a Figura 2.5 e devido ao fato de a fronteira não ser uma só, Oliveira (2005) refere que, para compreendê-la, devemos depreender as especificidades de seus fluxos e suas conexões íntimas com o território, e no que se refere ao mercado externo, por manter uma importante interdependência com o exterior,. Mais que outras regiões, os espaços fronteiriços se encontram, no quadro das novas tendências descentralizadoras, com maiores níveis de capacidade para a complementaridade e, até, competitividade nos mercados internacionais principalmente os mais próximos.

Quanto à classificação de acordo com as tipologias já comentada no capítulo 1, Oliveira (2005) classifica a fronteira de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, como do tipo C, onde a soma das partes é dinâmica, dado que formam uma conurbação vibrante, cheia de ações formais e infinitas complementaridades funcionais, onde se estabelece um nível de convivência com intensa complementaridade:

Em que pese a presença de contrabando, narcotráfico e outras ilegalidades, suas dimensões não ultrapassam os índices doutras cidades do mesmo porte na América Latina. Senão ao contrário, esta conurbação apresenta índices de violência menores que a cidade de Dourados, fora da linha (OLIVEIRA, 2005).

Cabe-nos ressaltar que, antes da guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), Ponta Porã era uma região desértica, habitada somente por índios, como os caiuíás e os guaranis, que viviam da caça e da pesca. Era chamada de Ponta Bonita em toda região fronteiriça, por ter uma altitude de 634 metros sobre o nível do mar. Em 1889, conforme se organizava do lado paraguaio, apareceu a paragem Ponta Porã, daí Ponta Porã, Brasil, começou a formar-se frente ao que chamavam *picada de Chiriguelo* (picada significa caminho estreito através do mato), lugar onde se depositava e se armazenava a erva mate para ser transportada ao porto de Concepción. Por estas picadas transitavam carretas com bois, que eram os meios de transportes fundamentais da época.

Convém destacar que não existiam caminhos para facilitar o intercâmbio comercial. Ao noroeste brasileiro, por exemplo, não havia penetração em Mato Grosso, por esta razão os fazendeiros do interior do Estado tinham que viajar até Concepción, Paraguai, para comprar sal e produtos alimentícios em geral (GOIRIS, 1999:179).

Na visão de Pébayle, esse tipo de fluxo invisível que é praticado permanentemente, podendo ser denominado como de ordem conjuntural, e consiste nas trocas de bens, serviços e produtos.

Entretanto, para Santos (2004), essa forma de relação [...] *representa o funcionamento de uma só sociedade, da qual os dois pólos são parte integrante*`. [...] *esses dois pólos tendo sua origem no curso de um mesmo processo histórico*`.

Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Contudo, é necessário precisar que, apesar de sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior, do mesmo modo que as atividades rurais tradicionais dependem das atividades modernas ( SANTOS, 2004:56).

Surge, dessa maneira, a pequena irmã de Pedro Juan Caballero, Ponta Porã. Acredita-se que o capitão Antonio da Trindade, natural do Rio de Janeiro e herói da guerra da Tríplice Aliança, seja, não o fundador, mas o primeiro a povoar a cidade, em 1892. É possível, conforme a história, que tenha exercido por muitos anos o cargo de Juiz da Paz. Em 1897, chegava o major Francisco Marcos Tury Serejo, de São Luiz do Maranhão, também herói da guerra de 70, como novo comandante militar e fiscal da fronteira (GOIRIS, 1999:178).

Conforme mostramos por meio da história, apesar da preocupação do Estado, tanto paraguaio como brasileiro, de preservar a integridade territorial e os valores da nacionalidade, o que se verificava na fronteira era um fenômeno social sem precedente, o da integração entre brasileiros e paraguaios. Uma integração que atingia não só a esfera social, mas também muito particularmente o universo da política e do agronegócio. Goiris (1999) publica em sua obra as escritas de um antigo morador e intelectual de Ponta Porã, o Sr. Athamaril Saldanha que fala sobre a integração entre as comunidades de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã, como ambas as cidades seriam:

Irmãs siamesas, nascidas e unidas de um mesmo parto: Ponta Porã e Pedro Juan Caballero são irmãs siamesas (xifópagas). Isto quer dizer que todas as crises e todos os sucessos são sentidos por ambas as comunidades ao mesmo tempo e de forma semelhante. Como irmãs xifópagas, quando uma delas é afetada, imediatamente sentem a outra. Ademais, suas populações convivem em indissolúvel irmandade. Nunca se verificaram atritos ou desgastes com gravidade (GOIRIS, 1999:183).

Essa realidade de integração que ocorre na cidade de fronteira não é novidade para Bentancor e Pébayle, uma vez que quando se faz análise de um projeto de integração pensado desde a área de fronteira, deve-se levar em conta as bases teóricas e as realidades fronteiriças. Porque as zonas de fronteiras seriam como barreiras flexíveis.

Para Goiris (1999), as estabilidades das comunidades em contato estariam condicionadas por fatores culturais, políticos, históricos e demográficos, que redundam em um sentido de humanidade, de civilização e de cooperação mútua. Jamais uma fronteira pode

ser entendida como um elemento restritivo e diferenciado. A integração entre as duas cidades tem origem histórica e obedece a um processo histórico. Essa integração vai adquirindo, com o tempo características muito peculiares. Em nenhum outro tempo da história fronteiriça se verificará o fato de que em 1907 o coronel Francisco Marcos Tury Serejo, autoridade militar de Ponta Porã, ocupou um cargo importante na Junta Econômica Administrativa de Pedro Juan Caballero. O mesmo ocorreu com o brasileiro Baltazar Saldanha, futuro Prefeito de Ponta Porã, quem chegou a ocupar o cargo de vocal em 1909 da Junta Econômica Administrativa de Pedro Juan Caballero.

Machado e Steiman (2004) mostram isso a partir do modelo de House, que analisa esses efeitos, tanto na economia, no trabalho, nos serviços etc. Segundo esses autores,

Um dos fatores que apresenta efeitos mais concentrados nas comunidades fronteiriças de ambos os lados de uma zona de fronteira é o trabalho. As oportunidades que oferece um Estado mais desenvolvido, sobretudo para a realização de tarefas pesadas descartadas pelos profissionais qualificados desse mesmo Estado, acarretam ao longo de tempo grande fluxo de trabalhadores do lado pobre para o lado mais rico do limite internacional (2004:12).

Na agricultura e pecuária em Pedro Juan, a mão-de-obra é mais barata e não há um controle dos governos, que preferem se manter omissos a esse tipo de problema, o que pode causar a exploração, por serem contratados ilegalmente, principalmente quando se fala de serviços com relação a trabalhadores dos países menos desenvolvidos. A esse respeito, Santos enfatiza que

[...] no que diz respeito aos serviços ligados diretamente à atividade econômica – os serviços privados –, uma boa parte do emprego correspondente à atividade do circuito superior é criada nas cidades ou regiões mais desenvolvidas do exterior e do país. O emprego no circuito inferior, raramente é permanente, e sua remuneração situa-se com frequência no limite ou abaixo do mínimo vital. [...] Esse circuito é o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade e os migrantes sem qualificação (SANTOS, 2004:45).

Vê-se, então, que os espaços fronteiriços atuais são animados por dois tipos de fluxos econômicos, uns de ordem estrutural e outros de ordem conjuntural:

Uns, de ordem estrutural e praticamente permanente, consistem nas trocas de bens, de serviços e de informações entre espaços com aptidões e produções diferentes. Naturalmente uma parte desses fluxos é invisível porque é de contrabando. Em grande escala, nas regiões de criação de gado, as trocas de animais são correntes e motivadas, em parte, por modificações de pastagens naturais. Alguns produtos industrializados (rações, produtos veterinários) também atravessam a fronteira (PÉBAYLE, 1994:15).

Muitos agricultores e pecuaristas de Ponta Porã são motivados a comprar produtos como inseticidas, sementes, adubos, fertilizantes, vacinas em Pedro Juan Caballero, fato que se deve a grande a diferença de preço. Mesmo que o agricultor ou pecuarista queira, fica inviável manter-se fiel ao mercado brasileiro, dado que há essa facilidade em adquirir produtos mais em conta. Da mesma forma esse tipo de fluxo invisível ocorre em Pedro Juan. No que se refere à mão de obra, como já foi mencionado, há venda de animais e produtos agrícolas do lado do Brasil ao preço de mercado brasileiro. Do ponto de vista forma e funcional destaca Oliveira:

Do ponto de vista formal – o aumento do trânsito de gado tem se colocado como fator de ponderação durável; vem se observando o consumo de gado paraguaio pelos frigoríficos brasileiros até muito distante da linha de fronteira (em Campo Grande e Presidente Prudente por exemplo); e, pelo lado funcional – os abastecimentos de produtos, que barateiam os custos dos assentados, são comprados no Paraguai (2005, p.17).

Para compreender o funcionamento da cidade menos desenvolvida é necessário entendê-lo como se fosse uma máquina viva, como nos ensina Santos (2004), para que se possam explicar as relações externas da cidade, seja com sua região de influência, seja com as outras cidades. Prosseguindo por esse raciocínio, ele fala que no interior do sistema urbano em si mesmo, dependente de outros sistemas de nível superior, pode-se reconhecer que existem dois subsistemas, ou melhor, dois circuitos econômicos: circuito superior e inferior<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-"capital intensivo", pelos serviços não-modernos fornecidos "a varejo" e pelo comércio não-moderno e de pequena dimensão. O circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, uma tecnologia "capital intensivo", enquanto no circuito inferior a tecnologia é "trabalho intensivo" e freqüentemente local ou localmente adaptada ou recriada. O primeiro é imitativo, enquanto que o segundo dispõe de um potencial de criação considerável. [...] As atividades do circuito superior dispõem do crédito bancário. Tende a controlar a economia por inteiro. [...] Esse controle é exercido seja diretamente, seja por intermédio do Estado (SANTOS, 2004: 40-47).

Há outra questão importante, como salienta Steiman (2004), e mais difícil de medir, o fluxo de capital que induzido pelas diferentes políticas econômicas e cambiais de cada país e, sujeita a variações conjunturais constantes, a zona pode-se se tornar muito instável.

Como exemplo, os empresários que investem nos dois lados da fronteira para se proteger dessa instabilidade, muitos deles possuem empresas em Ponta Porã e Pedro Juan ou instalam fábricas do lado menos desenvolvido em busca de trabalho barato e desorganizado e de padrões ambientais menos rigorosos, mas os lucros são invariavelmente drenados através da fronteira para o país de origem.

Ao tratar de manipulações, Santos (2004), menciona que as atividades do circuito inferior são baseadas simultaneamente no crédito e no dinheiro líquido, que é indispensável para o trabalho das pessoas sem possibilidades de acumular. Acrescenta que os próprios intermediários têm necessidade de dinheiro líquido para saldar dívidas com os bancos e fornecedores.

Outro incentivador de fluxo da fronteira é a terra. Geralmente acontece do lado em que o país é mais pobre, onde as terras são mais baratas, e oferece mão-de-obra barata. Riquelme dá seu parecer a respeito dos problemas causados a esse respeito:

O Paraguai se converteu em um País receptor de imigrantes, que em grande maioria são brasileiros. A migração brasileira exibe peculiaridades que se diferenciam dos outros grupos migratórios radicados no Paraguai, como são em um volume estimado em uns 8% da população total do País, e uma concentração geográfica que chega a constituir até mais de 80% da população de alguns municípios fronteiriços com o Brasil (2004:2).

A Posse de terra em Pedro Juan Caballero está causando um grande êxodo rural, grande parte dos agricultores e pecuaristas compõe-se por brasileiros que compram terras 40% a 60% mais barato em relação à Ponta Porã. Sem alternativa de trabalho, os Pedro-juaninos passam a tomar posse de terras na cidade construindo pequenos barracos de madeira (casillas) para comercializarem produtos importados como: CDs, DVDs, roupas, tênis, sapatos, eletrônicos, entre outros. Frente à desorganização espacial, a falta de alternativas de trabalho para oferecer

a população, os governos fecham os olhos para o problema, o que resulta no crescimento desordenado das cidades.

Ao tratar do agronegócio, Pébayle (1994) refere-se aos outros tipos de fluxos, os conjunturais. O autor afirma que eles se explicam por flutuações monetárias e por variações dos preços dos mercados de produtos agrícolas que

[...] não deixam de animar cidades e zonas rurais fronteiriças e de conferir-lhes limites freqüentemente elásticos, tal é a capacidade que o entusiasmo pelo contrabando tem de impor-se nos espaços distantes das fronteiras por ocasião de gradientes financeiros ou comerciais particularmente poderosos (PÉBAYLE, 1994, p.15).

Percebe-se, assim, que produtos como a batata, a cebola o alho e a carne atravessam com freqüência a fronteira do Paraguai para o Brasil em função de tropismos puramente especulativos. Também as frutas tropicais, os legumes como beterraba, chuchu, cenoura, entre outros, do Brasil para o Paraguai.

Outro setor de trabalho que chama atenção é o de serviços, como salienta Machado e Steiman (2004), das fronteiras que apresentam nível de integração avançado, algumas apresentam serviços duplicados, cada um na sua jurisdição, noutras já existe uma grande complementaridade de serviços. Há três anos, os serviços dos bombeiros da cidade de Ponta Porã eram usufruídos quando necessário, da mesma forma, os fornecedores de gás em Pedro Juan Caballero vendem para Ponta Porã. No caso do combustível, a direção dos fluxos não se deve à relação produtor-comprador e sim ao preço do produto: o combustível de Pedro Juan Caballero é 30 a 40% mais barato que em Ponta Porã, isso faz com a população de Ponta Porã abasteça em Pedro Juan Caballero. Alguns dos empresários de Ponta Porã acabam comprando combustível na cidade vizinha para revender em forma de contrabando.

Vários são os trabalhadores brasileiros que trabalham e habitam no lado paraguaio da cidade como o avesso também acontece, mas, a atuação dos instrumentos jurídica se posta com mínimo de eficiência para construir os limites necessários. Os

acordos de cooperação nascem e se fortificam em ações de controle do axial urbano, exemplos como: a cooperação para manutenção do Corpo de Bombeiro, a atuação conjunta da Polícia Militar até a “regulamentação” de transbordo de carros de aluguel (táxis e outros), atravessando a linha que divide a cidade – são esforços conjuntos de cooperação observada pela atuação compartilhada das duas Câmaras de Vereadores (OLIVEIRA, 2005, p. 17).

Estes fatores trazem constantes preocupações de todos os estudiosos, principalmente os cientistas sociais da América do Sul, como Gladys Bentancor (1994) comenta, que os países optam por um modelo de integração de Mercado Comum, o qual implica nas eliminações das barreiras das fronteiras, e desta maneira constituem a dinâmica de um mercado ampliado. As políticas que são implementadas a nível macro, quanto às medidas específicas afetam diretamente as áreas de fronteira, que serão as primeiras a receber os impactos. Quando Bentancor analisa esta situação de forma particular, destaca:

Quando fazemos uma análise em um projeto de integração pensado desde a área de fronteira, temos que levar em conta o que podemos chamar “as bases teóricas” e as realidades fronteiriças. Não que estas não possam chegar a harmonizar-se, mas devemos partir da análise paralela das mesmas, porque ocorre que em geral os projetos de integração e desenvolvimento são pensados, concebidos e legislados a distância, onde as fronteiras são distanciadas do território (BENTANCOR, 1994: 49).

Não podemos deixar de citar sobre os problemas econômicos ocorridos na área de saúde em Ponta Porã, a greve geral fechou o único hospital da cidade e o hospital de Pedro Juan atendeu normalmente os brasileiros que o procuraram. Isso ocorreu e ocorre constantemente nos postos e hospital em Ponta Porã, dado que no momento a situação do sistema de saúde está estabilizada. Existe um projeto aprovado, o SIS Fronteira (Sistema Integrado de Saúde) elaborado especialmente para a fronteira seca atender uma quantidade específica de Paraguaiois, uma vez que não há outra alternativa para acabar com o problema.

Temos que considerar que a riqueza da funcionalidade regional, traz uma série de outras atividades não somente funcionais, mas as não lícitas.

As facilidades induzidas pela dinâmica das articulações econômicas e sociais não formais abrem espaço para articulação, penetração e consolidação de atividades malévolas (tipo: o narcotráfico, o contrabando, etc.) por grupos que se articulam em redes além das nações; como ainda, grupos empresariais, que possuem uma tradição nas atividades formais, podem se sentir incitados a partir para ações, não apenas funcionais mas informais. Todos os lugares entrementes, acumulam funcionalidades excessivas quando a formalidade é pouco aplicada. Assim colocado, toda relação funcional excessiva, que se distancie de ações formais, pode violar ou ameaçar a salubridade das conquistas e os vínculos de integração existentes na fronteira (OLIVEIRA, 2005, p. ...)

Temos como exemplo a esse respeito a circulação de veículos automotivos e motos do Paraguai em Ponta Porã, comprados pelos brasileiros, bem como os eletrônicos em geral.

Sobre a integração formal, Oliveira (2005) se enquadra com a geral legalidade, como as importações e exportações aduaneiras, os acordos bilaterais, intercâmbios estudantis, etc.

Com a presença muito acentuada das articulações pelo lado formal restringe-se a funcionalidade, visto que, a formalidade exige um aparato institucional (quase sempre de natureza fiscal e repressiva), que cresce e decresce independente dos níveis de circulação dos fluxos formais. Todas as vezes que reduz o trabalho de controle da formalidade por razões diversas, o aparelho institucional volta-se para coibir as articulações funcionais (quase nunca ilegais); como efeito, reduz os níveis de complementaridade e os intercâmbios (comerciais e culturais) que sustentam o dinamismo do território, em especial, nas conurbacões e semiconurbacões (OLIVEIRA, 2005, p. 3).

Conclui-se, então, que uma das situações do trabalho de controle da formalidade que foi impedido de agir, a partir de acordos bilaterais, foi a circulação dos veículos ilegais em Ponta Porã.

Conforme diz Ribeiro (2004), é interessante distinguir a capacidade relacional, dos lugares que estão localizados na faixa fronteira e, conseqüentemente, é importante compreender a lógica que preside sua articulação, por intermédio da organização técnica do espaço e dos projetos transacionais de atores localizados em lugares distantes da fronteira.

## **CAPITULO III**

### **CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E O AGRONEGÓCIO DE HORTIFRUTÍCOLAS**

#### **3.1 O SISTEMA LOGÍSTICO**

Entende-se que todo bem ou serviço que um consumidor adquire são obtidos com o custo e valor agregado de todo processo envolvido durante a sua movimentação até chegar ao consumidor final. Por isso, define-se o quadro geral do processo de mudança logística, resultado do surgimento de novas formas de organização das trocas comerciais, onde é analisada sua incidência sobre a evolução dos custos. Percebe-se, então, que o papel do funcionamento das plataformas logísticas constitui o eixo essencial da configuração do novo paradigma logístico-comercial.

Didonet & Oliveira (2002) afirmam que a logística é um conceito novo no vocabulário brasileiro e a maioria das organizações desconhece seus potenciais, limitando seu uso ao transporte dos produtos.

Afirmam, também, que esta, aliada ao gerenciamento de processos internos, tem-se mostrado uma importante ferramenta para garantir vantagem competitiva à empresa, incluindo melhor nível de serviço ao cliente, bem como redução de custos e maior lucratividade. Assim, o gerenciamento adequado da logística traduz-se em maior agilidade e flexibilidade.

Sabe-se, ainda, que a partir do momento que as organizações começaram a perceber a necessidade de integrar os processos internos a fim de garantir melhor nível de serviço ao cliente e tornarem-se competitivas, o foco de atuação da logística deixou de ser apenas

distribuição dos produtos, passando a incorporar outros processos internos. Dessa maneira, Didonet & Oliveira (2002, p. 2) concluem que o desafio é integrar esses processos, pressupondo a participação ativa de todas as atividades envolvidas, sobretudo as que são executadas fora dos limites da organização, mas que interferem diretamente no processo, ou seja, as atividades desenvolvidas na cadeia de suprimento. Internamente, o fluxo de materiais e informações tem que, necessariamente, ser mais ágil e adequado à necessidade da empresa e à satisfação dos clientes externos, garantindo produtos mais competitivos e de melhor qualidade.

A procura por excelência na gestão logística pode passar pelo reconhecimento de algumas competências essenciais destacadas no contexto de gerenciamento integrado dos processos internos. Podem, também, existir barreiras nas organizações que dificultam essa integração. Portanto, a logística torna-se uma ferramenta importante para garantir melhorias no desempenho da empresa como um todo.

Christopher (1997) define a logística como:

O Processo de gerenciar estrategicamente a aquisição, movimentação e armazenagem de materiais, peças e produtos acabados (e os fluxos de informações correlatas) através de organização e seus canais de marketing, de modo a poder maximizar a lucratividade presente e futura através do atendimento dos pedidos e baixo custo (1997, p. 2).

Dessa forma, por ser um processo organizacional que tem interface com clientes e fornecedores externos, a logística participa decisivamente do desempenho final da empresa. Logo, o gerenciamento do seu processo de maneira eficiente e eficaz se mostra como um requisito básico e essencial.

Sobre esse mesmo assunto, Alves (2001) afirma que:

O sistema logístico é composto pelos canais logísticos que se estendem a jusante e a montante as empresa. A conformação desses canais, por outro lado, depende: das tecnologias (de processos operacionais, produtivos ou logísticos e das tecnologias de informação e comunicação), e do poder dos agentes que participam dos canais de distribuição associados.

Os componentes do sistema logístico são responsáveis pelas atividades: 1. básicas: os transportes, manutenção de estoques e processamento de pedidos; 2. de apoio: armazenagem, manuseio de materiais, embalagem, compras, programação da produção e previsão de necessidades. Essas atividades cobrem, principalmente, duas funções: a informativa, em especial a passagem e controle na transferência física de pedidos; a física: em especial o transporte e manuseio de carga (na preparação dos pedidos, na consolidação e desagregação de cargas, nos carregamentos e descargas) (ALVES, 2001:171 e 173).

Acrescenta, ainda, que a logística cuida da movimentação geral dos produtos por três áreas: suprimento, apoio à produção e distribuição física, enfrentando os problemas decorrentes da distância que separa os clientes dos fornecedores. Ocupa-se da resolução de problemas quanto a espaço, tempo e custo, referentes à comunicação entre empresas e movimentação e transportes de materiais e produtos.

No contexto da atualidade a logística<sup>8</sup> tem ocupado posição estratégica nas decisões empresariais, impulsionada por fatores como crescimento da competição, dado o aumento da concorrência. Assim, as empresas se vêem obrigadas a se tornarem eficazes e a encontrar na logística um fator estratégico que proporcione maior agilidade a seus negócios, como prever possíveis atitudes da concorrência (agilidade, confiabilidade e flexibilidade); o ciclo de vida dos produtos.

As empresas estão sendo também obrigadas a inovar sua linha de produtos para permanecerem no mercado, uma vez que os clientes são mais exigentes e bem informados. Percebe-se que antes de comprar o cliente pesquisa preço, qualidade, assistência técnica, garantias, etc, utilizando a logística de produção para proporcionar produtos com qualidade e tecnologia; a racionalização da base de fornecedores melhora as condições para garantir produtos sempre disponíveis e na qualidade necessária, garantindo, também, relações mais estreitas e em longo prazo empresa-fornecedor, com vínculos de maior confiança e qualidade,

---

<sup>8</sup> Tema apresentado no XXIV Encontro Nac. de Eng de Produção – Florianópolis, SC, Brasil, 03 a 05 de Nov. de 2004. Logística de Captação de leite: o caso da cooperativa agropecuária Castrolanda. Ricardo Silveira Martins, Débora da Silva Lobo, Homero Fernandes de Oliveira, Weimar Freire da Rocha Jr., Paulo do Carmo Martins.

produtos de melhor qualidade, com estoques menores e redução do *lead time*; e a Demanda por Parcerias é o relacionamento simbiótico, com compromisso de longo prazo entre as partes.

### **3.1.1 O Transporte**

Ressalta-se que o transporte representa o elemento mais importante do custo logístico na maioria das empresas e tem papel fundamental na prestação do serviço ao cliente.

Ballou (2001) acredita que, do ponto de vista dos custos, o transporte representa, em média, cerca de 60% das despesas logísticas, variando de 4% e 25% do faturamento bruto, ultrapassando, na maioria dos casos, o lucro operacional.

Dessa forma, a intermodalidade (integração de vários tipos de modais de transporte) e o surgimento de operadores logísticos, ou seja, de prestadores de serviços logísticos integrados, apresentam relevante importância para redução dos custos de transporte, porque geram economia de escala ao compartilhar sua capacidade e seus recursos de movimentação com vários clientes.

Segundo Alvarenga e Novaes (2000, p.93), é necessário ter uma visão sistêmica para organizar um sistema de transporte que envolve planejamento e para isso é necessário conhecer: os fluxos nas diversas ligações da rede, o nível de serviço atual, o nível de serviço desejado, as características ou parâmetros sobre a carga, os tipos de equipamentos disponíveis e suas características (capacidade, fabricante etc). No que se refere aos parâmetros de carga, os principais elementos são: peso e volume, densidade média, dimensão da carga, dimensão do veículo, grau de fragilidade da carga, grau de perecibilidade, estado físico, assimetria e compatibilidade entre cargas diversas.

Sendo assim, no transporte de produtos pode-se perceber que vários são os parâmetros que precisam ser observados para ter a obtenção de um nível de serviço desejado pelo cliente

e, dependendo das características do serviço, faz-se a seleção de um modal de transporte ou do serviço oferecido dentro de um modal. Para Ballou (2001, p. 156), a seleção de um modal de transporte pode ser usada para criar uma vantagem competitiva do serviço.

Abordaremos, logo a seguir, os tipos de transporte que recebem o nome de modais de transporte. A partir daí poder-se-á ver quais diferenças existentes entre elas podem se dar pela rapidez, amplitude e abrangência, custo, segurança, entre outros.

### **3.1.2 Classificação dos Modais de Transporte<sup>9</sup>**

#### **Ferroviário**

Este tipo de modal, no Brasil, é utilizado sobretudo no deslocamento de grandes toneladas de produtos homogêneos em longas distâncias, como os produtos: minérios de ferro e manganês, carvões minerais, derivados de petróleo e cereais em grão, que são transportados a granel. Conforme Ballou (1993, p.127), há duas formas de serviços ferroviários: o transportador regular, que presta serviço a qualquer usuário, sendo regulamentado em termos econômicos e de segurança pelo governo, e o transportador privado, que pertence a um usuário particular e que o utiliza em exclusividade.

O modo ferroviário apresenta altos custos fixos em equipamentos, terminais e vias férreas, entre outros. Portanto, seu custo variável é baixo, apesar dos custos do transporte ferroviário ser inferior ao do rodoviário. Todavia, ele ainda não é tão bem utilizado no Brasil como o rodoviário. Acredita-se que isto se deve a problemas de infra-estrutura e a falta de investimentos nas ferrovias.

---

<sup>9</sup> Tema apresentado no XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção em Curitiba – PR, 23 a 25 de Outubro de 2002. Logística e Transportes: Uma Discussão sobre os Modais de Transporte e o Panorama Brasileiro. Priscila Cristina Cabral Ribeiro UFMG e Karine Araújo Ferreira UFMG.

## **Rodoviário**

Este tipo de transporte, em nosso País, é o mais expressivo, pois atinge praticamente todos os pontos do território nacional. Desde a década de 50, com a implantação da indústria automobilística e a pavimentação das rodovias, teve larga expansão, sendo nos dias atuais o mais procurado. Apresenta preços de frete mais elevado do que os modais ferroviário e hidroviário, porém é recomendado para mercadorias de alto valor ou perecíveis, destinando-se principalmente ao transporte de curta distância de produtos acabados e semi-acabados. Contudo, não é recomendado para produtos agrícolas e a granel por ter um custo muito baixo para este modal.

O Transporte Rodoviário apresenta custos fixos baixos (rodovias estabelecidas e construídas com fundos públicos), contudo seu custo variável (combustível, manutenção, etc.) é médio. Sua vantagem é na possibilidade de transporte integrado porta a porta e de adequação aos tempos pedidos, assim como frequência e disponibilidade dos serviços, tendo como desvantagem a possibilidade de transportar somente pequenas cargas.

## **Hidroviário**

Esse tipo de modal é utilizado para o transporte de graneis líquidos, produtos químicos, areia, carvão, cereais e bens de alto valor (operadores internacionais) em contêineres. Os serviços hidroviários existem em todas as formas legais, citando-se como exemplo os navios dedicados, navios contêineres e navios bidirecionais para veículos (roll-on, roll-off, vessel).

O modal hidroviário pode ser dividido em três formas de navegação: a cabotagem que é a navegação realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou entre esta e as vias navegáveis interiores (até, aproximadamente, 12 milhas da costa); a navegação interior que é realizada em hidrovias interiores, em percurso nacional ou

internacional e, por fim, a navegação de longo curso, realizada entre portos brasileiros e estrangeiros.

O custo do transporte hidroviário apresenta custo fixo médio (navios e equipamentos) e custo variável baixo (capacidade para transportar grande quantidade de tonelagem). É o modal que apresenta o mais baixo custo. Apresenta como vantagem a capacidade de transportar mercadoria volumosa e pesada e o fato de os custos de perdas e danos serem considerados baixos comparados com outros modais. Suas principais desvantagens se constituem na existência de problemas de transporte no porto; a lentidão, uma vez que o transporte hidroviário é, em média, mais lento que a ferrovia e a forte influência do tempo. Sua disponibilidade e confiabilidade são afetadas pelas condições meteorológicas.

### **Aeroviário**

Este tipo de transporte tem sido uma demanda crescente de usuários, considerando-se que seu frete é significativamente mais elevado que o correspondente rodoviário. Em compensação, seu deslocamento porta a porta pode ser bastante reduzido, abrindo um caminho para esta modalidade, especialmente no transporte de grandes distâncias. É utilizado, sobretudo, nos transportes de cargas de alto valor unitário (artigos eletrônicos, relógios, alta moda, etc.) e perecível (flores, frutas nobres, medicamentos etc.). Como exemplo, temos os aviões dedicados e aviões de linha.

O custo é o mais elevado em relação aos outros modais. Seu custo fixo é elevado (aeronaves, manuseio e sistemas de cargas), bem como seu custo variável apresenta alto custo de combustível, mão-de-obra, manutenção, etc. Tem como vantagem a velocidade elevada, distância alcançada, segurança (roubos, danos e extravios), redução de custo com estoque. Suas desvantagens são o custo de frete, tempos de coleta e entrega, manuseio no solo e dimensões físicas dos porões de transporte dos aviões.

## **Dutos**

A utilização do transporte dutoviário ainda é muito limitada. Destina-se principalmente ao transporte de líquidos e gases em grandes volumes e materiais que podem ser suspensos (petróleo bruto e derivados, minérios). A movimentação via dutos é bastante lenta, sendo contrabalanceada pelo fato de que o transporte opera 24 horas por dia e sete dias por semana. Os direitos de acesso, construção, requisitos para controle das estações e capacidade de bombeamento fazem com que o transporte duto viário apresente custo fixo mais elevado. Em contrapartida, seu custo variável é o mais baixo, e não apresenta nenhum custo com mão-de-obra que seja considerado de grande importância. É, portanto, o segundo modal com mais baixo custo, ficando atrás apenas do modo de transporte hidroviário.

Caracteriza-se por ser o mais confiável de todos, pois existem poucas interrupções para causar variabilidade nos tempos e os fatores meteorológicos não são significativos. Além do mais, os danos e perdas de produtos são baixos. A desvantagem seria a lentidão na movimentação dos produtos, o que inviabiliza seu uso para o transporte de perecíveis.

### **3.1.3 Comparação entre as características operacionais dos diversos modais**

Para se escolher o modal certo para o transporte de produto que se deseja entregar, deve-se observar as características operacionais relativas por modal de transporte. Ballou (2001) afirma que, em relação aos modais, há cinco pontos importantes para a melhor classificação do transporte: velocidade, disponibilidade, confiabilidade, capacidade e frequência.

Dessa forma, a tabela abaixo (n.º 3.1) permite observar estas características, sendo que a pontuação menor significa que o modal possui excelência naquela característica.

Tabela 3.1 - Características Operacionais.

<b>Características</b>	<b>Ferroviária</b>	<b>Rodoviária</b>	<b>Aquário</b>	<b>Dutoviário</b>	<b>Aéreo</b>
Velocidade	3	2	4	5	1
Disponibilidade	2	1	4	5	3
Confiabilidade	3	2	4	1	5
Capacidade	2	3	1	5	4
Frequência	4	2	5	1	3
Resultado	14	10	18	17	16

Fonte: Nazário (In: Fleury et al, 2000, p.130)

A velocidade é o tempo decorrido em dada rota, percebendo-se, assim, que o modal aéreo é o mais rápido de todos. Já a disponibilidade é a capacidade que cada modal tem de atender às entregas, sendo mais bem representado pelo transporte rodoviário, que viabiliza o serviço porta a porta.

Sabe-se que a confiabilidade reflete a habilidade de entregar consistentemente no tempo declarado em uma condição satisfatória e, nesta característica, os dutos ocupam lugar de destaque. A capacidade é a possibilidade de o modal de transporte lidar com qualquer requisito de transporte, como tamanho e tipo de carga e, neste requisito, o transporte hidroviário é o mais indicado. Finalmente, a frequência é caracterizada pela quantidade de movimentações programadas, é representada pelos dutos, devido ao seu contínuo serviço liderado entre dois pontos.

Na pontuação total, percebe-se que a preferência geral é dada ao transporte rodoviário que ocupa o primeiro e o segundo lugar em todas as categorias, exceto em capacidade. No Brasil, ainda existe uma série de barreiras que impedem que todas as alternativas modais, multimodais e intermodais sejam utilizadas na forma mais racional. Isso ocorre devido ao baixo nível de investimento nos últimos anos em conservação, ampliação e integração dos sistemas de transporte, pois houve mudanças pouco significativas na matriz brasileira, mesmo com as privatizações.

### **3.1.4 A Multimodalidade e a Intermodalidade**

Pode-se definir a multimodalidade como a integração entre modais, com a utilização de vários equipamentos, como exemplo o contêiner. A intermodalidade, entretanto, caracteriza-se pela integração de cadeia de transporte, utilizando o mesmo contêiner, um único prestador de serviço e único documento.

Neste caso, alguns estados argumentam que seriam prejudicados na arrecadação de ICMS, por isso a razão de Nazário (*idem*) dizer que uma das principais barreiras ao conceito da intermodalidade no Brasil diz respeito a sua regulamentação da prática do Operador de Transporte Multimodal (OTM). No Brasil, utiliza-se a multimodalidade.

### **3.1.5 Visão geral dos Transportes no Brasil**

Atualmente, uma das principais barreiras existentes para o desenvolvimento da logística no Brasil está relacionada com as grandes deficiências encontradas na infra-estrutura de comunicação e transportes. O transporte brasileiro apresenta, de maneira exagerada, sua dependência do modal rodoviário, sendo o segundo mais caro depois do aéreo, com a participação de 65% a 75% na matriz dos transportes brasileiros, seguido por 20% da ferrovia. Constitui-se, assim, no grande eixo de movimentação de cargas no transporte brasileiro, informações publicadas na revista *As Maiores do Transporte* (2001, p.11). Fleury (2002, p.2) refere que em países como China, Estados Unidos e Austrália, os números são de 30%, 28% e 19%, respectivamente.

Grande parte destas distorções na matriz dos transportes brasileiros e as ineficiências aqui mostradas são explicadas pelos longos anos de estatização dos portos, ferrovias e dutos no Brasil, bem como os subsídios implícitos no passado e que ainda perduram com menor ênfase para o modal rodoviário. Portanto, percebe-se que o potencial para a redução de custos

é verificado se a participação do modal rodoviário vier a seguir os padrões internacionais, permitindo o crescimento da participação de modais mais baratos. Oportunidades para reduzir custos estão nos portos e ferrovias, por isso devem ser feitos novos investimentos nestes modais.

Para que o Brasil atinja os padrões internacionais, são muitas as mudanças a serem realizadas, embora de forma lenta já venha sendo feita. Uma ampla reforma institucional na estrutura de transportes do governo federal está sendo planejada. Serão criadas duas agências regulatórias: a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a de Transportes Aquaviário (ANTAG). A empresa de planejamento de transportes (GEIPOT) será extinta e o departamento de estradas e rodagens (DNER) será substituído pelo departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes (DENIT), que terá como vantagem nascer livre do passivo comprometido com operações irregulares da antiga autarquia.

Entre as novas atribuições, está a aplicação de recursos não só em rodovias, mas também em ferrovias, hidrovias e instalações portuárias. No setor aeroviário, foi encaminhado ao congresso um novo projeto para a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) que regulamentará o setor no país. São estas as Informações do artigo publicado, segundo Sasse (2002: A-4), na Gazeta Mercantil, e acrescenta ainda mais ao dizer que toda reforma é necessária, pois, de acordo com índices da empresa de planejamento, torna-se evidente que a falta de investimentos na área de transportes decresceu quase dez vezes na comparação dos períodos de 1971 a 1974 em relação ao compreendido entre 1997 e 2000, provocando estragos semelhantes ao do apagão no setor elétrico.

Conclui-se, então, que as empresas brasileiras ainda têm muito espaço a conquistar, apesar de todas as dificuldades e falta de investimentos observados no setor de transportes.

Por isso, Bernard (2000)<sup>10</sup> insiste em chamar a atenção para o objetivo de racionalização que impulsiona o processo de mudança e que resulta na diminuição dos custos das operações, bem como na difusão de certas técnicas, como o recurso a temperaturas controladas, tendo como único objetivo melhorar a qualidade dos produtos. Acrescenta, também, que há o surgimento de um novo paradigma comercial, que o comércio introduziu nos setores do comércio varejista, princípios de funcionamento radicalmente novos, princípios que geraram as inovações concernentes à organização da logística de abastecimento dos comércios varejistas.

Essas características são de duas ordens, a primeira seria o modo de gestão das atividades interna (as ditas modernas) de distribuição, que privilegiam o reabastecimento contínuo, na perspectiva de limitar os custos financeiros e evitar a diminuição de estoques desnecessários, mantendo apenas aqueles necessários a um funcionamento em fluxo contínuo.

Batalha (2001, p.171) refere que nas fronteiras isso não é diferente, pois já se falava em bens e serviços que poderão sofrer mudanças no seu processo devido a um mercado a montante e a jusante, ou apenas seguirem por um canal de distribuição até o consumidor final.

### **3.1.6 Canais de distribuição no agronegócio**

Ao se falar em canais de distribuição no agronegócio, Alves (2001) acredita que

A cadeia de suprimento que dá suporte à produção agrícola e de animais apresenta vários agentes de intermediação, tais como entrepostos hortifrutigranjeiros (Centrais de Abastecimento do Estado de São Paulo – Ceagesp, Centrais de Abastecimento S.A. – Ceasas), frigoríficos, agentes de beneficiamento e atravessadores que servem à centralização da oferta de produtores para atendimento da demanda de clientes que venham a ser intermediários comerciais, donos de entrepostos ou varejistas (2001: 197).

---

<sup>10</sup> Bernard Schaller é pesquisador no INRA-ESR-LEIAA, em Ivry. Obra publicada pelo Instituto de Economia da UNICAMP, com o tema Logística e Racionalização Comercial na Área dos Produtos Alimentares Frescos.

Compreende-se, assim, que existem dois tipos de Centrais de Abastecimentos que podem ser chamadas de primárias e secundárias e, conforme Pontes (2001, p.198), são chamadas de primárias quando só trabalham com fornecimento de produtos (CEAGESP). As centrais de distribuição comercializam apenas produtos de atacadistas e as secundárias trabalham com fornecimento de produtores e comerciantes de atacado (CEASA/Campinas).

Sproesser (2001), contudo, diz que há duas maneiras para estabelecer as tipologias dos canais de distribuição: o comprimento do canal e a tecnologia de venda ao comprador final.

O canal de distribuição é constituído por um conjunto de agentes econômicos utilizados por uma empresa produtiva para difundir seus produtos junto aos consumidores. O canal é caracterizado principalmente por seu comprimento, quer dizer, o número de agentes econômicos que o integram, e pela repartição das funções entre agentes. Segundo o critério de comprimento, pode-se distinguir os canais diretos, onde o produtor garante o conjunto de atividades de distribuição junto aos consumidores, e os canais indiretos, que comportam, em número mais ou menos importante, agentes intermediários (SPROESSER, 2001:243-244)

Conforme se observa na figura 3.1, os canais indiretos podem ser curtos ou longos. A escolha de um tipo de comprimento de um canal ou outro pode ser feito por vários fatores econômicos.



Figura 3.1 - Comprimentos dos canais de distribuição

Fonte: a partir de SPROESSER (2001)

Sproesser explica, também, que a questão da escolha entre um canal indireto, curto ou longo, é a utilidade econômica do atacadista que cumpre a importante função de redução da superfície de contato entre produtores e varejistas. Além do mais, ele efetua as funções de armazenamento e de divisão dos lotes em unidades menores, compatíveis com as necessidades de seus clientes.

É importante ressaltar, ainda citando Sproesser (2001), os efeitos positivos e negativos com a presença de intermediários, que traz efeitos positivos à cadeia agroalimentar ao possibilitar uma redução dos custos comerciais, regularizando o fluxo da demanda de produtos e proporcionando ganhos de produtividade ao sistema, porém com efeito negativo à cadeia produtiva, quando não agregam valor ao produto e/ou praticam margens muito elevadas em função do serviço prestado.

Quando se trata de Tecnologia de venda ao comprador final, critério, este, utilizado para elaboração de tipologias de canais ao se tratar de bens de consumo corrente, Sproesser (2001) acrescenta:

[...] o critério de referência é a tecnologia de distribuição utilizada no nível mais baixo do canal, em relação direta do consumidor. O principal interesse desta classificação é demonstrar a importância da atividade a jusante no funcionamento dos canais, mostrando o papel impulsionador da atividade comercial nas cadeias agroalimentares, além de nos mostrar a estrutura das partes de mercado das diferentes formas de venda no varejo. A limitação desta classificação é, no entanto, verificada pelo fato de que vários formatos de loja podem ser supridos por canais totalmente diferentes (SPROESSER, 2001:245).

Menciona-se, a seguir, o quão importante é um canal de distribuição e seu suporte logístico, porque cada vez mais exigentes são os consumidores de produtos agroalimentares, alguns preocupados com a saúde, outros pela estética, outros por costumes, etc.

#### - A Importância dos canais de distribuição

No que se refere às frutas tropicais, Pontes (2001, p.98) diz que aquelas produzidas no interior de Pernambuco, Petrolina, como limão, melão, manga e uva, por exemplo, são consumidas na Inglaterra. Isso ilustra a importância do canal de distribuição e seu suporte logístico. Os ingleses colocaram a manga brasileira como seu prato principal no hábito alimentar, aumentando sua exportação para 284% entre 1990 e 1994, sendo que o Brasil participou com apenas nove por cento da importação européia de mangas, em 1992.

Para ser competitivo no mercado no fator tempo, é necessário disponibilizar o produto com rapidez e agilidade no local e tempo certo, principalmente quando o produto é perecível e se devem definir corretamente as estratégias logísticas.

As frutas são acondicionadas em embalagens e arranjadas em paletes próximo às zonas produtoras. São transportados em caminhões com sistemas refrigerados e, em terminais retro-portuários, são armazenadas em contêineres refrigerados para o transporte marítimo. O frete aeroviário, antes predominante, porém maior que o marítimo, só é usado nas fases de alta dos preços dos produtos na Europa e nos EUA (ALVES, 2001: 198).

As grandes empresas de distribuição têm como estratégia logística criar uma estrutura para comercializar os produtos em centrais de distribuição para todo produto perecível, fresco.

Assim, a maioria das hortifrutícolas para o Estado de Mato Grosso do Sul, como frutas, legumes e verduras, por exemplo, têm suas procedências do Estado de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Destacando a abóbora moranga que procede de Goiás, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul; a cebola vem de Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo, o pepino de Goiás, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul. (CEASA/MS, 2005).

Dessa forma, Pontes (2001) afirma que

No sistema de comercialização de hortifrutigranjeiros, apoiado pelo Estado na década de 60, as atividades de distribuição foram centradas nos Ceasas. Na década de 70, havia Ceasa espalhado por cidades de porte médio, tais como São Carlos (SP) e Campina Grande (PB). Atualmente esses centros estão localizados apenas nas capitais e em cidades maiores e próximas a regiões produtoras. Isso reflete uma progressiva concentração das atividades logístico-comerciais. Já em 1976, observava-se no Ceasa – Grande Rio uma tendência à concentração no comércio de frutas (2001: 198).

### **3.1.7 A Formação de Preços**

Sabe-se, pelos empresários, que o preço é um argumento decisivo para a atividade comercial de hortifrutícolas, além de que, se obtiverem uma boa política de preço, a empresa terá maiores benefícios.

A fixação de preço é considerada a tarefa mais difícil no momento de vender o produto, pois vacila conforme a influência da estrutura econômica do setor agroalimentar. Como comenta Sproesser (2001), o nível da concorrência, as intervenções do governo, os poderes de negociação com os fornecedores e o comportamento dos consumidores constituem-se em elementos de base na determinação do preço de venda dos produtos.

Já na visão de Santos (2004):

No circuito superior, as manipulações dos preços supõem uma margem de lucro contabilizável por longos prazos. No circuito inferior, é o prazo curto que prevalece. A noção de lucro é diferente em cada um dos dois circuitos (SANTOS, 2004:46)

Portanto, quando Santos (2004) se refere ao circuito inferior, cabe incluir as cidades Fronteiriças. Não só quando se trata de fixação de preços em hortifrutícolas, mas quando a primeira preocupação não está na acumulação de capital, trata-se, antes de tudo, de sobreviver e assegurar a vida cotidiana da família, bem como tomar parte, na medida do possível, de certas formas de consumo inerentes à vida moderna.

Pébayle, citado por Ribeiro (2004:20), fala dos fluxos econômicos em cidades de fronteira, e que os fluxos transfronteiras são, em princípio, oscilatórios, acompanhando o comportamento do gradiente financeiro e o gradiente comercial, e que a operação conjunta dessas duas lógicas assume maior grau de visibilidade nas cidades gêmeas, principalmente nas que se localizam em fronteiras secas.

Nível local, as trocas inversas para o atendimento de demandas cotidianas baseiam-se, de um lado, na oferta de artigos com forte cunho nacional (o café e os cítricos brasileiros; os cereais, vinhos, das regiões temperadas, entre outros) e, de outro, nas oscilações cambiais que, tornando mais atrativos os preços de bens e serviços ora de um lado ora de outro da fronteira, ativam positivamente um sentido preferencial dos fluxos (PÉBAYLE, 1994:21).

Alves (2001: 188), entretanto, refere que há outro fator importante que pode influenciar o preço do produto, ou seja, o planejamento de produção e seu controle sobre o uso das capacidades produtivas. Deve ser considerada, ainda, a oferta de produtos durante a safra, a

preservação de solo, a produtividade de todos os níveis (agrícolas, industrial e dos equipamentos) a manutenção preventiva de seus equipamentos, considerando-se a necessidade de fornecimento.

Sabe-se que há reflexos nos custos de produção quanto ao estabelecimento da produtividade agrícola e, depende, também, de características de solo e relevo, demandando enorme esforço e sincronismo entre as operações, desde o manejo e preparo do solo, tratos culturais, colheita, etc.

Em algumas regiões notam-se mudanças nas formas tradicionais de produção, e, nesses locais, a integração ao mercado está mais consolidada. Também há produtores que estão terceirizando a produção agrícola, onde a aquisição, manutenção dos equipamentos para adoção de agricultura de precisão para uso de fertilizantes ou mesmo as colheitas mecanizadas, representam custos muito elevados.

No que diz respeito aos procedimentos pós-colheita, a produção agrícola precisa de processamento pós-colheita, como controle de temperatura e os cuidados especiais de manuseio. Dessa maneira, Azevedo (2001, p.190) afirma que, normalmente, a produção agrícola precisa de processamento pós-colheita, como as plantas, flores e hortifrutigranjeiros, com cuidados especiais no manuseio, controle de temperatura, podendo, assim, evitar contaminação e disseminação de pragas. Para esse autor,

Uma empresa de processamento de produtos agrícolas tem a programação de produção associada ao início da safra de seus produtos/insumos e à manutenção de estoque de matéria-prima na entressafra. O suprimento, dessa forma, está sujeito às incertezas da produção agrícola. Suas fontes de matéria-prima podem ou não estar diretamente subordinadas a sua gestão. Quando integradas verticalmente à necessidade de sua produção, determinam e garantem o fornecimento, tanto quanto à qualidade, quanto à quantidade da matéria-prima (AZEVEDO, 2001: 191).

O preço é um fator muito importante quando se trata de hortifrutícolas, porque, além de auxiliar na determinação da participação de mercado e ser competitivo, influi na rentabilidade da empresa, sofrendo muita influência com questões de safras e alterações de clima.

Conforme Silva e Batalha (2001):

Em termos de agro negócio, a variável preço, além de sofrer influências da demanda de mercado e dos custos de produção da empresa, é também influenciada por questões de safras e alterações de clima. Por exemplo, uma intempérie pode causar escassez de um produto numa região e valorizar o produto de outra região – caso das safras de laranja na Flórida na década de 80 e seus impactos na indústria citrícola do estado de São Paulo. A perecibilidade é um risco (e uma realidade, no caso da agroindústria) que deve ser estimado nos custos de transporte e distribuição e tem impacto no preço final do produto (2001: 137).

Vale lembrar, também, que quando uma empresa decide sua política de preços, ela decide indiretamente os lucros e o retorno desejado sobre investimentos, além da sustentação e a ampliação de sua participação no mercado e o posicionamento dos seus produtos em relação aos concorrentes.

### 3.2 AGRONEGÓCIO DE HORTIFRUTÍCOLAS

No agronegócio, o Brasil compete de forma igualitária com as demais potências desse setor da atividade econômica. Apresenta, ainda, diversas oportunidades de inserção e crescimento. Entretanto, não se deve pensar que o País já é bom o suficiente nessa área, pois o espaço para o desenvolvimento é enorme.

Nas últimas décadas, sabe-se, também, que o Brasil se tornou o terceiro maior produtor mundial hortifrutícola, principalmente no que concerne ao agronegócio de fronteira. A existência de diferentes tipos de microclimas, regimes pluviométricos, tipos de solo, cadeias mercadológicas altamente segmentadas e diferentemente especializadas, incorporados e somatizadas ao constante incremento das tecnologias de condução e manejo pré-colheita. Contribui, também, para esse estágio, a prática de novas e promissoras técnicas de segurança microbiológica, beneficiamento e processamento pós-colheita, o que coloca, hoje, nosso País,

como um dos principais protagonistas do agronegócio hortifrutícola em âmbito nacional e internacional.

A hortifruticultura em nosso País ocupa, atualmente, uma área extensa, permitindo a fixação do homem no campo de maneira socialmente sensata, ou mesmo em grandes áreas de comodato da periferia das cidades, pois permite uma vida digna de uma família dentro de pequenas propriedades, desde que se trabalhe, prioritariamente, com vistas à manutenção da qualidade.

Lopes (1996: 204) acredita que o processo de integração econômica requer, sobretudo por causa do Mercosul, uma "desregulamentação dos mercados agrícolas". Isto se torna particularmente intenso em países como o Brasil, que possuíam uma política agrícola fortemente intervencionista, com preços mínimos acima das paridades de preços internacionais, política de abastecimento com estoques públicos, política de crédito subsidiado e de controle de preços em várias cadeias produtivas.

O autor afirma, ainda, que as reformas na política agrícola brasileira iniciaram como resposta à abertura unilateral em 1989, tendo se aprofundado com o avanço do processo de integração. Estas reformas abrangeram: a extinção de institutos de comercialização como o IBC (café) e IAA (álcool); a desregulamentação dos mercados domésticos com redução da interferência do governo nos mercados de comercialização, incluindo drástica redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias. Os resultados foram a desativação da política de preços mínimos e a substancial redução dos subsídios à agricultura, o que trouxe dificuldades para o agronegócio.

Dessa forma, ações que vislumbrem a potencialização do setor frutícola para o Estado de Mato Grosso do Sul, basicamente têm a obrigatoriedade de trabalhar no sentido de capacitar o produtor rural, associação, cooperativa nas áreas de associativismo, tecnologias de produção/manejo que viabilizem a produção integrada de hortifrutícolas. Isso deve ser feito,

sobretudo, considerando-se o dispêndio incontrolável de recursos químicos e, posteriormente, fomento à concepção do manejo orgânico e auto-sustentável. Necessita-se, ainda, da disponibilização de mudas limpas e resistentes às pragas e doenças de principal ocorrência, aproveitamento de resíduos da produção para a compostagem, enfim, fortalecimento das ações realizadas no aproveitamento dos subprodutos.

Diante de tudo isso, é evidente que o ambiente dos negócios, na atualidade, exige velocidade, agilidade e alto nível de serviços aos clientes. Nesse contexto imprevisível e turbulento, em que a demanda é variável e os custos financeiros e das matérias-primas são altos, as previsões mostram-se pouco confiáveis. Acabou o mito do produtor independente que produz qualquer mercadoria, sem saber para qual mercado. O novo produtor encontra-se inserido em cadeias de abastecimento e de negócios, que envolvem desde os fornecedores até os consumidores, passando pela produção, compra, gestão de materiais, marketing, vendas e distribuição física. Estes agentes são permeados por três fluxos: de informações, de insumos e mercadorias (real) e o financeiro (nominal).

Necessita-se, contudo, do apoio do governo na concepção do reservatório de água e equipamentos de irrigação, construção e adequação dos entrepostos, melhorias nas condições das estradas e pontes de acesso e, especialmente estabelecendo uma política facilitada de abastecimento e de controle na questão dos atravessadores, o que fortalecerá o principal elo da cadeia produtiva de hortifrutícolas, ou seja, o próprio produtor rural, além daqueles que, direta ou indiretamente, se beneficiam do agronegócio.

## **CAPITULO IV**

### **O ABASTECIMENTO EM CONURBAÇÃO INTERNACIONAL DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO – O CASO DAS HORTIFRUTÍCOLAS**

#### **4.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

A elaboração deste trabalho partiu de um levantamento realizado com os distribuidores do setor de hortifrutícolas pertencentes à rede de colaboradores do sistema de abastecimento de Ponta Porã, onde se verificou a existência de cinco distribuidoras que abastecem as cidades de Ponta Porã/Brasil e Pedro Juan Caballero/Paraguai.

Para atingir os objetivos traçados utilizamos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo, de natureza quali-quantitativa, mediante entrevistas exploratórias em profundidade com gerentes de distribuidoras selecionadas, buscando identificar as mudanças que estão ocorrendo no segmento hortifrutícola e, também, com observação dos pontos de venda e do sistema de distribuição, logística e transporte desse produto.

Segundo Malhotra (2001), a pesquisa qualitativa tem como objetivo alcançar uma compreensão das razões e motivações subjacentes em um determinado problema de pesquisa, a amostra geralmente se dá por meio de um pequeno número de casos (especialistas), não necessariamente representativos, onde a coleta e análise de dados podem ser não estruturadas e não estatísticas, respectivamente, mas processos de categorização das variáveis para posterior interpretação. Todavia, para a análise dos dados de forma estruturada e estatística, buscou-se o auxílio do método quantitativo.

O mesmo autor comenta que o resultado do uso de uma técnica de pesquisa qualitativa é proporcionar uma melhor visão e compreensão do contexto do problema. Já na entrevista em profundidade, o pesquisador coloca diretamente o problema a ser debatido entre entrevistador e entrevistado, tentando obter uma visão aprofundada da questão tratada e seus diferentes aspectos.

Dessa forma, para as entrevistas foram desenvolvidos roteiros semi-estruturados que continham nove perguntas para o entrevistador cumprir, contudo, sempre dando liberdade ao entrevistado para que ele agregasse novos pontos a serem considerados no problema analisado. Por se tratar da identificação de tendências é extremamente importante proporcionar flexibilidade na coleta de dados para permitir que o entrevistador consiga do entrevistado as reflexões a respeito do setor (MALHOTRA, 2001).

Para concretização do segundo objetivo, visitamos cinco distribuidoras para observação da forma de distribuição dos produtos, realizando-se entrevista em profundidade, tentando identificar e descrever elementos de como estas organizações comerciais julgam ser importantes às decisões da compra e venda dos hortifrutigranjeiros.

Esses estabelecimentos foram selecionados por possuírem uma imagem positiva na região. É importante esclarecer que por imagem entende-se a percepção de um conjunto de atributos por um grupo de clientes/consumidores que resulta numa imagem positiva. Acredita-se que a imagem favorável é decorrente de um correto posicionamento e agregação de valor ao consumidor.

Dessa maneira, a técnica usada na coleta de dados foi a entrevista, pois, conforme Yin (2001), ela constitui uma fonte essencial de evidências em pesquisas. Para realização da primeira entrevista, seguiu-se um roteiro previamente elaborado pela pesquisadora envolvida no estudo.

O roteiro continha nove questões, permitindo ao entrevistador adaptar novas perguntas a determinadas situações, alterando a ordem dos tópicos ou mesmo formulando outras perguntas, dando liberdade para o entrevistado falar à vontade sobre o assunto pesquisado, ficando o entrevistador apenas conduzindo a entrevista. Esse tipo de entrevista pode ser considerado como semiestruturado, visto conter aspectos da entrevista estruturada, onde o entrevistador segue um roteiro anteriormente estabelecido, e o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada para cumprir seus propósitos (LAKATOS e MARCONI, 2001).

Evidencia-se, também, a entrevista direta (pessoal) com abordagens em distribuidoras, centros comerciais, baseando-se, para obtenção de dados, no interrogatório dos participantes ou alvos de pesquisa aos quais se fazem perguntas sobre comportamento, características demográficas, atitudes, crenças, bem adequada a este problema de pesquisa.

A análise de casos trata-se, citando Yin (2001, p.183-188) como sendo um método de investigação empírica que

[...] investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (...), enfrenta uma situação tecnicamente única em que existem muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidência, (...) e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e análise de dados”.

Portanto, caracteriza-se como uma estratégia de pesquisa preferida quando se colocam questões de pesquisa do tipo "onde", "como", "por que" e ainda quando o pesquisador tem pouco controle sobre os dados. Cabe-nos ressaltar, então, que na primeira fase utilizou-se a pesquisa bibliográfica (fontes secundárias) e documental (fontes primárias) tipo observação estruturada que se qualifica como investigação científica quando é conduzida especificamente para responder a questões de pesquisa, tendo que ser sistematicamente planejada e executada, usando controles apropriados para fornecer informações confiáveis e válidas sobre onde e o que se pretende pesquisar.

Dessa forma, a adoção deste método se justifica pelo fato de ser imprescindível em qualquer etapa da pesquisa, podendo se filiar a outras técnicas como, também, ser adotada de forma exclusiva e por ser necessária uma amostra grande e representativa do local, do segmento de mercado e do público-alvo a ser estudado. Outra justificativa para adoção deste tipo de pesquisa reside no fato de, tal método, permitir trabalhar com variadas formas de coletas de dados com entrevistas pessoais, entrevistas por telefone, questionários pelo correio, questionários pessoais e observação.

Após esse levantamento, consultaram-se, também, os proprietários de sacolões, de verdurões, de mercados e de supermercados citados na pesquisa para avaliar suas exigências quanto ao sistema de distribuição das hortifrutícolas e oportunidades de expansão desse canal para tais produtos.

#### **4.1.1 Características da Comercialização dos Produtos Hortifrutícolas**

Sendo um produto delicado, de rápido processo de amadurecimento e deterioração, as hortifrutícolas necessitam de cuidados especiais para evitar danos, como: seleção em ambientes controlados, embalagens adequadas que impeçam a contaminação ou putrefação, resfriamento para retardar o amadurecimento, além de armazenagem própria e transporte adequado.

Percebe-se, na fala dos informantes, que os produtos considerados mais facilmente perecíveis nem sempre são acondicionados de maneira adequada, todos eles informaram que, tanto as verduras como as frutas são transportadas em caminhões com e sem refrigeração.

Vejamos algumas informações:

Conforme Sr. Isaías, do Feirão Comércio de frutas, verduras e legumes:

*Vêm com caminhão próprio ou é fretado no local da compra. Três caminhões por semana. A laranja duas vezes por semana, pego direto da roça em Ribeirão Preto.*

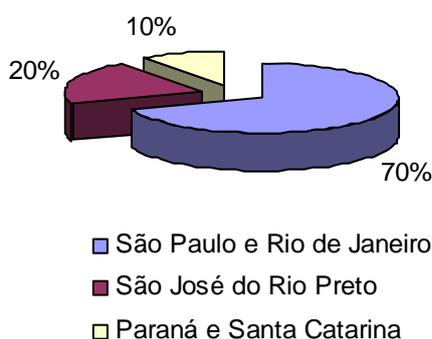
*Todas as frutas sensível ao calor por exemplo, vêm em caminhão refrigerado e os legumes em caminhão sem refrigeração, porque não demora pra chegar aqui sabe, sai de lá hoje de manhã por exemplo e chega aqui a tardezinha.*

As Distribuidoras de Pedro Juan como a do Sr. Ernesto Gimenez (Empresa Jorgina Gimenez) diz que, conforme a necessidade exige, eles vão e buscam muitas vezes, isso ocorre duas vezes por semana ou até três vezes, dependendo da época. No que se refere ao acondicionamento ele declara:

*Todos los productos que llegan acá nm nuestra ciudad, en seguida se vende todo, por eso no hay necesidad de exponer como manda la ley, verdad? lo que no se vende bajamos el precio o salimos a ofrecer, o sea entregamos más baratos a los que venden en carrito por la calle.*

Os produtos são expostos na calçadas, empilhados um sobre o outro, e as frutas que chegam em caixas são deixados na própria caixa, também empilhadas e os estoques guardados em pequenos depósitos no próprio local.

Gráfico 4.1 - Procedência das hortifrutícolas por Estado da União



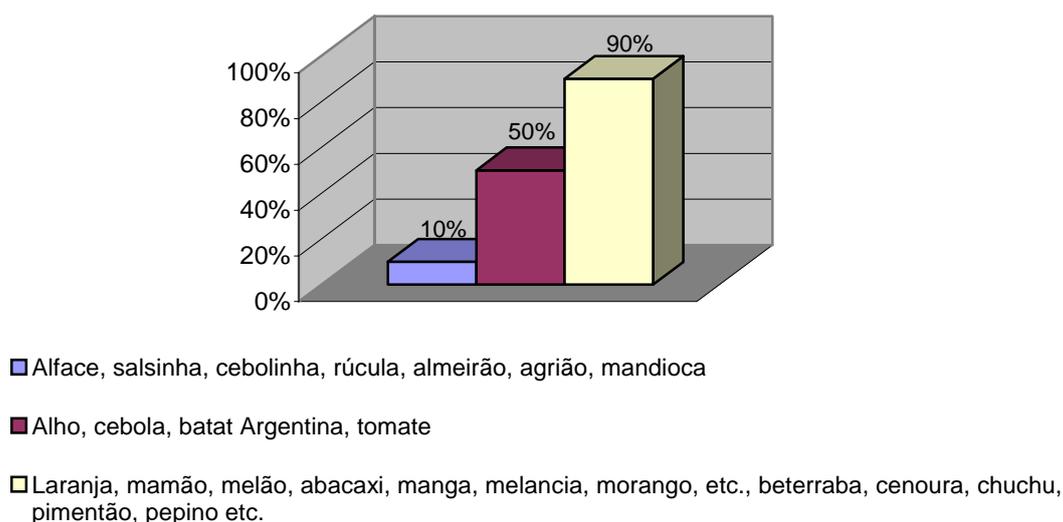
Evidencia-se, assim, que o criterioso cuidado é necessário, sobretudo, tendo em vista que as frutas, legumes e verduras procedem em maior quantidade de quatro estados: 70%

delas procedem de São Paulo e Rio de Janeiro; 20% de São José do Rio Preto (principalmente a laranja) e 10% do Paraná e Santa Catarina, como se observa no Gráfico 4.1.

Após a análise das informações obtidas nas distribuidoras de hortifrutícolas, por ocasião de nossa visita ao Ceasa de Curitiba que faz um controle minucioso, quando a população pesquisada nos informou a procedência dos produtos e visando classificá-los de acordo com seu grau de dependência em relação à aquisição de outros Estados, estabeleceu-se o seguinte critério:

- a. Produtos com baixa dependência de outros Estados – produtos cuja quantidade procedente de outros Estados representa menos de 10% do total comercializado.
- b. Produtos com considerável dependência de outros Estados – produtos cuja quantidade procedente de outros Estados representa mais de 50% do total comercializado.
- c. Produtos com elevada dependência de outros Estados – produtos cuja quantidade representa 90% do total comercializado.

Gráfico 4.2 – Grau de dependência dos produtos com relação a outros estados



Conforme Gráfico 4.2 (acima), verifica-se que os produtos independentes de outros estados são: alface, salsa, cebolinha, rúcula, agrião e almeirão, todos adquiridos de

produtores da região de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, mostrando baixa dependência de outros locais (10%).

Outros produtos, como batata lavada, batata Argentina, tomate, são adquiridos de São Paulo e Paraná, e o volume é considerado considerável (50%). Entretanto, frutas, como: laranja, mamão, melão, abacaxi, banana, manga, melancia, morango, e legumes, como: beterraba, cenoura, chuchu, pimentão, pepino, vêm, em volume considerado elevado (90%), de outros estados.

Assim, os produtos pesquisados ficam classificados da seguinte forma:

Tabela 4.1 - Procedência das hortifrúticas

<b>FRUTAS</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>LEGUMES</b>	<b>ORIGEM</b>
<b>Abacate</b>	SP/PR	<b>Abóbora</b>	SP/PR/SC
<b>Abacaxi</b>	SP/MG/BR/RN/PB	<b>Chuchu, Couve-flor, Quiabo, repolho roxo, repolho verde, vagem, gengibre, acelga, berinjela</b>	PR
<b>Banana</b>	SP/PR/SC/Pedro Juan	<b>Batata doce</b>	SP/PR/SC
<b>Côco seco</b>	Nordeste/BA/ES/SP	<b>Batata</b>	PR/SC/RS/poucoArgentina
<b>Côco verde</b>	Nordeste/BA/ES/SP	<b>Alho-import. Em peq.escala.....</b>	China/SC/PR
<b>Goiaba, limão</b>	SP	<b>Beterraba, cabotiã, cenoura, jiló, pepino</b>	PR/SP
<b>Laranja</b>	SP/PR		
<b>Maçã</b>	Argentina/Chile e Uruguai	<b>Cebola</b>	SC/PR
<b>Macã nac.</b>	SC/RS	<b>Pimentão verde</b>	SP/PR/SC
<b>Mamão</b>	ES/BA/	<b>Tomate A</b>	SP/PR/ES/SC
<b>Manga</b>	BA/ES/SP/	<b>Tomate AA</b>	SC
<b>Maracujá</b>	SP/PR		
<b>Melancia</b>	GO/SP/SC/RS/TO/Pedro Juan	<b>Alface, rúcula, almeirão, agrião, cebolinha,salsinha, mandioca,alho, cebola</b>	Ponta Porá/Pedro Juan
<b>Melão</b>	BA/ES/Pedro Juan		
<b>Pêra</b>	SP(pouco)/PR		
<b>Pokan</b>	SP após março/PR		
<b>Uva</b>	SP/PR/RS - Argentina (pouco)		

Fonte: Ceasa – Curitiba/PR (dez/2005-jan/2006)<sup>11</sup>

<sup>11</sup> O Preço é invariável, tudo depende do clima/tempo, como: geada, seca, chuvas em excesso, chuvas de granizo, etc. pode subir ou baixar.

Na tabela 4.1 (acima), percebe-se claramente a localidade de origem dos produtos, evidenciando-se que, muitos deles, como alface, cebolinha, salsinha, rúcula, almeirão, agrião, mandioca, alho, cebola, pertencem à safra local de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Os outros produtos, como frutas e legumes, são adquiridos de São Paulo e Paraná. Já as frutas tropicais vêm de outros estados, como o coco, kiwi, fruta do conde, que vêm do Rio de Janeiro e, também, de São Paulo.

A batata argentina, o alho e a cebola vêm também, da Argentina chegando até o Paraguai na fronteira com o Brasil, onde são distribuídos em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. As frutas, como melancia e melão, a mandioca e todos os produtos verdes, como salsinha, cebolinha, alface, almeirão, rúcula e agrião, são produzidas na própria região de P.J.C. e comercializadas nas duas cidades fronteiriças.

Assim, esse pequeno produtor consegue abastecer os atacadistas, supermercados e feiras livres. Cabe destacar, entretanto, que alguns deles têm banca na feira do produtor em Ponta Porã e na feira de Pedro Juan Caballero que acontece nos dias: terça-feira e sábado no centro de Pedro Juan Caballero onde comercializam produtos hortifrutícolas variados.

#### 4.1.2 Agentes de Comercialização

No quadro a seguir, pode-se verificar a quantidade de fornecedores de hortifrutícolas existentes na cidade de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, onde foi realizada a pesquisa, para analisar o sistema de abastecimento das hortifrutícolas em uma conurbação internacional.

Tabela 4.2 - Mercados e Supermercados

	<b>Ponta Porã</b>	<b>Pedro Juan Caballero</b>	<b>TOTAL</b>
Pequenos	129	122	251
Médios	12	21	33
Grandes	02	04	06
<b>TOTAL</b>	<b>143</b>	<b>147</b>	<b>290</b>

Tabela 4.3 - Distribuidores e Feiras Livres

	<b>Feira Livre</b>	<b>Distribuidores</b>	<b>TOTAL</b>
Ponta Porã	1	3	4
Pedro Juan Caballero	2	2	4
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>8</b>

Para melhor análise, os estabelecimentos foram distribuídos em: P (pequeno porte); M (médio porte); G (supermercados), e quantificados em: 251 (P); 33 (M); 06 (G), totalizando 290 organizações comerciais. Conforme Azevedo (2001), existe um número razoavelmente elevado de formas organizacionais de venda no varejo em livre-serviço no nosso país, e nos mostra a distinção de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 4.4 – Classificação das lojas segundo a ABRAS

<b>Tipo de Loja</b>	<b>Faturamento (milhões US\$/ano)</b>	<b>Nº. de referências</b>	<b>Área de vendas (m2)</b>	<b>Nº. de caixas registradoras</b>
Supermercado	Mínimo de 1	1.500 a 5000	400 a 5000	3 a 40
Hipermercado	Mínimo de 12	+ de 5.000	+ de 5.000	+ de 40
Sortimento limitado	Mínimo de 0,5	+ de 300	+ de 300	+ de 3 + de 10
Conveniência	Mínimo de 0,5	Até 300	Até 300	Até 3

Fonte: Azevedo, 2001, p: 245

Esses pontos comerciais estão localizados em bairros (num total de 192) do Brasil e Paraguai, porém, em maior número, em terras brasileiras. Caracterizam-se por serem estabelecimentos pequenos, na grande maioria, constatando-se que é reduzido o número de mercados de médio e grande porte. Segundo alguns informantes, isso se dá por ser uma região de fronteira, onde se encontra uma população de baixa renda, com poucas perspectivas de trabalho formalizado. Grande parte dos moradores vive da prestação de serviços temporários, ou da pequena agricultura familiar ou de quintal.

Todavia, existe otimismo entre eles, com relação ao agronegócio de hortifrutícolas, pelo fato de o consumidor estar cada vez mais exigente quanto aos produtos que utilizam no seu

dia-a-dia e estar buscando alimentação mais saudável. Assim, verduras, frutas e legumes são adquiridos pela população de maneira mais crescente.

Evidencia-se, ainda, que a aceitação de condições dessa natureza apóia-se na prioridade de manutenção de uma ocupação, em um contexto em que as fronteiras perderam a capacidade de incorporação da população rural e as outras atividades econômicas criam menos empregos.

Então, nesse contexto de crescente pressão por trabalho na esfera local, há uma diversificação das formas de consumo, variando segundo o poder aquisitivo de cada consumidor, já que estes buscam mais os estabelecimentos menores que oferecem preço acessível.

Convém ressaltar que, mesmo no resto do País, a maioria das ocupações complementares das famílias agrícolas é de baixa qualificação, o turismo rural ainda é incipiente, e a produção de bens públicos como paisagem e áreas de preservação ambiental são quase inexistentes. Assim, a multifuncionalidade do rural brasileiro parece estar ainda concentrada na pluriatividade, isto é, trabalhos agrícolas e não-(agrícolas) e, em pequena medida.

Para Ponta Porã e Pedro Juan, especificamente, o trabalho rural não-agrícola se constitui no serviço doméstico, seguido por: pedreiro, balconista-atendente, serviço por conta própria, diarista doméstica, servente-faxineiro e ajudante de pedreiro. Praticamente são todas ocupações de baixa qualificação, porém com condições de trabalho melhores que o agrícola, exceto nos serviços domésticos no caso das mulheres, em que a qualidade do emprego mostrou-se pior do que o trabalho agrícola. E não se pode esquecer que essa população é essencialmente de pequenos agricultores.

Nesse sentido, a região de fronteira (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero) é um *locus* de estudo privilegiado, pois inclui caso de conurbação em que as duas cidades ficam

praticamente ligadas devido ao encontro de seus limites suburbanos, formando uma cadeia ao longo da via de fronteira que separa as duas cidades (ou os dois países).

Percebe-se, então, que é importante a articulação dos produtores num esforço de organizar comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros com os demais segmentos da sua cadeia de agronegócio de forma a eliminar a intermediação de caráter especulativo, seja por meio de cooperativas, e/ou Prestadores de Serviços nesse âmbito.

#### 4.1.2.1 Distribuidores

No Município de Ponta Porã, foram encontrados três distribuidores, todos em locais centralizados. Cabe comentar que uma das três distribuidoras está localizada bem na linha de fronteira com Pedro Juan Caballero como se pode verificar na figura 4.1 (abaixo), a outra é a Empresa Caxias do Sul, que tem a central de abastecimento no Rio Grande do Sul, e envia os produtos que são solicitados via telefone.



Figura 4.1 – Linha de fronteira com Pedro Juan Caballero

Em Pedro Juan Caballero, as distribuidoras localizam-se na linha de fronteira, junto com os chamados “casilleros”. A Fronteira conta, então, com cinco distribuidores espalhados nessa região.

Ressalta-se que algumas distribuidoras realizam a compra por intermédio de pessoa contratada da origem, pelo distribuidor de Ponta Porã, para que faça a compra selecionada observando qualidade e bom preço, conforme necessidade.

Em Pedro Juan Caballero não há distribuidores de vários produtos, o que existe são os dois distribuidores mencionados, que fazem o percurso até Clorinda, na Argentina, com caminhão próprio, para o transporte de batatas, alho, cebolas e maçã.

Todavia, todos os produtos que chegam à fronteira, tanto do lado brasileiro como do paraguaio, são vendidos para os médios e pequenos mercados localizados nos bairros das cidades fronteiriças, lanchonetes, restaurantes, hotéis, supermercados, para a feira de Pedro Juan Caballero, região de Iby Jaú-P.J.C. e cidade de Concepción. De acordo com o senhor Volnei Antonio Vicari, da Brasfruty:

*Eu vendo a todos os supermercados, mercados, inclusive para a feira, só não vendo e não faço questão de vender no Paraguay, pelo motivo que meu caminhão não pode entrar lá, senão sou incomodado. E nós não precisamos disso, já que eles vem comprar diretamente daqui.*

Ao contrário. o outro distribuidor diz que não é difícil negociar com algumas autoridades:

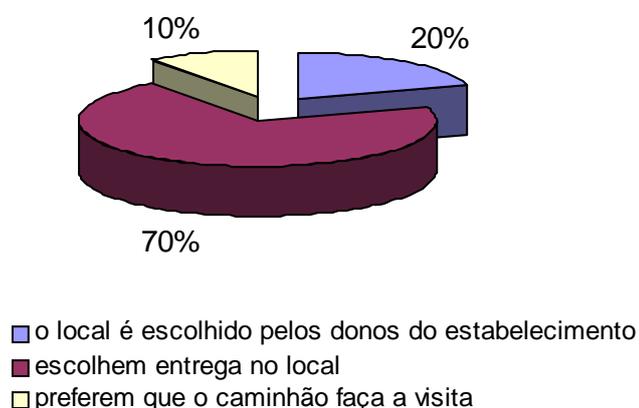
*Eu vendo tanto no Brasil como no Paraguay, sem nenhum problema e só conversar com alguns “deles” e pronto daí ninguém mais te incomoda e você consegue trabalhar tranqüilo.*

De acordo com Bentancor (1994), e do ponto de vista econômico, os núcleos fronteiriços têm uma importantíssima relação comercial enraizada na história, como já mostramos anteriormente no capítulo 2, atravessando por ciclos de influência de uma

economia sobre a outra desde a época da erva-mate. Entretanto, em muitos casos, existem temores de setores específicos de que uma fronteira aberta, como a de Ponta Porã e Pedro Juan, no que se refere à integração, que isso influencie negativamente nos setores de produtos alimentícios.

Com a oscilação cambial, porém, o preço dos produtos alimentícios, do lado Paraguaio, torna-se menor, mas quando a moeda paraguaia se mantém valorizada por muito tempo isto prejudica profundamente o comércio do lado brasileiro, ocasionando grandes prejuízos a ponto de fecharem as portas, como acaba de ocorrer com um dos Supermercados localizados na linha de fronteira.

Gráfico 4.3 – Forma de entrega dos produtos



Analisando-se o Gráfico 4.3 (acima), percebe-se que a compra para revenda é feita da seguinte forma: 20% ocorrem no local escolhido pelos donos dos estabelecimentos; 70% solicitam que a entrega ocorra no local; 10% preferem que o caminhão faça a visita para efetuar a compra na hora. Assim, distribuidores e compradores ficam satisfeitos por se sentirem bem atendidos. O senhor Isaías, do Feirão Comércio de Frutas Verduras e Legumes, diz:

*Aqui a maioria das vendas é feito por telefone, depois a gente entrega, o cliente confia na gente, porque faz anos que eles compram comigo e eu não engano eles, mandando produto ruim. Os pequenininhos preferem vir aqui escolher de pouco a pouco, todo dia e o resto a gente faz pronta entrega, mesmo no Paraguai também.*

Em Pedro Juan, conforme o entrevistado, Sr. Pedro Rejana, da empresa de Ramona Rejala, frisa que eles não têm necessidade de se preocupar em entregar os produtos porque os clientes vão lá buscar, mesmo porque eles não fazem questão e não têm caminhão próprio. E, dependendo da época, há baixa nas vendas pelas oscilações que ocorrem por causa da demanda de mercadoria ou da própria moeda. Observe:

*Acá nosotros no necesitamos preocuparnos en entregar la mercaderia, la gente que quiere viene a retirar acá, nosotros no tenemos ni camión de entrega, cuando vamos buscar en Clorinda hacemos flete, no más.*

#### 4.1.2.2 Mercados e Supermercados

Ponta Porã conta com quatro Supermercados, considerados de grande porte, todos localizados no centro da cidade e cinco mercados, conforme Mapa (anexo III). As principais características dos supermercados são que eles comercializam frutas, legumes e verduras diversificadas, para melhor atender o consumidor, independente do valor oferecido pelo mercado. Em determinados dias da semana, realizam-se promoções com algum tipo de hortifrutícolas para atrair o cliente, evitando o deslocamento a um outro estabelecimento do gênero.

Cabe-nos comentar que os supermercados adquirem os produtos em distribuidores locais, evitando a aquisição em cidades próximas, como Dourados. Contudo, isso acontece

apenas quando falta algum produto nos distribuidores ou quando os de outra cidade oferece melhor preço.

Outro fato interessante é que os produtos acima mencionados são adquiridos pelos supermercados (exceto verduras que são comprados de pequenos produtores de Ponta Porã e Pedro Juan como: salsinha, alface, cebolinha, rúcula, almeirão, etc.), em consignação, e os produtos que não forem vendidos e que apresentarem aspecto ruim ou desagradável ao consumidor são recolhidos pelos distribuidores de Ponta Porã, fazendo-se a reposição por produtos novos.

Ressalta-se que isso não ocorre nos mercados, porque não têm as mesmas vantagens de reposição de produtos como os Supermercados, pois, não querendo arriscar a perder produtos, eles deixam de oferecer mais variedades e/ou produtos com baixa perecibilidade. Entre os produtos mais vendidos estão: batata, tomate, repolho, abóbora, cenoura, beterraba, banana, laranja, abacaxi e maçã.

#### *4.1.2.3 Feiras Livres e os pequenos produtores de verduras*

De acordo com dados pesquisados, os estabelecimentos tipo feira livre estão localizados bem no centro da cidade de Ponta Porã, na terceira quadra da linha de fronteira, constituindo-se em uma feira constante, que se considerou importante na distribuição de produtos hortifrutícolas, porque os pequenos mercados localizados nos bairros não oferecem produtos diversificados, tendo, inclusive, como característica, o fato de serem pequenos produtores e varejistas ao mesmo tempo. Esses produtores, que começaram com uma pequena propriedade para sobrevivência, no Brasil, não são bem organizados como em Pedro Juan, onde estão subdivididos em comitês, recebendo apoio de vários órgãos, como do Ministério da Agricultura e da Comissão Técnica de Taiwan, por exemplo. Localizados em beiras de rios foi aumentando cada vez mais, pela grande procura, pois as verduras não têm vida longa para

serem trazidas de fora. Hoje, esses pequenos produtores são os responsáveis pelo abastecimento de toda a região, inclusive nos supermercados em Pedro Juan, como o Maxi que acaba de inaugurar no local onde funcionava a Casa China, fechando um contrato permanente, com as exigências solicitadas pela empresa Maxi. Veja a figura 4.2 (abaixo) e o interessante comentário do produtor de Ponta Porã.

*Hoje eu não posso reclamar, já passei maus bocados até conseguir entrar no mercado, até minhas filhas catam as verduras nos fim de semana para vender, o que elas catam e vendem casa por casa são a mesada delas, eu tenho duas meninas que fazem isso. Inclusive você pode ver, eu construí com minhas próprias mãos o tanque de peixe que são treis, para não perder verdura, tudo o que limpo eu joga no tanque, e aí já tenho peixe daqui uns tempo pra nós e pra vender também.*

Quando perguntados sobre o tipo de tratamento e cuidados com pragas nas hortas ele enfatiza que não faz questão de usar agrotóxico:

*Eu prefiro não usar veneno nas hortas, porque foi assim que ganhei meus clientes e eu acho melhor também que é mais saúde pras pessoas e pra gente também, depois os bichos acostumam com veneno e fica difícil de matar, cada vez mais tem que aumentar a dose do veneno.*



Figura 4.2 – Horticultura em Ponta-Porã

*Não perco nada, na época de muita chuva e muito frio também eu faço isso, infelizmente nessa época eu tenho prejuízo porque eu to na baixada e do lado do rio e empoça a água e a maioria das verdura morre tudo, ou fica muito pequeno (fig. 4.2 e 4.3). Eu tento proteger com tela mais não adianta muito. Agora eu fechei contrato com esse novo Supermercado no Paraguai e não posso fazer nenhum compromisso mais, eles me dão o saquinho eu lavo e embalo e entrego embalado pra eles, eles me pagam 2 centavos abaixo do meu preço, mais vale a pena pela quantidade.*



Figura 4.3 – Empoçamento nas hortas em Ponta Porã

Conforme ressalta, ele já tem seus clientes fixos, como: restaurantes que pegam em grande quantidade, supermercado e a feira livre, e os que não são produtores.

De acordo com a figura 4.4, a seguir, e conforme os feirantes *não é tão fácil manter nossas mercaderia na fera por causa dos gastos com luz, água e manter as verduras fresquinha, porque não temo câmara para guardar nossas frutas e verduras e o freeze não é suficiente, porisso muitos feirantes estão disistindo de porbanca aqui. Tem época como muita chuva e muito frio a plantação não é boa e tem poca verdura.*



Figura 4.4 – Feira livre em Pedro Juan Caballero (vista interna)

Em Pedro Juan Caballero, existe uma feira livre localizada no bairro mais populoso da cidade (bairro Guarani), que funciona constantemente em um grande, galpão, estando, seu interior, subdividido em pequenas salas de 4 metros quadrados. A feira duas vezes por semana, no centro da cidade em forma de exposição ao ar livre (figura 4.5), em uma das principais ruas de Pedro Juan (às terças-feiras e sábados).



Figura 4.5 – Feira livre em Pedro Juan Caballero (vista externa)

A primeira, comercializa todos os tipos de legumes com alta perecibilidade, adquiridos nos distribuidores de Ponta Porã e Pedro Juan. Na feira livre, comercializam-se frutas, legumes e verduras produzidos pelos próprios produtores, como: beterraba, cenoura, nabo, rabanete, salsinha, cebolinha, rúcula, almeirão, couve, abóboras, aspargo, banana, melancia e melão.

Esses pequenos produtores são divididos por comitês em terras de 15 a 20 ha, localizadas em duas regiões de Pedro Juan Caballero: um na região norte de Pedro Juan Caballero, Cerro Corai e as outras, na região Sul, a vila industrial e ruta 5<sup>a</sup>.

Verificam-se, na tabela abaixo, as quantidades de comitês (18), de famílias (200) e as companhias de distribuição e comercialização dos produtos, conforme dados obtidos no Ministério de Agricultura e Ganadería de Pedro Juan Caballero: Essas evidências auxiliam a demonstrar a extensão do agronegócio de hortifrutícolas na região.

Tabela 4.5 - Distribuição dos comitês, famílias e companhias distribuidoras

<b>Comitês</b>	<b>Companhia</b>	<b>Quant. famílias</b>
1. Virgen Del Rosário	Cia. República	19
2 Chekokuê Añetete	Mayor Maffucci Potrero	15
3. Família Unida	Potrero Sur	19
4. 1º. De Mayo	Potrero Sur	11
5. Universal	Potrero Sur	14
6. Nueva Alvorada	Potrero Sur	12
7. Potrero`í	Potreoro`í	08
8. Che Jazmin	Y`ambe	10
9. 4 de Mayo	Y`ambe	07
10.Jepay`rá	Virgen de Caacupé	07
11.Cerro carai	Cerro Corai	14
12. Cerro Corai II	Cerro Corai	13
13. Iporavé	Cerro Corai	06
14. Capiibory	Capiibory	05
15. Panchito Lopes	Fortuna Guazú	14
16. San Isidro	Santa Clara	15
17. Py`a Rory	Santa Clara	05
18. Mujeres Unidas	Potrero Sur	06
	<b>TOTAL</b>	<b>200</b>

Observa-se, na tabela 4.5, que existem 18 comitês organizados em 200 famílias, os comitês da região Norte (Cerro Corai I e II) e da região Sul (Cia. República, Mayor Maffucci Potrero, Potrero Sur, Potrero`í, Y`ambé, Virgen de Caacupé, Capiibory, Fortuna Guazú e Santa Clara) (Mapa - anexo III).

Para que esses produtores possam comercializar seus produtos nessa feira livre é necessário cadastrar-se em um desses comitês da região e na prefeitura de Pedro Juan Caballero, apresentando todos os documentos. Se for brasileiro, deve fornecer os documentos da imigração. Após a inserção em dos comitês, eles estarão recebendo todos os incentivos oferecidos pela Gobernación e Pela DEAG/MAG (Dirección de Extensión Agrária y Ministério de Agricultura).

A Gobernación oferece um trator por região, e este pode ser utilizado por grupo. Entretanto, sabe-se que somente um trator não é suficiente para atender todos os comitês, já que alguns estão localizados a, mais ou menos, 80 a 100km da cidade, tornando impossível deslocar o trator para a região.

Assim, esses produtores, impossibilitados de realizar maiores investimentos, utilizam os equipamentos e mão-de-obra que detêm.

Também, no decorrer do estudo, verificou-se a existência do Centro de Comercialização conhecido por Missão Técnica de Taiwan (DEAG), figura 4.6, que oferece suporte técnico em serviços de orientação e produção de mudas de verduras e legumes (tomate, pimentão, repolho, alface, brócolis e couve-flor), além de algumas espécies de hortaliças diferenciadas para a região (aspargo, milho doce). Enfatiza-se que a Missão é muito importante e de grande peso para os pequenos produtores, pois mediante seu incentivo estes se organizaram em comitês, conseguindo, assim, mais apoio dos governantes.



Figura 4.6 – Vista da Missão Técnica Taiwan

As despesas com funcionários (engenheiro agrônomo taiwanês, gerente administrativo, funcionários administrativos) e o serviço de orientação até a produção da muda, figura 4.7, são responsabilidade da Missão. O Ministério da Agricultura é responsável por disponibilizar mais um engenheiro agrônomo local.

Convém comentar, ainda, que o Centro de comercialização caracteriza-se por ser uma entidade sem fins lucrativos, fundada a pedido dos próprios produtores, em 10 de maio de

2000, visando apoiar, incentivar e orientar os pequenos hortifrutigranjeiros de Pedro Juan Caballero.



Figura 4.7 – Produção de mudas nas estufas da Missão Técnica Taiwan

A participação no programa fica restrita àqueles que apresentarem comprovantes, seja por intermédio de comitês (grupos de 10 sócios), ou individual. Recolhe-se uma taxa para as despesas extras no ato da inscrição no programa. O sistema de aquisição das mudas é rotativo, o próprio produtor faz a sua muda e a leva quando estiver pronta. Cabe destacar que há alguns pequenos produtores de assentamentos de Ponta Porã, que já estão participando do programa.

Na visita ao Centro de Comercialização, fomos informados que a produção de aspargos (figura 4.8) ainda não é feita em grande quantidade, mas o pouco que se produz é comercializado pelo Centro, transportado em caminhões e vendido em Ponta Porã, Assunção e Cidade do Leste, repassando-se o dinheiro para o produtor. O armazenamento dos produtos é feito em câmara fria, seja para comercialização ou para estocagem.



Figura 4.8 – Mudas produzidas na Missão Técnica Taiwan



Figura 4.9 - Mudas e Produção de Aspargos

Julio (2001) comenta, e é importante frisar, o que hoje vem acontecendo de forma gradativa, sobre o crescimento organizacional dos produtores, que é um aspecto positivo que deve ser aproveitado para a formação de uma cooperativa hortifrutícola. Um exemplo de potencialidade acontece com o apoio da Unidade Técnica Executora de Projetos (apoio oficial

à microempresa) para a consolidação de colônias rurais no departamento e a cooperação de Taiwan, tem-se conseguido produzir e exportar, para o Brasil (especialmente para a cidade de Ponta Porã e Dourados, no Estado de MS), os produtos não tradicionais.

Percebe-se, então, citando Ramírez (2001:260), que “a instalação de tal processadora, para uma região do país, poderia operacionalizar-se por meio de uma empresa privada (de preferência de capital brasileiro)”, estabelecendo, assim, uma associação ou consórcio com os produtores organizados em cooperativas ou em associações, de forma a assegurar a matéria-prima adequada durante todo o ano a preços rentáveis, tanto para os produtores como para os empresários.

#### *4.1.2.4 Os Consumidores*

Para identificar os consumidores de frutas, verduras e legumes, concluímos a partir das informações obtidas nos distribuidores e revendedores e de pesquisas realizadas e mostradas referente à origem das hortifrutícolas, que os consumidores paraguaios procuram comprar a maior parte das frutas e legumes do lado brasileiro, diretamente nas bancas de varejo das distribuidoras localizadas mais no centro, (sabendo-se que as frutas tropicais vêm diretamente do Brasil para o Paraguai, via Ponta Porã) e nos supermercados que facilitam a vida do cliente com variedades, preço e qualidades dos produtos.

Especificamente nos dias de feiras-livres de Pedro Juan Caballero, onde o preço é mais baixo e com produto fresco e novo, tanto paraguaios como brasileiros se deslocam para adquirir os produtos no local da feira. Com a inauguração do novo Hipermercado Maxi, localizado na Avenida principal de Pedro Juan, na antiga Casa China, os consumidores paraguaios foram motivados a comprarem frutas e legumes por ser oferecido maiores conforto ao cliente, e pela valorização da moeda paraguaia (guarani). Como a moeda está valorizada, o preço dos produtos fica bem abaixo do oferecido pelos mercados do lado brasileiro.

Confirmam-se aqui, então, as palavras de Pébayle (1994), de que esse tipo de interação espacial na região de fronteira deriva da lógica estrutural na qual o grau de complementaridade das duas cidades com desempenhos diferentes, que movimentam fluxos de serviços, mercadorias, informações, pessoas, etc. tanto o que podemos perceber (legais) como os que não vemos, ditos invisíveis, (o contrabando).

De outro lado, incorre a de ordem conjuntural, que são representada por oscilações monetárias, como o câmbio que, além de gerarem movimentos turísticos grandes, geram oscilações na direção dos movimentos de cargas agrícolas, pela variação dos preços dos produtos.

#### 4.2 TRANSPORTE

Utiliza-se a rodovia para o transporte dos produtos que têm vida prolongada e suportam oscilações de temperatura durante o percurso, como beterraba, cebola, batata, etc., e segue em caminhões sem refrigeração, desde a sua procedência até o destino, isto é, para as hortifrutícolas.

Contudo, para os produtos mais sensíveis a temperaturas elevadas, como morango, kiwi, etc., utiliza-se o caminhão refrigerado de propriedade da empresa Caxias do Sul que, ao mesmo tempo em que compra para sua própria revenda, também revende para os outros distribuidores com preço de atacado, já que os outros possuem somente caminhões sem refrigeração.

Entretanto, todas as hortifrutícolas são transportadas em caminhões de propriedade da própria empresa, e contam com comprador contratado no estado de origem dos produtos.

Assim, por exemplo, o caminhão vazio é enviado até São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná para ser abastecido e fazer o percurso até Ponta Porã.

O tipo de transporte utilizado pelos distribuidores de Pedro Juan Caballero é o caminhão sem refrigeração. Ao contrário de Ponta Porã, eles enviam uma pessoa de confiança da empresa para efetuar a compra junto com o caminhão.

#### **4.2.1 O armazenamento**

O sistema de armazenamento desses produtos do lado brasileiro é feito em caixas plásticas específicas para legumes, por serem consideradas ideais para o propósito dos comerciantes.

Dessa forma, a exposição dos produtos também é feita nessas caixas para que o cliente possa selecionar e efetuar suas compras e, aqueles mais sensíveis à alta temperatura, são guardados em câmaras frias, ficando somente alguns como amostra para o cliente. Cabe ressaltar, ainda, que um funcionário é colocado especificamente para selecionar e repor os legumes que estão com aspecto ruim.

Do lado paraguaio os sacos de cebola e batatas por exemplo, são colocados empilhados diretamente no chão (figura 4.10), diferentemente como deveria ser, que de acordo com Azevedo (2001), há uma diversidade no comportamento dos consumidores que podem comprometer as empresas nos dias atuais. São diversas as situações como as particularidades inerentes a distribuições dos produtos alimentícios, como as hortifrutícolas, por exemplo, e a organização dos canais objetivando à otimização do processo de distribuição.

A organização da área de venda mostra-se um dos elementos importantes que condicionam os resultados das vendas. Diferenças na ordem de 30% no faturamento por metro quadrado podem ser constatadas entre as empresas segundo suas escolhas de merchandising (AZEVEDO, 2001, P.279).

As frutas, como a maçã, são deixadas na caixa, sem exposição para o cliente. O revendedor faz a seleção dos produtos antecipadamente para evitar expor os produtos já que

não possui espaço suficiente e não tem em grandes quantidades, assim, o cliente leva o produto sem escolher, porém, já há uma certa confiabilidade entre o distribuidor e o cliente.



Figura 4.10 – Inadequação na exposição de produtos

### 4.3 O SISTEMA DE VENDAS DAS HORTIFRUTÍCOLAS NA CONURBAÇÃO DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO

Conforme foi mostrado na tabela 4.1, e analisando-se do ponto de vista formal, as hortifrutícolas têm diversas procedências. No Brasil, vêm desde o Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná e, via Paraguai, os produtos são trazidos da Argentina.

Considerando-se o lado funcional, o abastecimento dos produtos que ali chegam são comercializados por ambos os lados (Ponta Porã e Pedro Juan) sem a mínima preocupação da intervenção do fisco. O produto que mais convier, seja pelo preço ou pela falta de mercadoria no país, é comprado e vendido como a situação impõe.

É importante comentar que existe, sim, uma cobrança invisível (propina), praticada por várias autoridades paraguaias, tanto polícia rodoviária, como fiscais, polícias militares, etc.

Faz-se um acordo com o distribuidor que quer transitar para entregar seus produtos e ter o livre acesso dentro da cidade.

Esse tipo de relação é tratado por Dupuy como um peso:

O estudo da configuração das redes é capaz de revelar o peso ou capacidade relacional de cada um dos nós que a compõem (sua 'nodosidade'). Tais nódulos são lugares a partir dos quais os diversos atores elaboram seus *projetos transacionais* (projetos de troca, de intercâmbio com outros pontos, outros atores), os quais, se tomados em conjunto, organizam o espaço (ainda que, a princípio, apenas virtualmente), de forma a articular projetos transacionais diversos e multi-localizados (DUPUY, Gabriel, 1991:107-109)

Evidencia-se, então, segundo o autor, que cada nó, e portanto, cada participante (ator), passa a conceber sua posição em termos da relação com outros atores e lugares.

Mas, como diz Oliveira (2005), o mais importante, nessas articulações, está representado pelos vários mecanismos utilizados pelos empresários e, mesmo que a articulação entre as cidades fronteiriças seja construída pelo lado formal, são muitas as conexões que saem do âmbito legal, porém não impedem parcerias, articulações e/ou compromissos entre elas.

É nas cidades de fronteiras secas (ditas gêmeas), porém, que a operação conjunta das duas lógicas mencionadas por Pébayle (1994), o da ordem conjuntural e estrutural, ostenta maior grau de visibilidade. Isso ocorre pelos vários níveis da economia e dos setores, onde se formalizaram arranjos produtivos ou de serviços em função das vantagens comparativas surgidas com as divergências entre as economias de cada país.

Acredita-se, ao final, que se pôde estabelecer um coeficiente positivo da qualidade do agronegócio frente aos processos de gerenciamento na produção, distribuição, comercialização e conseqüente segmentação mercadológica dos hortifrutigranjeiros, potencializando e incrementando a confiabilidade dos fruticultores na região de fronteira de Mato Grosso do Sul, mais especificamente Ponta Porã e Pedro Juan Caballero.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa estabeleceu como objetivo central analisar o abastecimento de hortifrutícolas e seu processo na conurbação das cidades gêmeas de Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, e Pedro Juan Caballero, no Paraguai.

O estudo demonstrou que, ao analisarmos o movimento geo-econômico de uma fronteira conurbada, há certa dificuldade em explicar como isso ocorre, principalmente quando se trata da produção e abastecimento das hortifrutícolas, já que as assimetrias econômicas, sociais, culturais, são oscilatórias e constantes. Evidencia-se, também, que ao se observar a região de fronteira, as grandes diferenças de outras localidades salientam-se, sobretudo quando se referem às cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, onde tudo ocorre de forma funcional (apesar da sua ilegalidade em relação às outras localidades), porque o que demarca a fronteira entre as duas cidades é apenas uma rua, ressaltando-se a inexistência de fiscalização ou controle alfandegário, ocorrendo uma grande complementaridade nas negociações dos produtos.

Assim, torna-se evidente que a facilidade existente na entrada das frutas, verduras e legumes nessas cidades faz com que os fornecedores sejam flexíveis na compra e venda dos produtos, de acordo com as oscilações cambiais de cada país, e os consumidores também agem dessa forma.

Foi importante, também, percorrer as cidades gêmeas para conhecer as suas peculiaridades e saber como elas funcionam, para que, desta forma, o estudo do sistema de abastecimento e o mercado das hortifrutícolas na fronteira sejam amplamente entendidos.

À medida que os estudiosos vão-se aprofundando em pesquisas nas mais diversas literaturas que tratam sobre fronteira, percebem que sempre ocorrem mudanças de acordo com o tempo. Dessa forma, Lia Osório Machado (2004) afirma que as novas abordagens, inclusive na Europa, estão criando uma outra mitologia, uma mitologia da abolição das fronteiras-limite, coincidente com uma vontade confusa de torna-las sem sentido também em outros domínios da sociedade. Essa mitologia de abolição estaria apoiada na idéia de que constituem um obstáculo e um entrave à liberdade individual ou coletiva, dentro de uma tradição de longa data de atribuir, às divisões entre Estados, apenas funções negativas. Contudo, essa mitologia não faz o menor sentido, já que o limite é uma necessidade incontornável, um mecanismo de regulação que garante a existência contra os perigos do caos.

Além do mais, há uma relação forte de assimetrias sociais, culturais e econômicas, como nos mostra Claude Raffestin (1993), ao afirmar que, mesmo quando parecem estar completamente ultrapassados, aparentemente sem efeitos sobre o cotidiano vivido, os limites internacionais continuam a sublinhar tanto diferenças legais como o princípio da identidade territorial, e a separação entre nacionais e não nacionais, por meio de impedimentos jurídicos, políticos e ideológicos.

No decorrer da pesquisa e na prática, foi possível perceber que as regiões fronteiriças não têm legislação específica e nenhum projeto voltado a suas peculiaridades que, ao longo dos tempos, vêm causando problemas diversos, como o de exploração em relação aos trabalhadores dos países menos desenvolvidos, já que eles são contratados ilegalmente, mesmo sabendo que essa demanda de pessoas buscando emprego nos países mais ricos reduz o desemprego no país mais pobre. Isso facilita a migração de trabalhadores do campo para a cidade, sem nenhum tipo de preparo, ocasionando o crescimento desordenado dos países em desenvolvimento.

No Mato Grosso do Sul, isso não se mostra diferente, e os efeitos das interações entre as cidades gêmeas, no que se refere aos fatores de produção, se refletem, como um todo, nos serviços públicos e privados, seja na cidade ou no campo, e, também, na quantidade de pequenos mercados e sacolões que proliferam nos bairros periféricos da região estudada. Esse fato se torna evidente, porque, em nossas andanças, pudemos localizar 7 atacadistas e feiras livres e 211 varejistas, todos na cidade de Ponta Porã e Pedro Juan, número este considerado excessivo, considerando-se o tamanho da região pesquisada.

Um dos setores a chamar a atenção, também, é o de serviços informais que ostentam nível avançado de trabalhadores, alguns apresentando serviços duplicado (formal/informal)s, cada um na sua jurisdição. Nesta pesquisa, demonstrou-se que essa migração ocorrida na fronteira gêmea de Ponta Porã e Pedro Juan fez surgir várias formas de trabalho, principalmente as do pequeno produtor de hortifrutícolas e as de comercialização desses produtos na região fronteira. Entretanto, percebe-se que já existe uma grande complementaridade de serviços oferecidos à população. Por exemplo, os serviços do hospital e escolas da cidade de Ponta Porã são usufruídos também pelos paraguaios e, da mesma maneira, os fornecedores de combustível de Pedro Juan vendem aos ponta-poranenses, pois a não incidência de impostos permite que seu preço de venda seja mais barato e acessível para os moradores brasileiros. Convém registrar, também, que as cidades gêmeas estão se tornando referencial pelos cursos universitários que oferecem. Em Pedro Juan Caballero, ressalta-se: Medicina, Psicologia, Fisioterapia, Odontologia, Enfermagem, Administração, Turismo, Direito, etc, sendo que 80% dos alunos são brasileiros, e Ponta Porã também não fica atrás.

Sobre a terra, Riquelme (2004) refere que a grande maioria dos brasileiros que a adquiriram foi especificamente para a criação de gado e plantação da soja, café, arroz, milho etc., não havendo preocupação nem interesse na cultura de hortifrutícolas. Este tipo de cultura tornou-se, a princípio, uma característica dos agricultores familiar e mesmo de fundo de

quintal, e por isso ocorreu em pequena escala, buscando atender principalmente aos familiares. Desta forma, o país teve que buscar esses produtos do Brasil, Argentina e Chile, sendo comercializado por ambos os lados sem a necessidade de se preocupar com o fisco, já que não há controle ou fiscalização alfandegária.

Cabe esclarecer que tudo isso causou constantes preocupações entre os estudiosos, principalmente os cientistas sociais da América do Sul. Assim, os países optam por um modelo de integração de Mercado Comum, o qual implica nas eliminações das barreiras das fronteiras e, desta maneira, a constituir a dinâmica de um mercado ampliado. As políticas, implementadas em nível macro quanto às medidas específicas, afetam diretamente as áreas de fronteira, que são as primeiras a receber os impactos.

Portanto, quando falamos das cidades gêmeas (fronteiras secas), percebemos visivelmente o acontecimento da lógica apresentada por Ribeiro (2004), de que os fluxos das fronteiras são oscilatórios, a partir do acompanhamento do comportamento do gradiente financeiro e comercial.

Não obstante tratar-se de uma atividade recente na região, foi possível verificar, também, em vários indicadores de sustentabilidade e nas distintas dimensões de análise, que a produção e distribuição de hortifrutícolas já apresenta resultados melhores do que os obtidos pelos produtores da agricultura convencional.

Assim, conhecer a fronteira e a condição de fronteira nos permitiu desvelar as simetrias e assimetrias entre as cidades gêmeas, suas peculiaridades, sua história, sua economia.

Também se percebe, na fala dos informantes, que os produtos considerados mais facilmente perecíveis nem sempre são acondicionados de maneira adequada, pois, tanto as verduras como as frutas são transportadas em caminhões sem refrigeração. *“Vêm com caminhão próprio ou é fretado no local da compra. Três caminhões por semana. A laranja*

*duas vezes por semana. Todas as frutas vêm em caminhão refrigerado e os legumes em caminhão sem refrigeração”.*

Constatou-se, ainda que, na maioria das vezes, não há, por parte do comerciante, principalmente do Paraguai, um cuidado na exposição e armazenagem dos produtos. Assim, muitos deles são encontrados em caixas ou gôndolas de madeira nas calçadas em frente aos estabelecimentos, expostos sem maiores cuidados, para que o cliente possa escolher. Devido ao clima quente, muitas hortifrutícolas apodrecem e são jogadas no lixo, o que encarece o produto. No Brasil, há um certo cuidado na armazenagem, tem uma câmara fria onde são conservados os produtos mais sensíveis a temperatura.

Observou-se, ainda, a precariedade das rodovias e pouca oferta de caminhões frigoríficos para o transporte dos produtos mais facilmente perecíveis, além da inexistência de locais adequados para armazenagem, pois diversos produtos vêm de outros estados e mesmo do Paraguai e Argentina.

A pesquisa mostrou, finalmente, que a aceitação de condições dessa natureza apóia-se na prioridade de manutenção de uma ocupação, em um contexto em que as fronteiras perderam a capacidade de incorporação da população rural e as outras atividades econômicas criam menos empregos.

Convém lembrar aqui a necessidade de articulação dos produtores e distribuidores num esforço de organizar a comercialização dos produtos hortifrutigranjeiros com os demais segmentos da sua cadeia de agronegócio, sem intermediações e buscando tornar as duas regiões um pólo produtor de hortifrutícolas, diminuindo ou mesmo eliminando a importação desses produtos de outras localidades distantes. Pois, nesse sentido, a região de fronteira estudada constitui-se em local privilegiado, pois inclui caso de conurbação em que as duas cidades ficam praticamente ligadas devido ao encontro de seus limites suburbanos, formando

uma cadeia ao longo da via de fronteira que as separa bastante propícia à implantação de canais de produção e distribuição de hortifrutigranjeiros na região.

O estudo mostrou claramente que a fronteira tem grandes potencialidades para a inserção das hortifrutícolas, pois há evidente disponibilidade da agricultura familiar, o clima é excelente, desde fevereiro até dezembro, e com tudo isso há a proximidade com os consumidores e comerciantes e, portanto, facilidade de atender o mercado local e regional (todos adquirem produtos de outros estados). “*A principio o custo pode ser maior, mas a região é nova e é possível produzir de forma orgânica*”, como nos informou o engenheiro agrônomo e economista do Idaterra de Ponta Porã, Sr. Edson Mondadori.

Contudo, não há expectativa de crescimento das hortifrutícolas na região da fronteira brasileira a curto e médio prazo porque existe uma cultura muito forte enraizada na população rural, a idéia de que tudo o que se produz tem que ser em grande quantidade, como para exportar, e desejam produzir cultura que não dê muito trabalho e que dê retorno imediato. Existe, porém, um grande incentivo por parte dos profissionais técnicos, principalmente os do Idaterra para o plantio dos produtos diversificados, principalmente porque há uma série de fatores que influenciam negativamente esse tipo de produção.

Entre esses fatores podemos citar: 1. Os financiamentos existentes para o pequeno produtor familiar: a oferta de crédito por cultura e não por quantidade de terras obtidas; 2. A questão da infra-estrutura, como: falta de água, terra em más condições que necessitam ser tratadas para certo tipo de cultura; 3. A falta de financiamento para investir nesses pequenos problemas; 4. Falta de transporte para entrega dos produtos aos consumidores.

Dessa forma, a situação tende a permanecer assim se não houver interesse por parte dos órgãos públicos municipais, em assumir compromisso com os pequenos agricultores, deixando de alegar que o problema é da alçada dos governos estadual e federal. É necessário, primeiramente, orçamento direcionado para a agricultura, uma política pública interessada,

sobretudo por parte do governo municipal, com uma Secretaria de Agricultura para resolver os mínimos problemas da região; segundo, firmar parcerias com o governo estadual, Municipal e os Produtores, no que se refere aos orçamentos direcionados ao setor alimentício de algumas instituições que existem em Ponta Porã, como: Escolas, Presídios, Hospital, quartel, etc, para abastecer com as hortifrutícolas produzidas na região. Outro fator importantíssimo, é essencial que os produtores encarem o fato de que existe um mercado interno rico suficiente para ser abastecido por todos, porque não se pode admitir mais, caminhões de abacaxi, por exemplo, vendendo produtos vindo de Minas Gerais e Tocantins em toda região, existindo aqui terra suficiente para plantio de diversos tipos de culturas, como abóbora, abacaxi, melancia, mamão, banana e citrus. Prova disso são as palavras dos próprios produtores pesquisados de que há mercado suficiente e que eles acabam rejeitando por falta de produtos.

Todavia, não se pode deixar de mencionar a existência de pequenos grupos, nos assentamentos, que estão servindo de exemplo, segundo informações do engenheiro do Idaterra, sr. Edson Mondadori, aqueles que plantam abóbora, abacaxi e tomate e que fornecem para outra região, com a proposta de vir buscar no local. Assim, também, ocorre com alguns assentados que plantam mandioca para algumas feculares da região.

Ao contrário do que ocorre em Pedro Juan Caballero, conforme mostrado no capítulo 4, existe uma organização, por parte do Ministério da Agricultura de PJC, em parceria com a Missão técnica de Taiwan e os pequenos produtores familiares, onde alguns deles entregam produtos, como beterraba, rabanete, cenoura, etc. em alguns mercados e supermercados em Ponta Porã. Mesmo quando ocorre a oscilação cambial, e a desvalorização da moeda brasileira, isso não é o maior problema, porque as duas cidades se abastecem e se complementam, conforme a demanda da oferta e a procura. Diante disso, sugere-se que os governos se organizem desenvolvendo projetos Bi-nacionais na área do agronegócio, e

Missão (Ponta Porã) para Missão (Pedro Juan), com o intuito de gerar emprego e renda, e para que a fronteira não fique condicionada apenas a serviços, devido ao turismo, quebrando, assim, esse paradigma, e criando soluções para os problemas que esbarram na burocracia estatal.

Este trabalho foi cansativo, difícil, porém gratificante, por permitir o conhecimento acerca do potencial da região estudada, assim, não se pretendeu, aqui, esgotar o assunto, nem isso seria possível, fica, então, nossa sugestão para outros e mais aprofundados estudos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. R. P. A.; **Logística Agroindustrial**. In: BATALHA, Mário Otávio. (org.). São Paulo, 2.ed., v. 1, ed. Atlas, 2001.

AZEVEDO, P. F.; **Comercialização de Produtos Industriais**. In: BATALHA, Mário Otávio. (org.). São Paulo, 2.ed., v. 1, ed. Atlas, 2001.

BENTANCOR, Gladys. **Mercosur Adecuación a la Integración Regional – Perspectivas desde um área Fronteriza**. In: Fronteiras no Mercosul. LEHNEN, A.; CASTELLO, I.; SCHAFFER, N. (Org.). América Latina, Fronteras y Mercosur. Porto Alegre: Universidade/UFRGS. Co-edição Prefeitura Municipal de Uruguaiana, 1994.

CEASA/MS. Centro de Abastecimento do Mato Grosso do Sul. Censo Procedência dos produtos alimentícios. Acesso em: 29. mai .2005, 20h13min. Disponível em: <<http://www.ceasa.ms.gov.br/index.htm#>>

DIDONET, S. R.; OLIVEIRA, L. C. P. **O processo logístico e sua perspectiva estratégica: as aplicações no desempenho organizacional**. Conselho Latino Americano de Escolas de Administração Cladea; 2002.

EVANS, P. **Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004. 404p.

GOIRIS, F. A.J. **Descubriendo La Frontera: Historia Sociedad y Política em Pedro Juan Caballero**. Paraná: Ed. Inpag- P.G., 1999.

GRUPO RETIS DE PESQUISA. Projeto de Pesquisa: **Limites e Fronteiras Internacionais na América do Sul. Origens dos Limites. Imagem 16/20. Tratado de Tordesilhas. 1494**. 1Mapa, 91KB. color. Escala não identificado. Acesso em: 15 abr. 2005, 20h08min. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/gruporetis/modules/wfsection/article.php?articleid=68>>

GRUPO RETIS DE PESQUISA. **Mapa cidades gêmeas**. 2Mapa, 158bytes. Color. Escala 1:200 quilômetros. Acesso em: 15 abr. 2005, 20h28min. Disponível em: <<http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/gruporetis/modules/wfsection/article.php?articleid=32>>

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda, 2004. 400p.

HENRIQUES, I.C. **Territorio e Identidade: O desmantelamento da terra Africana e a construção da Angola colonial**. [on line]. Lisboa, 2003 [publicado em 14.08.2003] Trabalho realizado na Universidade de Letras de Lisboa, conf. Decreto-Lei 301/72 de 14.08.2003. Disponível na Internet: < [http://www.fl.ul.pt/posgraduados05/historia\\_brasil.htm](http://www.fl.ul.pt/posgraduados05/historia_brasil.htm)>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 17 de abril de 2005.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, 205p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 220p.

LOPES, M., R. Mercados agrícolas e o processo de integração no Mercosul. In: A. S. P. Brandão e L. V. Pereira, **Mercosul – perspectivas da integração**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1996.

MACHADO, L **Sistemas, Fronteiras e Território**. [on line]. Rio de Janeiro, 2002 [publicado em 19.07.2004] trabalho de pesquisa (Limites e Fronteiras Internacionais na América do Sul) Disponível na Internet: <[www.igeo.ufrj.br/grupo\\_retis](http://www.igeo.ufrj.br/grupo_retis)>.

MACHADO, L. STEIMAN, R. **Limites e Fronteiras Internacionais uma Discussão Histórico-Geográfico**. [on line]. Rio de Janeiro, 2002 [publicado em 19.07.2004] trabalho de pesquisa (Limites e Fronteiras Internacionais na América do Sul) Disponível na Internet: <[www.igeo.ufrj.br/grupo\\_retis](http://www.igeo.ufrj.br/grupo_retis)>.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing – Uma Orientação Aplicada**. São Paulo: Makron Books, 2001.

MAG. Ministério de Agricultura y Ganadería - Dirección de Extensión Agrária. Pedro Juan Caballero - Paraguai, 2005/2006.

MRE. Ministério das Relações Exteriores. Censo total de marco. Fronteiras do Brasil. Atualizado em 30/nov./1999. Acesso em: 18 abr. 2005, 13:45. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/daa/df.htm#item07>>

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. **Território Sem Limites: Estudos Sobre Fronteiras**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2005. 648p.

PÉBAYLE, R. As Regiões Fronteiriças e o Projeto de Integração do Mercosul. In LÉHNEN, A.C., CASTELLO, I.R., SCHÄFFER, N.O. (org.). **Fronteiras no Mercosul**. Porto Alegre. Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1994.

PINHEIRO, V.L.H.G. **A Conquista do Título de Propriedade de Ponta Porã**. Trabalho de Monografia apresentado na banca do curso de História na FAP-Faculdade de Ponta Porã. 2005.

RIBEIRO, L. P. **Zonas de Fronteira Internacionais na atualidade**: Uma discussão. [online]. Rio de Janeiro, 2002 [publicado em 19.07.2004] trabalho de pesquisa (Limites e Fronteiras Internacionais na América do Sul) Disponível na Internet: [www.igeo.ufrj.br/grupo\\_retis](http://www.igeo.ufrj.br/grupo_retis).

RIQUELME, M.A. **Territorio, ciência e política**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL Campo Grande: UFMS, 5 e 6, ago. .2004.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido**. São Paulo, 2ª.ed., Editora da Universidade de São Paulo, 2004

SCDL, Segunda Comissão de Demarcações de Limites. Breve Notícia Histórica. **Marco Original do Tratado de Madrid. Marco Principal 11-P, Fronteira Brasil-Uruguaí. Marco Brasil-Paraguai na Ilha Coronel Braga no Brasil**. Acesso em: 18 abr. 2005, 14:05. Disponível em: <<http://www.scdl.gov.br>>.

SILVA, A. L. da Silva; BATALHA, M. O. **Marketing Estratégico Aplicado ao Agronegócio**. In: BATALHA, Mario Otavio. (org.). São Paulo, 2ª. ed., v. 1, p.137, 2001.

SPROESSER, R. L. **Gestão Estratégica do Comércio Varejista de Alimentos**. In: BATALHA, Mario Otávio (coord.). Gestão Agroindustrial. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

STEIMAN, Rebeca. **Brasil e América do Sul: Questões Institucionais de Fronteira**. [online]. Rio de Janeiro, 2004 [publicado em] trabalho de pesquisa (Limites e Fronteiras Internacionais na América do Sul) Disponível in: [www.igeo.ufrj.br/grupo\\_retis](http://www.igeo.ufrj.br/grupo_retis).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Geociências. Acesso em: Maio de 2005. Disponível in: [www.igeo.ufrj.br](http://www.igeo.ufrj.br)

VILLANUEVA, R. **Semblanza de la Antigua Punta Purã**. Ponta Porã: Ed. Candia, 2001.

**ANEXO I**  
**QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA**

**O ABASTECIMENTO DO AGRONEGÓCIO NA REGIÃO DE FRONTEIRA – O  
CASO DO ABASTECIMENTO DE HORTIFRUTÍCULAS NA  
CONURBAÇÃO DE PONTA PORÃ E PEDRO JUAN CABALLERO**

**Questionário para a Pesquisa**

**Empresa:**

**Endereço:**

**Nome do proprietário e pesquisado:**

- 1. Quais são os produtos vendidos?**
- 2. De onde são comprados os legumes e as verduras?**
- 3. Como são feitas essas compras?**
- 4. Como vem para o destino (Ponta Porã)?**
- 5. Aqui na região como são feitas as compras?**
- 6. Como são acondicionados os produtos?**
- 7. Quem são seus clientes?**
- 8. Como é feita a venda desses produtos aqui em Ponta Porã?**
- 9. Como é feita a venda na cidade vizinha Pedro Juan Caballero?**

**Empresa:**

**Endereço:**

**Nome do proprietário e pesquisado:**

- 1. Quais são os produtos vendidos?**
- 2. De onde são comprados os legumes e as verduras?**
- 3. Como é feita essa compra?**
- 4. Como vem para o destino?**
- 5. Como são acondicionados os produtos?**
- 6. Quem são seus clientes?**
- 7. Como é feita a venda desses produtos em Ponta Porá?**
- 8. Como é feita a venda aqui em Pedro Juan Caballero?**

**ANEXO II**

**QUADRO DEMOSTRATIVO DA PESQUISA REALIZADA VIA TELEFONE E  
E-MAIL AO FUNCIONÁRIO DO FEIRÃO EM PRESIDENTE PRUDENTE PARA  
SABER O DESTINO DAS HORTIFRUTÍCOLAS ATÉ A CEASA DE PRUDENTE**

<b>FRUTAS</b>	<b>DESTINO</b>	<b>LEGUMES</b>	<b>DESTINO</b>	
<b>Abacate</b>		<b>Abóbora</b>		
<b>Abacaxi</b>		<b>Acelga</b>		
<b>Banana</b>		<b>Batata doce</b>		
<b>Côco seco</b>		<b>Batata</b>		
<b>Côco verde</b>		<b>Batata binge</b>		
<b>Goiaba</b>		<b>Berinjela</b>		
<b>Laranja</b>		<b>Beterraba</b>		
<b>Limão</b>		<b>Cabotiã</b>		
<b>Maçã argentina</b>		<b>Cebola</b>		
<b>Maçã nacional</b>		<b>Cenoura</b>		
<b>Mamão</b>		<b>Chuchu</b>		
<b>Manga</b>		<b>Couve-flor</b>		
<b>Maracujá</b>		<b>Gengibre</b>		
<b>Melancia</b>		<b>Jiló</b>		
<b>Melão</b>		<b>Pepino grosso</b>		
<b>Pêra</b>		<b>Pepino verde</b>		
<b>Pokan</b>		<b>Quiabo</b>		
<b>Uva</b>		<b>Repolho roxo</b>		
		<b>Repolho verde</b>		
		<b>Tomate A</b>		
		<b>Tomate AA</b>		
		<b>Vagem</b>		
		<b>Alho</b>		

**ANEXO III**  
**MAPA DEMONSTRATIVO**

COLOCAR AQUI O MAPA DEMONSTRATIVO

**ANEXO IV**

**MAPEAMENTO DOS REVENDEDORES DE**

**HORTIFRUTÍCOLAS EM PONTA PORÃ - MS**

<b>REVENDEDORES DE HORTIFRUTÍCOLAS EM PONTA PORÃ - MS</b>					
<b>REGIÃO NORTE</b>	<b>P</b>	<b>M</b>	<b>G</b>	<b>Distribuidores</b>	<b>Feiras</b>
<b>Pq. Dos Ipês II</b>					
Algacir Pissini com Rio Negro	1				
Izabelino Novaes c/Azalino F.	1				
Izabelino Novaes c/Gonçalves Dias	1				
Izabelino c/ TV Ipiranga	1				
Jorge dos Stos c/Amazonas	1				
Amazonas quase Belmiro Albuq.	1				
Belmiro Albuquerque	1				
<b>Jd. Planalto</b>					
Jorge P.Stos c/Honorato Camp.	2				
Belmiro Albuquerque c/Honorato	1				
Marginal Pegualho quase Astolfo A.	1				
Belmiro Albuquerque c/ Astolfo A.	1				
<b>Pq. Dos Ipês I</b>					
R.da Pátria c/ Agudos	1				
Agudos c/ Osvaldo Cruz	1				
S.Judas Tadeu quase Nilo Barem	1				
Agudos entre Nilo e MS	1				
<b>Vila Alegrete</b>					
Arlindo Moreira c/ Acre	1				
<b>Vila Boa Vista</b>					
Arlindo Moreira c/ Arnaldo Moreira	1				
Pedro Ângelo c/ Arlindo Moreira	1				
<b>Jd Panambi</b>					
Araçaceiro c/ Amoreira	1				
Caramboleira	1				
Cambucizeiro c/ Benjamin Constant	1				
Jasmin c/ Amoreira	1				
<b>Jd. Residencial Ponta Porã I</b>					
Pintangueiras c/ Jamelão	1				
Pedro Ângelo Rosa c/ Ceriguela	1				
Rua Jasmim	1				
Iturama c/ Cambucizeiro	1				
Sapucaia c/Jamelão	1				
Nogueira c/ Alfeneiro	1				
Nogueira c/ Jacarandá	1				
<b>Jd.Jamaica/Coopa-Fronteira</b>					
Urumbela c/ Pirajuí	1				
Urumbela c/ Morumbi	1				
Lageado c/ Vacaria	1				
Mangueira	1				
<b>Vila São Bernardo I</b>					
Projetada c/ Gumercindo Aleixo	1				
Urumbela c/ Inhacaru	1				
<b>Guy Vilela</b>					
Galileu Galilei c/Vital Brasil	1				

Travessa Projetada c/Germano Aleixo	1			
<b>Jd. São João</b>				
Roberto Bueno c/ Guadalajara	1			
Adjalma Saldanha c/ Barão Maracaju	1			
Roberto Silva c/ Jamil Derzi	1			
Francisco Macenas c/ Adjalma Sald.	1			
Colégio B.Martins	1			
<b>Maria Auxiliadora</b>				
TV Angelina Spinardi	1			
Três Lagoas	1			
<b>Renô</b>				
Alegrete c/ Riachuelo	1			
Alfeneiro c/ Caçapava	1			
<b>Vila Brandão</b>				
Ismal quase Cosme Damião	1			
Ismal c/ Corinto	1			
Curitiba c/ São Luis	1			
<b>Vila Áurea</b>				
Jão Pessoa c/ Salvador	1			
São Luis c/ Benjamin Constant	1			
Benjamin Constant c/ Ismal	1			
Pedro Ângelo c/ Belém	1			
Pedro Ângelo c/ São Luis	1			
Coronel Santana c/ Manaus	1			
Ângelo Azevedo c/Manoel Gerdom	1			
Pedro Ângelo c/ Manaus	1			
Ismal c/ Porto Alegre	1			
Pedro Ângelo c/ João Pessoa	1			
<b>Jd. Primor</b>				
Carmelo Puléo c/ Ângelo Azevedo	1			
Carmelo c/ Manaus	1			
Ismal c/ Manoel G. Gordon	1			
Cnel Santana c/ Ângelo Azevedo	1			
Cnel. Santana c/ Ismal	1			
<b>Jd Monte Líbano</b>				
Av.Pres. Vargas c/ Xavier da Silva	2			
<b>Vila Santa Isabel</b>				
Tiradentes c/ Luis P. Magalhães	2			
Pedro Manvailler c/Pres.Vargas	2			
Pres.Vargas c/Heliodoro Salgueir	1	1		
Tiradentes c/José G. Neto	3			
<b>Vila Vitória</b>				
Pres.Vargas c/Manoel Dias Pinho		1		
<b>REGIÃO CENTRAL</b>				
Rua Antonio João c/Dep.Aral Mor.				1
Baltazar Saldanha c/Monteiro Lobato	1			
Baltazar Saldanha c/ 13 de Maio	2			

Calógeras c/ Baltazar Saldanha	1			
Baltazar Saldanha c/ Gral.Osório	1			
Gral.Osório quase Baltazar Saldanha	1			
Mchal.Floriano quase Joaquim P.T.		1		
Av.Pres.Vargas quase Mchal.Flor.	1			
Sete de Setembro quase Av.Brasil				1
MchalFloriano quase 7 Setembro			1	
Tiradentesc/Soldado Tomás Machado		1		
Guia Lopes c/Soldado " " Machado	1			
Guia Lopes quase Av.Brasil			1	
Tiradentes c/ TV Soares	1			
Rua Paraguai c/ Duque de Caxias		1		1
Paraguai quase Duque de Caxias		1		
Mchal Floriano c/ Rui Barbosa				1
<b>REGIÃO SUL</b>				
Bairro da Granja				
Comandante Cardoso		1		
" " quase Felipe de Brum		1		
Felipe de Brum c/ Rodrigues Alves	1			
Epitácio Pessoa c/Modesto	1			
Epitácio Pessoa c/Gerônimo Belmont		1		
Militão Batista c/Batista Azevedo	1			
Valencio de Brum c/Gerônimo B.	1			
<b>COHAB</b>				
Corumbá c/ Poconé	1			
<b>Jd.Aeroporto</b>				
Aeroporto S.Dumont quase Eduardo	1			
" " Congonhas c/Eduardo Gomes	1			
<b>Vila Salgado Filho</b>				
Catanduvas c/ Rosa Azul	1			
<b>Jd das Rosas</b>				
Rosa Amarela c/ Flor do Campo	1			
Rosa Amarela c/ Tietê	1			
Tietê quase Rosa Azul	1			
Rosa Azul c/ Flor do Campo	1			
Rosa Amarela c/ Juventino dos Stos	1			
Gral.Américo Marlutz quase Tietê	1			
<b>Ignês Andreaza</b>				
Manoel Martins	2			
Pantaleão C.Xavier	1			
<b>Jd das Exposições</b>				
Amália Franco c/Caçadores	1			
Amalia Franco c/Agricultores	1			
São Luis c/ Benjamin Constant				
<b>Bairro São Domingos</b>				
R.dos Chirús quase Cnel.Ponce	1			
TV Figueiredo	1			

<b>Jd. América</b>					
Av.Jd. América c/ Ceará	1				
R.Geovai c/ Ceará	1				
<b>Vila Aral Moreira</b>					
Vera Cruz c/ São Pedro	1				
Jd Universitário					
Cnel.Aurelio Amaral c/José Bataglin	1				
<b>Bairro Marambaia</b>					
Cnel AurelioAmaral c/Zeferino D.M.	1				
Zeferino Dávila c/ Eloah V.Silva	1				
Zeferino Dávila c/Miguel Armando	1				
João M.Cardinal quase Eloah	1				
Zeferino Dávila c/Cnel Orlando S.	1				
Cnel Orlando c/João M.Cardinal	1				
João Manoel c/Cnel Aurélio Amaral	1				
Rodrigo Pinto M.c/Eloah da Silva	1				
Vicente Azambuja c/Cândido G.	1				
Av.Vinicius Soares c/João M.Card.	1				
" " c/Rodrigo P.Magalhães	1				
" " c/ Vicente Azambuja	1				
<b>Jardim Vitória</b>					
João B. Calvoso c/Cândido G.S.	1				
Eloah V.da Silva quase Nicandro E.C	1				
Residencial São Rafael					
Riacho Doce c/ São Jorge	1				
<b>SANGA PUITÃ BRASIL</b>					
Av.Internacional c/Josefa	1				
Amambai c/Josefa	1				
Av.Internacional c/José Bataglin		1			
Adriana Avalo Merey quase Amambai		1			
Mateus R.Dauzacker c/Heitor L.		1			
" " " c/ Tomás Laranjeira	1				
Heitor Lindolfo c/Mateus Dauzacker	2				
<b>TOTAL NO BRASIL</b>	129	12	02	03	01

**ANEXO V**

**MAPEAMENTO DOS REVENDEDORES EM**

**HORTIFRUTÍCOLAS NO PARAGUAI (PEDRO JUAN CABALLERO)**

REVENDEDORES DE HORTIFRUTÍCULAS NO PARAGUAI (PEDRO JUAN CABALLERO)					
REGIÃO NORTE	P	M	G	Distribuidoras	Feira
Fulgencio Moreno quase Ramón	1				
Av.José Borges c/Mcal.Lópes	1				
Av.José Borges c/Carlos A.Lópes	1				
Av.José Borges c/Nat.Talavera	1				
Pablino Cristaldo c/Silvio Pet.	1				
Silvio Petirosi c/Ramón Gil	1				
Pablino Cristaldo quase Silvio P.	1				
Av.José Borges c/Natalicio Tal.	1				
Pablino Cristaldo quase Vítor R.	1				
Acosta Ñu c/Elia G.Viana	1				
Acosta Ñu c/Ramón Gil	1				
Acosta Ñu c/Zenón Stéfani	1				
Isaac Álvares quase Rubio Ñu	1				
Isaac Álvares c/Lomas Valentina	1				
Ramón Gil quase Lomas Valent.	1				
Tomás Rojas c/1o. De Maio	1				
Zenón Stéfani c/Piktsyry	1				
Elia García c/Pablino Ramirez	1				
Pablino Ramirez c/Zenón Stéfani	1				
Isaac Álvares c/ Pablino Ramirez	1				
Isaac Álvares quase Cordill.Am.	1				
Rio Manduvirá c/Rio Plata	1				
Urundey c/ Taxi	1				
Arazá quase Urundey	1				
Manduvirá c/Araticu	1				
Tayra Pyta c/Manduvirá	1				
Araticu c/ Cedro	1				
<b>CENTRAL</b>					
Dr.Francia quase yegros				1	
Dr.Francia quase 14 de Maio				1	
Perpétuo Socorro c/Carlos A.Lópes e Natalicio Talavera			feira livre		1
Av.Dr. Francia c/Gral.Roa		1			
" " c/ Comuneros		1			
Mcal.López quase Colón	1				
Natalicio Talavera c/Humaitá	1				
Natalicio Talavera c/Gral.Roa	1				
Natalicio Talavera c/Cerro Corá	1				
Natalicio Talavera c/Aquidaban	1				
Tte. Herrero c/Gral.Roa	1				
Tte.Herrero c/ Cerro Corá	1				
Tte.Herrero c/ Corrales	1				
Tte. Herrero c/ Aquidaban	2				
Tte. Herrero c/ Colón	1				
Tte.Herrero quase Alberdi	1				
tte.Herrero quase Julia Cueto	1				
Tte.Herrero quase Mcal.Estigar.					

José J.Martinez c/Cerro León	1			
Aquidaban quase Cerro León	1			
Cerro Corá quase Tte.Herrero	1			
Cerro Corá c/Cerro León	1			
Cerro León c/Comuneros	1			
Gral Brugués c/ Humaitá	1			
Gral.Brugués c/Cerro Corá	1			
Gral.Brugués c/ Alberdi	1			
Gral.Brugués c/José Jesus Mart.	1			
Rubio Ñu c/ Colón	1			
José Jesus Martínez quase Rubio	1			
Lomas Valentinas c/Mcal.Estig.	1			
Cerro Corá c/Cnel Martínez	1			
Cnel Martínez c/Corrales	1			
Juan de Ayolas c/Humaitá	1			
Corrales c/Juan de Ayolas	1			
Corrales c/ 12 de Junio	1			
12 de Junio quase Julia Cueto	1			
Dr.Francia c/Julia Cueto Estigar.		1		
Mcal López quase Iturbe		1		
Iturbe quase Mcal.López	1			
Carlos Domingues c/Carlos Lope		1		
Manuel Domingues c/Carlos A.	1			
Manuel Domingues c/Mcal.López	1			
Carlos A.López c/ Las Resident.		1		
Tte.Herrero c/Iturbe			1	
Cerro León c/Curupayty	1			
Cerro León c/Perpétuo Socorro	1			
Cerro León c/ 14 de Mayo	1			
Cerro León c/Yegros	1			
Curupayty c/Rubio Ñu	1			
Av.Fernando Mora c/Yegros		1		
" " " c/Carlos Doming.		1		
Av.Fernando Mora c/Mcal Estig.	1			
14 de Mayo depois Fernando M.	1			
<b>SUL</b>				
15 de Agosto c/Blás Garay	2			
Blás Garay c/ Juan de Ayolas	1			
12 de Junho c/Blás Garay	1			
12 de Junho quase Naciones Um.	1			
Alejo García c/Brasil	1			
Picuiiba quase C.S.D.Savio	1			
entre Toledo e Sauce	2			
Toledo quase Juana de Lara	1			
Choferes del Chaco c/Toledo	2			
Alicia Linch quase Toledo	1			
1o.Diciembre c/Picuiiba	1			

1o.Diceimbre c/Toledo	1				
Panchito López c/Sauce	1				
Panchito López c/Toledo	2				
Adela Sperati quase Elisa Linch			1		
Brasil c/ 1o.Diciembre	1				
Brasil quase 1o.Diciembre	1				
Brasil quase Panchito López	1				
Brasil quase Elisa Linch	2				
Elisa Linch quase 12 Junho	1	1			
Elisa Linch quase 15 Agosto	1				
Choferes del Chaco quase Lomas	2				
Rubio Ñu c/ Alicia Linch	1				
Choferes del Chaco quase G.Br.	1				
Tte.Herrero c/Elisa e Cerro León				feira fixa	1
Tte. Herrero quase Elisa Linch		1			
Brasil c/Hernandarias	1				
1o.Diciembre quase Nat.Talav.		1			
C.Antonio López quase Itororó	1				
C.Antonio López quase Hern.	1				
C.Antonio López quase Alejo G.	1	1			
Blás Garay casi Cerro León		1			
Gral.Brugúes c/Blás Garay	1				
Tte.Herrero c/Juan Oleary		1			
Bernardino Caball. Casi 15 Agos.	1				
15 de Agos. Casi Manuel Domi		1			
Panchito López c/ Tte.Herrer.	1	1			
Panchito López casi Natal.Tal.		1			
Elisa Linch c/Carlos López			1		
Mcal. López quase Las Residen	1				
Mcal.López quase Alejo Garcia	1				
Mcal.López quase Alejo García		1			
Itororó c/ Dr. Dr. Francia	1				
Dr.Francia c/1o. De Diciembre		1			
Adela Sperati quase Itororó		1			
Adela Sperati quase Juan Oleari	1				
Adela Sperati c/Elisa Linch	1				
Mcal.López c/Hernandarias	1				
Natalicio Talavera c/Guyrá Camp.	1				
Tte.Herrero c/Guyrá Campana	1				
Tte.Herrero c/Boquerón	1				
Cerro León c/Guyrá Campana	1				
Lomas Valentinas quase Guyrá	1				
<b>SANGA PUITÃ</b>					
Av.Internacional c/Panchito López		1			
Av.Internacional meio da quadra	1				
Av.Intern.1 quadra Panchito L.	2	1			
Av.Internaciona c/Sta.Rosa	1				

Santa Rosa c/Av.Internacional	1				
Santa Lucia em frente escola	1				
Virgem de Caácupé perto posto	1				
<b>TOTAL</b>	<b>122</b>	<b>21</b>	<b>04</b>	<b>02</b>	<b>02</b>